

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ – UNICENTRO

MARCELO ALBERTO PINTO

ESCRAVOS E LIBERTOS: AÇÕES DE LIBERDADE EM GUARAPUAVA ENTRE
(1860-1888)

IRATI
2018

MARCELO ALBERTO PINTO

ESCRAVOS E LIBERTOS: AÇÕES DE LIBERDADE EM GUARAPUAVA ENTRE
(1860-1888)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO.
Orientadora: Dra. Ana Maria Rufino Gillies.

IRATI
2018

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da Unicentro, Campus Santa Cruz

P659e Pinto, Marcelo Alberto
Escravos e libertos: ações de liberdade em Guarapuava entre (1860-1888) / Marcelo Alberto Pinto. – Irati, 2018.
xiii, 116 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração: História e Regiões, 2018.

Orientadora: Ana Maria Rufino Gillies
Banca examinadora: Ana Maria Rufino Gillies, Fernando Franco Netto, Josenildo de Jesus Pereira.

Bibliografia

1. História. 2. Escravidão. 3. Sociabilidades. 4. Relações sociais. 5. Guarapuava - História. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981.62



TERMO DE APROVAÇÃO

Marcelo Alberto Pinto

Escravos e Libertos: ações de liberdade em Guarapuava (1860-1888)

Dissertação aprovada em 19/09/2018, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr. Josenildo de Jesus Pereira
Universidade Federal do Maranhão
Titular

Dr. Fernando Franco Netto
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Dr.ª Ana Maria Rufino Gillies
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2018

AGRADECIMENTOS

Quero aqui externar meus sinceros agradecimentos, a todas as pessoas, que de alguma maneira contribuíram até o momento com o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço a minha esposa Lusía Camargo ao meu filho Marcelo Junior, pelo apoio e compreensão; sem eles seria quase impossível desenvolver esse trabalho. Pela paciência, e por entender os muitos momentos que tiveram que abdicar de lazeres e passeios, para estar ao meu lado, compreendendo que essa era uma etapa importante na minha vida.

Agradeço a colaboração das secretárias do arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Belém, pela atenção e disponibilidade em atender sempre que precisei. Agradeço ao Denis Henrique Fiuza, pelos momentos oportunos que tivemos em viagem para discutir sobre a pesquisa, pela atenção em ler meu trabalho, dando suas sugestões, que foram muito importantes. Ao professor Helvio Mariano, que ainda na graduação foi importante com suas orientações a respeito do tema que eu queria desenvolver.

Agradeço a atenção da professora Terezinha Saldanha que sempre me recebeu muito bem, as vezes que a encontrei no CEDOC, aos estagiários do mesmo. Não posso deixar de lembrar do Casagrande, chefe do arquivo da Câmara Municipal de vereadores de Guarapuava, sua simplicidade e gentileza é comovente, aliado ao seu desejo de servir, sem contar, que quando se trata de fontes históricas seus olhos brilham em narrar acontecimentos e fatos históricos da localidade de Guarapuava.

Aos professores do PPGH em História das Regiões da UNICENTRO, especialmente aos professores Oséias de Oliveira, ao professor Vanderlei que apontou elementos importantes, inclusive me enviando fontes que encontrou, obrigado pela generosidade. Obrigado à Cibele, secretária do programa de pós-graduação, sempre atenciosa nos momentos de dúvidas me auxiliou, cumprindo com excelência o exercício de sua função.

Quero agradecer ao professor Josenildo Pereira da Federal do Maranhão, na oportunidade que tive de conhecê-lo na minha apresentação na ANPUH nacional, seus comentários foram relevantes, o que me levou a convidá-lo para compor a banca da minha qualificação em comum acordo com meu orientador, o professor Josenildo prontamente aceitou.

Agradeço, o professor Dr. Fernando Franco Netto, que aceitou me orientar quando ainda nem me conhecia. Compreendeu minhas angustias, minhas preocupações, sempre

me encorajou na pesquisa e na escrita, desde nossa primeira reunião de orientação. Agradeço pelo apoio e ensinamentos, considerando que esse tema é de seu apreço, hoje reconheço que sua colaboração foi de extrema importância e agregou valores a minha pesquisa até o momento que pode me acompanhar.

Como não citar a professora Dra. Ana Maria Rufino Gillies, a pesquisa em andamento aceitou o desafio de assumir a orientação diante das mudanças que ocorreram. Uma pesquisadora talentosa apaixonada na produção do conhecimento que contagia todos a sua volta, que sempre se colocou a disposição para orientar, desde nosso primeiro contato sugeriu algumas mudanças que foram necessárias e agregou valores a minha pesquisa, muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como foram as relações entre senhores e escravizados na localidade de Guarapuava-PR no decorrer do século XIX, e discutir as relações de sociabilidades envolvendo esses sujeitos históricos no período escravista. Nesse período, Guarapuava encontrava-se na condição de Vila, pertencente à Província do Paraná. Selecionamos os anos que vão de 1860 a 1888, pois esse período foi marcado por políticas emancipacionistas que favoreceram a população escrava até, finalmente, a abolição total da escravidão no Brasil. Nesse trabalho, são abordadas questões envolvendo a escravização de pessoas em todo o Brasil, tema que na historiografia foi muito debatido. Lançando olhares para a escravaria da localidade de Guarapuava, procuramos perceber como esses atores sociais se comportaram, procuramos desvendar, pormenorizando os elementos encontrados nas fontes, como foram construídas as relações sociais inseridas na experiência do cativo. Com isso, procuramos perceber como se desenvolveram os caminhos feitos pelos escravizados, não só no desejo de alimentar a tão sonhada liberdade, mas ao mesmo tempo legitimar essa busca, frente aos seus opressores. Buscou-se desvendar como os escravizados, através do trabalho, ou das redes de solidariedades, contribuíram para a construção de suas relações, como foram demarcados os caminhos e as trajetórias que esses indivíduos se propuseram a seguir. Buscou-se encontrar nas diversas fontes históricas, como inventários, Cartas de Alforrias, listas nominativas de emancipação, assentos de casamentos e batismos, perceber a trajetória e as vivências dos escravizados na Vila de Guarapuava. Seguindo pelo caminho da História Social, buscamos examinar essa sociedade composta por homens e mulheres livres e escravizados, para assim perceber, como foram sendo articulados esses espaços que viabilizavam a inserção desses indivíduos em outras camadas sociais, ao menos simbolicamente.

Palavras- Chave: Escravidão. Sociabilidades. Relações Sociais. Guarapuava.

ABSTRACT

This work aims to analyze how were the relations between masters and enslaved in the locality of Guarapuava during the nineteenth century, and also to discuss the relations of sociability involving these historical subjects in the slave period. In this period, Guarapuava, still in Vila's condition, belonged to the Province of Paraná. The choice of the temporal cut is justified by the abolitionist policies that somehow sought to favor the enslaved. We chose the 1860s until 1888, when slavery ended. In this work, questions are approached involving the enslavement of people throughout Brazil, a subject which has been much debated in the historiography involving the enslaved black. Looking at Guarapuava slaveholding, we sought to understand how these social actors behaved, we tried to unravel, detailing the elements found in the sources, in order to understand the social relations of these individuals, which were revealed through the experience of the captivity. With this we try to perceive how the various forms of resistance were used by the enslaved, not only in the desire to feed the much dreamed freedom, but at the same time to legitimize this search, in face of its oppressors. It was sought to discover how the practices of the enslaved contributed to the construction of their relations, how the conflicts were marked out through the resistances that these individuals proposed. We sought to find in the various historical sources, such as inventories, Letters of Empowerment, criminal proceedings, nominative lists of emancipation, marriage seats and baptisms. Following in the path of Social History, we seek to examine this society composed of free and enslaved men and women, to understand how these spaces claimed by the slaves were articulated, making it possible the insertion of these individuals in other social levels, at least, symbolically.

Key-Words: Slavery. Experience. Social Relationships. Guarapuava.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.
ANPUH	Associação Nacional de professores de História.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
PUC	Pontífice Universidade Católica.
SEED	Secretaria de Estado da Educação.
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa.
UFBA	Universidade Federal da Bahia.
UFPR	Universidade Federal do Paraná.
UFMA	Universidade Federal do Maranhão.
UNB	Universidade Federal de Brasília.
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste.
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo.
USP	Universidade de São Paulo.
UNICAMP	Universidade de Campinas.

LISTA DE LUSTRAÇÕES

Imagem 1- Chegada do Conselheiro Zacarias em Curitiba, para instalação da Província do Paraná	39
---	----

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1- Distribuição dos planteis com escravos africanos em Guarapuava em 1853-52	
Tabela 2 – Proprietários com maior quantidade de escravos.....	57
Tabela 3- Casamentos de Escravos	71
Tabela 4- Condição jurídica dos padrinhos.....	98
Gráfico 1- Distribuição etária nos planteis com até quatro escravos	54

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Província do Paraná em 1886.....	40
Mapa 2- Sesmaria dos Campos de Guarapuava	43

Sumário

Introdução	14
CAPÍTULO 1	24
DIÁLOGOS HISTORIOGRÁFICOS, ESCRAVIDÃO E REGIÃO.	24
1.1 O Escravismo.....	24
1.2 A Escravidão e as Vertentes Historiográficas.	29
1.3 Ocupação do Planalto Paranaense	38
CAPÍTULO 2	48
O ESCRAVIZADO, RELAÇÕES SOCIAIS EM GUARAPUAVA.	48
2.1 Instalação dos Campos de Guarapuava.	48
2.2 A Presença do Escravizado em Guarapuava no Final do XIX.	49
2.3 A condição social, e suas estratégias	59
2.3.1 Família Escrava, um Sonho de Liberdade em Guarapuava.....	59
CAPÍTULO 3	77
O PARENTESCO UM CAMINHO PARA A LIBERDADE	77
3.1 Compadrio, uma Conexão com o Mundo Livre.	77
3.2. Compadrio e a trajetória de vida entre escravos e libertos.	83
3.3 O Batizado de Joana, um Parentesco Amistoso.	92
3.4 Relações de compadrio no Universo escravista ligando diferentes famílias.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
BIBLIOGRAFIAS	108

Introdução

No dia dezoito de novembro do ano de mil oitocentos e sessenta e quatro, na Vila de Guarapuava, possivelmente na propriedade de Dona Balbina Francisca de Siqueira, Bernarda, crioula, escrava, pertencente à própria Dona Balbina formalizou os laços espirituais de compadrio com Heleodoro, escravo, e Benta de Souza, livre - certamente esses laços foram anteriormente definidos e então confirmados no batismo da pequena Joanna de cinco meses de vida. Heleodoro era pertencente à mesma escravaria de Bernarda; já Benta era livre. Segue o registro dessa cerimonia:

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de mil oitocentos e sessenta e quatro, nesta Matris da Villa de Guarapuava baptisei, e pus oss santos Óleos à Joanna, inocente, nascida em vinte e quatro de junho do mesmo ano filha de pai incógnito e de Bernarda crioula, escrava, solteira de Dona Balbina Francisca de Siqueira viúva. Foram padrinhos: Heleodoro, casado, escravo da mesma Dona Balbina, e Beenta de Souza liberta, solteira todos Parochianos. E para constar faço este assento e assino. O conego Vigário Antonio Braga de Araújo. (ASSENTOS, 1864, p. 49).

Ao escolher laços verticais com pessoas livres, Bernarda poder ter desejado para a filha natural um futuro distante das senzalas, o que se comprova na escolha da madrinha Benta, que era livre. Ela deve ter procurado ter a certeza de que esses laços familiares não seriam partidos, ao menos pelo tráfico intraprovincial, que já rondava a região da Vila de Guarapuava.

Os fragmentos da vivencia de Bernarda, escrava pertencente a dona Balbina Francisca de Siqueira, examinados no livro de batismo da filha Joanna, permitem perceber alguns aspectos da vida de escravos e libertos, por exemplo, aspectos da rede familiar tecida por esses sujeitos históricos, em meio as labutas pela sobrevivência, assim como as experiências do cativo.

Dessa forma, ao olharmos para indivíduos que compõem determinada região, fica evidente como esses reconhecem e se inserem na região, a partir de suas práticas, construindo determinado espaço social. Pierre Bourdieu (1996), afirma que o espaço social “(...) podem ser homogêneos, o quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, (...) de suas opiniões políticas etc.”. (BOURDIEU, 1996, p. 30). Com a apresentação breve deste fragmento indicamos que nos interessa perceber as relações que nos propomos neste trabalho, isto é, interpretar as vivências de escravos e libertos, cujas

estratégias de permanências foram ampliadas a partir dos laços familiares na Vila de Guarapuava entre 1860-1888.

Busca-se compreender também, como o senhor exercia sua imposição sobre o escravizado. Como era o comportamento desses indivíduos na localidade, visto que se tratava de uma escravaria pequena, e os senhores eram proprietários de poucos escravos. Procuramos mergulhar nessa teia construída por um grupo, a fim de compreender as relações de sua cultura, e seus costumes, que podem ser observados como a experiência de vida desses sujeitos históricos. Edward Palmer Thompson (1981) definiu o conceito de *experiência*¹ como sendo a atuação autônoma daqueles que agem em determinada situação, mesmo sujeitos a uma estrutura, como conseguem articular e negociar em prol de seus interesses, o que nos ajuda a pensar sobre as vivências de escravizados na Vila de Guarapuava.

A presente pesquisa também procura observar a formação da família escrava e as estratégias para manterem-se juntos, valorizando as ações e experiências dos cativos e libertos.

A partir da década de 1980, uma nova abordagem historiográfica contemplou a escravidão com uma nova perspectiva. Estudos sobre escravidão, até então, recaiam sobre a incapacidade dos escravizados construírem ações, sendo então tratados sob a lente da passividade. Não negamos a existência da violência imposta sobre esses sujeitos, característica da dominação e da exploração, mas foi a partir de novos estudos, que procuraram dar enfoque as ações dos escravizados, que se pode perceber que esses sujeitos históricos não eram passivos, mas negociavam por meio de uma grande diversidade de práticas, a flexibilização de seu cativeiro e padrões de liberdade..

O interesse pelo tema estudado aqui, surgiu ainda na graduação em História na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Na ocasião foram realizadas algumas leituras sobre a escravidão no Brasil, as quais me motivaram a estudar as relações escravistas no interior do Paraná, despertando algumas perguntas como: quem são esses escravos? Como se comportaram? Quais suas estratégias,

1 A utilização do conceito de experiência, trabalhado aqui, consiste na abordagem feita pelo historiador Edward Palmer Thompson, especificamente na obra *A Miséria da Teoria*, (1981). O autor afirma que homens e mulheres, assim, retornam como sujeitos, não como sujeitos autônomos ou indivíduos livres, mas como pessoas que experimentaram suas situações e relações produtivas determinadas como interesses e como antagonismos e, em seguida, trataram essa experiência em sua consciência e em sua cultura das mais complexas maneiras, relativamente autônomas e, em seguida, muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas resultantes, agiram, por sua vez, sobre sua determinada situação. (THOMPSON, 1981, p. 182).

vivências e experiências sociais de vida? Apesar das leituras, algumas perguntas não foram respondidas. O desejo de pesquisar os laços de família e as estratégias de escravos e libertos surgiu com a leitura dos livros eclesiásticos, que foram responsáveis pela mudança do viés do presente trabalho na Vila de Guarapuava; neles foi possível perceber a quantidade de casamentos e batismos realizados envolvendo escravos e suas conexões com pessoas livres.

Os assentos de batismos e casamentos aqui analisados, estão disponíveis no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Belém em Guarapuava; já os processos de Inventários dos quais nos propomos analisar alguns, se encontram no Arquivo da 1ª Vara Cível de Guarapuava.

A escolha do recorte temporal e espacial teve como parâmetro a data de extinção do tráfico negreiro (1850), e o fim da Escravatura no Brasil (1888) assim como a quantidade de batismos que houve em Guarapuava a partir dessa década (1860).

A promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 não significou muitas mudanças de imediato, mas permitiu novas frentes de negociação que viabilizassem a inserção de indivíduos que viviam em condição de escravidão transitar por outras esferas sociais, já que o batizado dos ingênuos, a partir de 1872, modificou, pois, as crianças batizadas não eram mais consideradas propriedade dos senhores, e talvez o processo seletivo na escolha dos padrinhos possa ter modificado também na localidade da Vila de Guarapuava.

Ao analisar as relações sociais entre escravizado e escravizador, levamos em conta as estratégias utilizadas pelos escravizados como mecanismos de sobrevivência. Mesmo que muita coisa já tenha sido estudada no campo historiográfico, há muito por se dizer, uma vez que nos valem de documentos jurídicos.

Os escravizados, no desejo de uma condição melhor, encontravam nas brechas deixadas e nas inter-relações, formas/meios de alimentar objetivos específicos. Muitas vezes, nessa busca, se valiam da desatenção dos senhores, e até mesmo de certa ajuda de homens livres. Isso favorecia o escravizado, que encontrava nas redes de solidariedades certa facilidade para agir estrategicamente.

A especificidade de Guarapuava caracterizou-se pelo aumento de sua população, durante a maior parte do século XIX. Mesmo sendo as escravarias pequenas, bem como sua população escrava, Guarapuava estava numa região fronteira, atraindo a atenção do governo Imperial para essa localidade, o que fazia essa região experimentar uma grande circulação de pessoas na primeira e na segunda metade do século XIX.

Portanto, se faz necessário, para conhecermos as relações envolvendo escravizados, compreender como essas relações foram sendo costuradas por esses atores sociais, e como a ocupação de espaços foi importante nessa trajetória.

Para compreender as ações e práticas sociais de indivíduos e grupos, valendo-nos de Roger Chartier (1990), de acordo com o qual:

As estruturas do mundo social não são umas dadas objetivas [...] são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. Por outro lado, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. (CHARTIER, 1990, p. 27).

Podemos inferir, a partir da análise de Chartier, que a construção das representações, produzidas em determinado espaço social, estão em um processo de mudanças constantes; a ocupação de determinado espaço e as práticas culturais, passam por um processo de identificação, construído no imaginário social.

Compreendermos que a formação do Paraná, por se tratar de uma região fronteiriça, aponta vários caminhos na sua formação geográfica. No entanto, os espaços geográficos não são capazes de reduzir as dinâmicas ocorridas pelos deslocamentos humanos, pelos conflitos e mesmo pelos encontros com outras sociedades. As espacialidades são ocupadas por diferentes atores sociais, cujas representações e práticas culturais são as mais variadas possíveis e, nesse sentido, acabam por construir suas representações a partir de lutas simbólicas e da construção de identidades.

Local e região tem sido conceitos muito debatidos na produção historiográfica. Não é possível conceber e tratar as experiências de escravidão no Brasil e as ações dos escravizados como homogêneas; foram muitas as diferenças. Stuart Hall (2011), ao tratar da questão do localismo, afirmou que o “local não possui um caráter estável ou trans-histórico, ele resiste ao fluxo homogeneizante do universalismo com temporalidades distintas e conjunturais” (HALL, 2011, p. 68). O ser humano para o autor, não pode ser visto como uma coisa só, homogeneizante.

Michel de Certeau (1998) procurou dar um tom mais agudo na questão de região. Ainda que olhemos para a Vila de Guarapuava, com uma proposta microscópica historicamente falando, podemos nos valer da análise de Certeau, que olha para as questões fronteiriças, afirmando, que “é possível perceber que as diferenças, ocorridas, e as resistências, ainda que não possuam tal visibilidade, mesmo sendo micro, é onde se constrói a liberdade de indivíduos”, (CERTEAU, 1998, p. 171-172).

Para Neide Rodrigues (2015) “É possível pensar região como aqueles espaços em que se aplica o poder, a resistência, a submissão, a política social, cultural, o simbólico, o econômico e as solidariedades”, (RODRIGUES, 2015, p. 57). Portanto, a região é o lugar, pensando nesses critérios que a compõem, onde se quebra aquela ideia totalizante de uniformidade, pois aí se instala o conflito, cujas ações criativas vão contra a subordinação desmedida, são construídas pela astúcia de indivíduos e pela inter-relação com outros grupos.

O presente trabalho se reporta às vivências do cotidiano² escravo, mas também busca perceber as ações de liberdade, e mesmo a negativa por parte dos escravizados em exercer algum tipo de trabalho. A escravidão foi um sistema opressor, que desqualificava o indivíduo, mas é possível afirmar que a existência da família e o modo como os escravos se organizavam na localidade de Guarapuava, mostra que, a articulação propiciava condições de construção de suas identidades³, fosse na própria condição de escravo, ou na relação com o liberto.

Os vestígios históricos dos registros paroquiais permitiram observar a formação da família escrava e sua ampliação com os livres em momentos legitimados pela igreja; em outros, eram relações consensuais, permitindo identificar a importância dessas redes tecidas pelos escravizados, a fim de ampliarem sua sociabilidade, para fortalecer a luta e assegurar a sobrevivência. Só foi possível entender as várias trajetórias percorridas pelos escravizados, a partir da leitura das fontes; foram elas que proporcionaram compreender os significados dessas relações.

O desejo de pesquisar as experiências entre escravos, libertos e seus senhores, surgiu a partir da leitura de fontes como livros eclesiásticos e os assentos de batismos e casamentos. Os batismos e os casamentos, analisados isoladamente não dão conta de expressar as experiências desse segmento em todo o século XIX; mas, quando analisamos, confrontando as informações neles contidas, com outras fontes, como os inventários, registros de óbitos e testamentos, conseguimos compreender as vivências

2 Para Maria Odila Dias, o conceito de cotidiano é o tempo histórico, que tem de ser revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidades de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. “Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia a dia”. (DIAS, 1995, p. 14, 15).

3 Stuart Hall afirma que: “A identidade tornou-se uma festa móvel, formada e transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados e tratados nos sistemas culturais que nos circundam. Ela é histórica, não biologicamente definida. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um “self” coerente. Se sentimos que temos uma identidade unificada do nascimento à morte, é somente porque construímos uma história confortável”. (HALL, 1998, p. 11).

dessa sociedade escravista por todo o século XIX, como sugere Maria Odila Leite da Silva Dias, ao estudar as mediações sociais do cotidiano escravo.

Através de estudar as mediações sociais, pode trabalhar a inserção de sujeitos históricos concretos, homens e mulheres, no contexto mais amplo da sociedade em que viveram. É o que permite, dentro da margem de conhecimento possível, a reconstituição da experiência vivida, em contraposição à reiteração de papéis normativos. (DIAS, 1998, p. 223-224).

Desse modo, foi possível observar, com a leitura dos documentos, como eram tecidas as redes de solidariedades, a formação de laços familiares, não só através de laços de sangue, mas também espirituais como o compadrio, e as relações afetivas formalizadas pelo casamento e/ou pelo batismo. Analisar os registros eclesiásticos, permitiu penetrar nas mediações das múltiplas relações sociais dos escravizados e assim identificar os vínculos sociais entre eles e com os livres e os libertos.

Robert Slenes na obra *Cafundó: A África do Brasil* (2013) trabalha com o método da ligação nominativa de fontes. Fica claro na obra que o autor utiliza vestígios, para seguir as pistas nos arquivos, e reconstruir as histórias de *Cafundó*, pregressas da África. Nessa mesma perspectiva, Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade* (2011), procura reconstruir as vivências dos escravizados, e de suas negociações e posições com os senhores.

Buscamos, no desenvolvimento dessa pesquisa, compreender, na análise das fontes, como os escravos, agentes de suas ações, procuravam, consciente ou inconscientemente, participar ativamente de sua dura realidade, e até transformá-la, para, de algum modo, amenizar a sua situação, e, quando conseguiam, até burlar os mecanismos de controle. Os escravizados construíram laços de amizade, parentesco, compadrio, e através dessas relações, fosse entre os próprios escravos e/ou com livres, eles puderam ampliar sua rede de contatos, construindo, assim, uma forma de ajuda mútua

A contribuição de Maria Odila Dias, sobre a hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea, indica que “urdida dos pormenores é que o intérprete chega a uma visão de conjunto das sociabilidades, das experiências de vida, que traduzem necessidades sociais” (DIAS, 1998, p. 258). Atento aos vestígios e aos pormenores, é que foi possível problematizar os batismos e casamentos de escravos e libertos para entender suas relações sociais e os significados possíveis da experiência no contexto de sociedade marcada pelo cativeiro.

Os estudos do historiador E. Palmer Thompson também contribuem para o embasamento teórico de nossa pesquisa, levando em conta que cada indivíduo é parte integrante de determinada sociedade, capaz de construir sua história, ainda que a mesma não seja aceita pelo poder estabelecido. E. Palmer Thompson, em sua obra, *A Formação da classe operária inglesa* (1987), valoriza a história e as vivências de pessoas comuns, em um universo de trabalhadores anônimos; o autor percebeu que esse universo coletivo, só pode ser construído a partir do envolvimento social e cultural dos trabalhadores contra seus patrões.

Quando lançamos olhares sobre a escravização no Brasil as obras de Sidney Chalhoub, *Visões de Liberdade* (2011) e de João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil* (2003) figuram como indispensáveis para se entender o contexto social e cultural envolvendo a escravidão durante o século XIX.

Com o aporte teórico, incluindo os excluídos da história, procuramos compreender como ocorriam as negociações, diante da busca do escravizado em ser reconhecido como pessoa. Isso é possível quando se descreve esses sujeitos históricos nominalmente com o aporte documental, com registros de sua vivência, ainda que fragmentária.

Metodologicamente, é possível inferir que, cada vez mais, historiadores tem se dedicado incansavelmente, através demografia histórica, a procurar compreender o comportamento de grupos e categorias sociais. Valemo-nos dessa metodologia, tendo como referência a obra de Jacques Le Goff e Pierre Nora, *História: Novas Abordagens* (1976), cujo objetivo foi propor novos problemas, rompendo com o modelo tradicional, o que contribui, não só na interpretação das fontes, mas em dados relacionados ao batismo e casamentos entre os escravizados.

Ao utilizar esse método, buscou-se desvendar os indícios das ações de escravizados, analisando como ocorriam as relações envolvendo escravos e libertos, através das leituras dos registros de batismo e casamentos, e observando como se revelaram as estratégias desses atores frente à estrutura social e familiar que estavam inseridos.

Paralelamente ao método escolhido realizamos um debate historiográfico, em específico de características de pequenos planteis. Embora nosso foco seja a Vila de Guarapuava, o debate se estende de um modo mais amplo, o que nos levou perceber as mudanças e permanências que percorreram o país.

As informações obtidas na documentação possibilitam explorar como foi a condição de vida dos escravizados, e como foi o papel que desempenharam na condição de cativos. Pensando nisso, propomos alguns quadros que descrevem essas possibilidades na trajetória desses sujeitos históricos. Para isso, nos utilizaremos da tipologia de fontes quantitativa, como registros paroquiais de batismos e casamentos e, em caráter de confronto analítico, os inventários *post-mortem*, em específico o inventário de dona Balbina Francisca de Siqueira aberto em 20 de dezembro de 1865.

O historiador Flávio José Motta (2002), quando analisou as últimas décadas da produção historiográfica brasileira sobre a escravidão, ponderou que as mesmas indicaram a necessidade de

(...) aprofundar cada vez mais a análise das características apresentadas pela família cativa, sua estabilidade possível, seus vínculos com a economia encetada e com o tamanho dos plantéis de escravos. Sobretudo estuda-se a questão da natureza mesma dessa instituição família e o papel a ela reservado no período escravista brasileiro. (MOTTA, 2002, p. 251-252).

É possível afirmar que, desde então, 2002, a família escrava passou a receber um novo enfoque na historiografia. As pesquisas proporcionaram um redirecionamento sobre a visão do cativo focando o escravizado como um agente histórico, com base em suas próprias experiências.

Muitos estudos têm abarcado inúmeros aspectos da vida do escravizado, como o compadrio, o casamento, a reprodução natural, as uniões consensuais, as estratégias de sobrevivência, entre outros. Essas pesquisas são articuladas envolvendo aspectos diferentes, pois buscam "(...) maneiras de inquirir as experiências dos próprios escravos, entender o sentido que eles mesmos conferiam aos seus labores e lutas cotidianas, resgatá-los, enfim da enorme condescendência da posteridade". (CHALHOUB, SILVA, 2009, p. 22).

Sidney Chalhoub (2011) considera que os detalhes podem servir de chaves que abrem a compreensão social, dando um novo sentido aos detalhes, que muitas vezes aparecem imprecisos, mas que só são desvendados, com uma análise apurada dos documentos.

Já João José Reis (1989), analisa os conflitos e negociações entre escravos e seus senhores; afirma o autor que, muitas vezes, essa negociação, não era tão aparente quanto se imaginava. Em sua obra, o autor demonstra que os senhores sabiam da necessidade de limites nos castigos aplicados aos escravos; da mesma forma, os escravos tentavam

interferir nos negócios do senhor quando envolvia a venda de um escravo, por exemplo, buscava fazer valer sua vontade na negociação, o que revela que esse indivíduo não era passivo. A obra de João José Reis sofreu muitos ataques de outras vertentes historiográficas, que afirmavam que o escravo era submisso o tempo todo; o autor, contudo, encontrou vestígios de que os escravizados reagiam, articulavam o tempo todo.

A análise de João José Reis, trata das questões envolvendo negociações e conflitos. Assim afirma o autor: “(...) Qualquer indicio que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seu interesse, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser aprendidos através das ações”. (REIS, 1989, p. 15).

Os escravos desenvolveram uma sabedoria, seja política, seja de conquistas na sociedade em que viveram. Vários elementos foram utilizados por esses sujeitos históricos, a fim de sobreviverem, enfatizando-se a rebeldia, as fugas, as sabotagens, as revoltas e as resistências da sociedade escravista, cujas práticas revelam sua vivência. João José Reis, ainda observa que “(...) na verdade, escravos e senhores manipulam e transigem no sentido de obter a colaboração um do outro; buscam – cada qual, com seus objetivos, recursos e estratégias – os modos de passar a vida, como anotou Antonil”. (REIS, 1989, p. 16).

Como é possível perceber, nesse processo histórico que envolve a escravidão, as tensões, e a formação de redes de solidariedades são importantes para compreender como os escravizados se comportaram em suas relações sociais, relações que foram construídas à medida que os espaços se abriam; mesmo ainda estando submetidos à imposição senhorial esses indivíduos articulavam nas escravarias e mesmo com os de fora.

Levando em conta debates historiográficos sobre a escravidão no Brasil, procuramos reconstruir as vivências dos escravizados em Guarapuava, no período que permeou o século XIX, em específico a segunda metade.

A partir desta introdução, dividimos esse trabalho, em três capítulos.

No primeiro capítulo - Diálogos historiográficos, escravidão e região - analisamos as vertentes historiográficas, a respeito do tema, iniciando com o debate a respeito das diferentes abordagens. Observamos como ocorreram os desdobramentos do tráfico negreiro, perpassando pela Província do Paraná, para compreender o universo escravista da Vila de Guarapuava.

No segundo capítulo - O escravizado, relações sociais e seus desdobramentos em Guarapuava - descrevemos as características do Paraná Provincial e seu processo emancipatório e lançamos olhares sobre o interesse da Coroa na região, no objetivo de proteger suas fronteiras, e, aliado a isso, visando aumentar sua riqueza explorando a região.

Observando o recorte espacial que compreende Guarapuava, verificamos a forte presença do negro escravizado como parte constituinte dessa sociedade, e a conjuntura daquele momento, que precisava ser avaliada, a partir do tráfico interno e da forte presença do imigrante, que se valeu dessa oferta para alavancar seu negócio na região.

Já no terceiro capítulo - O parentesco um caminho para a liberdade - nos propomos a discutir a trajetória do escravizado em Guarapuava, analisando as redes tecidas pela via de parentesco, como o compadrio. Procuramos cruzar as fontes a fim de entender a condição social do padrinho, e assim visualizar, ainda que hipoteticamente, o caminho percorrido pelos escravizados, e os motivos que os levavam a estabelecer alianças principalmente escolhendo padrinhos e madrinhas livres, inclusive alguns já na condição de senhores de escravos. Se por meio dos laços de parentesco consanguíneo ou espiritual, é que os escravizados realizaram suas estratégias para facilitarem o caminho para a liberdade, podemos perceber que houve articulação dos escravizados na escolha de padrinhos e madrinhas que ocupavam uma posição social elevada. Pela quantidade de batismos, é que podemos inferir que o compadrio foi um caminho percorrido pelos escravizados, a fim de construir uma via de parentesco, fortalecido e baseado nesses vínculos para alcançarem a liberdade.

CAPÍTULO 1

DIÁLOGOS HISTORIOGRÁFICOS, ESCRAVIDÃO E REGIÃO.

No presente capítulo, busca-se analisar a escravidão no Brasil, compreendendo os diversos debates que ocorreram na historiografia. Nosso foco, contudo, é compreender a escravidão no Paraná, particularmente na Vila de Guarapuava. A escravidão é um tema que tem chamado a atenção de muitos estudiosos, a partir de diferentes abordagens, passando pelo discurso de brandura, ao econômico e das relações sociais, da violência ao inconformismo dos sujeitos escravizados. Nesse sentido, o historiador precisa observar cuidadosamente como são construídos os discursos em torno do sistema escravista, esse olhar crítico permite compreender o lugar de que se fala e seus pares.

1.1 O Escravismo

A segunda metade do século XIX, foi um período de modificações, sociais e econômicas, em que parcelas da sociedade aspiravam por mudanças. Parte da elite aspirava que o país se equiparasse as nações consideradas mais civilizadas e desenvolvidas – para tanto, o Brasil passaria investir mais no desenvolvimento industrial e mudar as relações de produção. A outra parcela, de trabalhadores escravizados, esperava pela liberdade. O país vivia assim uma ambiguidade entre o discurso e a prática.

A historiografia brasileira aponta debates variados sobre a escravidão, e muitos autores debruçaram-se sobre o tema. Linhas que aproximam a discussão sobre a utilização da força de trabalho desse sujeito escravizado, em alguns casos, não levaram em conta a relação do senhor com o escravo reconhecendo que, muitas vezes, essa aproximação era uma maneira de articulação do escravo. Optando pelo o que é sustentado por pesquisadores de história social e cultural, os quais preferem analisar o escravo como um agente social e construtor de sua história.

Grande parte dos debates historiográficos que abordam a temática do escravismo trazem algumas especificidades quanto a relação do escravo com seu senhor. Remontando à implantação desse escravismo no Brasil, nota-se o sofrimento enfrentado pelos negros desde sua captura na África, até ser comercializado para o tráfico negreiro.

Katia Mattoso (1982) afirma que, depois de o negro ser capturado e retirado do seu meio social, sofre muito mais com sua inserção no sistema escravista.

O tráfico de pessoas representou uma grande ruptura e deslocamento, de maneira forçada, de pessoas ao longo da história, chegando até meados do século XIX⁴. Quando se fala da imigração, vemos que, para cada europeu, cerca de quatro africanos haviam atravessado o Atlântico. A partir do século XV, o fluxo de movimentação cresce muito, pois é vencida a barreira geográfica que impedia o acesso entre outros povos da costa atlântica, que agora se tornou uma grande rota comercial e de ligação entre a África, Europa e América. A escravidão e a violência contra negros e indígenas foi a fórmula encontrada pelo colonizador para obter acesso aos produtos e metais preciosos.

A historiografia brasileira embora siga vertentes diferentes, na tentativa de recuperar as heranças do passado escravista, possui em comum a utilização do negro como sua força de trabalho, para movimentar os interesses da Coroa. Para tanto, os colonizadores se valeram da importação de africanos para fazer funcionar o processo expansionista de Portugal. Kátia Mattoso (1982) analisa o aumento dessa mão-de-obra nos seguintes termos:

A segunda metade do século XVI e o século XVII vêm o nordeste do Brasil dedicar-se à agricultura canavieira de exportação. Para esta atividade, Bahia e Pernambuco importaram, nas últimas décadas do século, cerca de 30.000 africanos procedentes da costa da Guiné. (MATTOSO, 1982, p. 53).

Para a autora, a grande demanda de mão-de-obra elevou a necessidade de utilização do trabalho escravo. Sua análise está voltada para o Nordeste brasileiro e o aumento da produção canavieira de exportação.

O funcionamento e a dinâmica do tráfico dependiam dessa mão-de-obra. Mesmo os produtos de exportação sendo sucedidos por outros, a demanda de escravos não muda. Talvez sua configuração modifique, pela necessidade de adaptar-se aos novos

⁴ São muitos os estudos sobre a escravidão e o tráfico de africanos para o Brasil. Eis alguns: MATTOSO, Kátia Queiroz de. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense 1982, que aborda o tráfico a partir da demanda de mão de obra, e da regularidade dessa atividade, o que garante o ritmo do tráfico; FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, apresenta uma série de dados, que correspondem ao grande número de africanos desembarcados no Brasil, o que faz essa ser uma atividade extremamente lucrativa para aquele momento; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, trata das atividades da sociedade escravista até o fim do processo de escravidão; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, dá enfoque às atividades no Atlântico Sul, em que a história da América portuguesa e a gênese do Império do Brasil tomam toda a sua dimensão.

modelos desse mercado escravista do momento. Ainda para Kátia Mattoso (1982), outro problema aliado ao mercado escravista, é o seu avanço, para outras regiões do país, voltadas à agricultura, o que favorece a grande circulação de escravos para o interior do Brasil. O tráfico rompe as relações sociais desse negro africano, o que já foi uma situação muito difícil; agora, outra se instala, sendo a sua inserção no ambiente escravista no Novo Mundo, um ambiente totalmente hostil.

Mauricio Goulart (1975) afirma que o funcionamento do trabalho escravo nos dois primeiros séculos se concentra estritamente no setor açucareiro. Seguindo a análise de Kátia Mattoso (1982), o autor observou que, a entrada e o controle de escravos africanos se concentram nas duas capitanias.

Portanto, anualmente, em média, poucos mais de 2 mil por Pernambuco, e 2 mil, no máximo, pela Bahia quando só essas duas capitanias contavam para a importação, teríamos uma entrada total no Brasil, na primeira metade do século XVII, de cerca de 200 mil negros; ou seja, uma renovação de 4 mil por ano. (GOULART, 1975, p. 113).

Essa movimentação comercial de africanos para servir o sistema escravista, aguçou o interesse de compradores, bem como de fornecedores. Segundo Goulart, acabaram ocorrendo uma série de disputas e conflitos entre os comerciantes de escravos. Portugal apareceu como o principal exportador dessa mão-de-obra até 1640, seguido por Inglaterra e França, valendo-se também desse mercado e da utilização da força escrava.

Francisco Vidal Luna (2010) sustenta que no processo de transição para a utilização da mão-de-obra escrava, os trabalhos foram realizados “em grande parte por especialistas em determinadas técnicas, principalmente no setor açucareiro” (LUNA, 2010, p. 39). Isso ocorreu, porque dos escravos comercializados no Brasil, muitos vinham de regiões que possuíam certo avanço para lidar nesse setor, o que levou à substituição do trabalho indígena, que não se adaptou para tal atividade tal qual o negro africano. Segundo o autor, o crescente enriquecimento dos senhores de engenho levou à importação de uma grande massa de africanos a partir de 1570, chegando a um expressivo número de cerca de 2 mil escravos somente na capitania de Pernambuco. O forte mercado açucareiro no Brasil, mesmo em meio às dificuldades nas negociações, garantiu ao país seu lugar como principal exportador do açúcar, o que aumentou a necessidade de importação de escravos, para dar conta de toda produção e atender o mercado externo.

Manolo Florentino (1997), em seu trabalho sobre o tráfico de escravos da África e a cidade do Rio de Janeiro, analisa o processo de importação de africanos, e como ocorreu esse processo de comercialização com o grande aumento da população do Rio de Janeiro. O autor afirma que: “entre os séculos XVI e XIX, 40% dos quase 10 milhões de africanos importados pelas Américas desembarcaram em portos brasileiros” (FLORENTINO, 1997, p. 23). Em sua observação, o autor compreende que toda essa população africana desembarcada no país exigiu certa organização, pois, para ele, isso significava que brancos teriam que conviver diretamente com africanos. Por um lado, há o continente africano considerado como mercado de oferta dessa mão-de-obra expansiva, por outro o desmantelamento do sistema feudal de servidão europeu. Com isso, segundo Manolo Florentino (1997), a cidade do Rio de Janeiro se vale dessa oferta, com o crescimento populacional da cidade saltando para 170 mil habitantes, sendo que metade desses eram africanos.

Entre “1796-1808 aportaram no Brasil cerca de 278 navios negreiros, uma média anual de 21 embarcações” (FLORENTINO, 1997, p. 48). Florentino sinaliza que, esses números contribuíram, e muito, para a grande expansão do tráfico de escravos naquele período. O tráfico no Atlântico Sul pode ser encarado, especialmente no Brasil, mas não exclusivamente, como uma rentável prática, que favoreceu o comércio colonial, sendo que não foi o único benefício, mas também favorecendo a estruturação do Brasil, utilizando da mão-de-obra escrava.

Alimentado pelo tráfico de pessoas, o sistema escravista se fortaleceu, ampliando suas bases. Luiz Felipe de Alencastro, em seu livro *O Trato dos Viventes* (2000), afirma que as duas partes ligadas pelo oceano se firmaram em um objetivo: a exploração de pessoas; é o que vai marcar a estruturação do Brasil colonial e do Brasil contemporâneo. Com a alta de utilização de escravos, foram estabelecidos controles de navios negreiros. Associado a isso, criaram-se tributos por navios, muitas vezes quitados com escravos, sendo eles a moeda de pagamento. Para Alencastro (2000), esses obstáculos impediram o avanço emergente dessa atividade da Coroa portuguesa, que só retoma o monopólio com a concessão da Espanha, que permitiu a utilização da rota comercial. O autor ainda observa que: “de 1594 a 1640, o Asiento concede aos portugueses o monopólio do fornecimento de africanos para a América Espanhola; os próprios assentistas aparecem por vezes como arrematadores dos contratos”. (ALENCASTRO, 2000, p. 15).

Alencastro ainda analisa o desenrolar desse comércio assim:

No último quartel do século XVI o Brasil desponta como um atraente mercado para os negreiros. Por volta de 1575, haviam ingressado no Brasil somente 10 mil africanos, enquanto a América espanhola – onde as entradas de africanos eram regulares desde 1525 – recebera cerca de 37500. Por seu lado, as ilhas atlânticas (Canárias, Cabo Verde, Madeira, São Tomé) – conectadas aos negreiros desde o fim do século XV – haviam captado mil escravos. Até os portugueses comercializavam a quase totalidade dos 124 mil africanos deportados para a América. Mas os portos brasileiros só recolhem 40% desse total (ALENCASTRO, 2000, p. 33).

O aumento do tráfico dentro do Brasil se deu pelo jogo de trocas recíprocas, para vencerem os enclaves que passaram a ser amarrados com a proibição do tráfico, e os acontecimentos se desenrolam entre as terras africanas e a América portuguesa.

Se por um lado havia um investimento grande no que tange à compra de escravos, por outro, havia a necessidade dos produtos brasileiros, o que vai desenrolar nas negociações no Atlântico Sul. Ainda para Alencastro (2000), esse comércio passa ser mais bem administrado sob o cuidado e trato dos viventes. Segundo o autor, isso vai alimentar o capitalismo e a “Pax Lusitana”⁵, quebrando gargalos, e estabelecendo políticas de organização no sistema colonial.

Sabe-se que o aumento da população brasileira se deu a partir da entrada do negro. O século XVII pode ser considerado uma era de transição, sobre a qual se questiona a validade da escravidão indígena, uma vez que os colonos encontraram muita dificuldade na utilização dessa mão de obra. O pesquisador Ronaldo Vainfas⁶ (1986) afirmou que o cativo africano passara ser legitimado nos discursos dos letrados coloniais. Verifica-se a tentativa de resolver o problema da mão-de-obra, aliado ao tipo de força de trabalho a ser utilizada. Esses são alguns elementos que seguramente influenciaram na aceitação da mão de obra escrava, para tentar resolver o problema da força de trabalho, segundo Vainfas.

5 Pax Lusitana, em consequência dos intensos conflitos contra a Espanha, e da ideia de um império marítimo português, o tema volta em discussão sob o objeto que seria a transmigração desse império para a cidade do Rio de Janeiro. Era um projeto geopolítico de unir as duas margens do Atlântico Sul, dominado pela coroa portuguesa que, em sua visão expansionista, retorna com o tema da nova Pax Lusitana, mas mantendo a hegemonia marítima portuguesa. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$lusitania](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$lusitania). Último acesso em 13/12/2017. Ver ainda - ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 1986, p. 40-42.

6 O século XVII foi notadamente um período transitório, em que a mão de obra indígena não atendia os interesses da Coroa; por outro lado, ao se valer da mão de obra do “negro”, poderia ser mais vantajoso, principalmente na perspectiva do controle, e por serem mais voltados ao trabalho. (VAINFAS, 1986, p. 84-100).

Enquanto submetido ao controle dessa força europeia (ALENCASTRO, 2000, p. 42) o Brasil se transforma no maior importador de escravos do Novo Mundo. Alencastro (2000) observa uma mudança no envio de escravos ao Brasil, se levar em conta o primeiro quartel, que indicava, entre 1625-50, um total de 100 mil africanos desembarcados no território; porém algumas pesquisas mais recentes vão afirmar que 1600-25 foram mais, cerca de 150 mil escravos; no entanto, a partir de 1625-50 houve um declínio para cerca de 50 mil escravos desembarcados no país.

1.2 A Escravidão e as Vertentes Historiográficas.

Na obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1939), o autor esboça a ideia de relações harmoniosas entre escravo e senhor. Porém, nas evidências documentais da configuração dessa sociedade escravista que Gilberto Freyre observa, é possível ver desigualdades e a hierarquização de um sistema escravista do Brasil Colônia, diferentemente do tipo de sociedade escravista sem resistência, em que as pessoas na condição de escravidão são subordinadas o tempo todo. A historiografia da escravidão, de produção mais recente, identificou uma conjuntura diferente, na qual encontram elementos que demonstram que não havia um clima só de sujeição, mas também de enfrentamentos.

Se, por um lado, Gilberto Freyre analisou a escravidão numa perspectiva harmoniosa entre senhores e escravos, por outro lado, podemos elencar autores que procuraram entender essa sociedade escravizada com outros olhares, e o entendimento de que o escravo era parte fundamental no desenvolvimento do capital, segundo os autores que defendem essa linha teórica, os quais reconhecem que o escravo foi importante na produção e exportação de produtos em larga escala.

Caio Prado Junior em sua obra *História Econômica do Brasil* (2006), foi um dos responsáveis por embasar o pensamento dessa vertente historiográfica. Seus estudos foram realizados para perceber o processo de acumulação no Brasil Colônia e Império. A análise partia de uma premissa de que o escravo seria responsável pela produção em larga escala, sem onerar economicamente o produtor. Segundo a pesquisa de Caio Prado Junior (2006), é nesse viés que o trabalho escravo é inserido, ou seja, com uma visão economicista.

Em face do tipo de colonização, segundo Prado Junior (2006), a escravidão pode ser explicada por meio da economia, e de como se dá o desenvolvimento do país. A

sociedade que se formava, em alguns casos, com as atividades agrícolas não obteve muito êxito, pela utilização de mecanismos que já não eram mais úteis, e, muitas vezes, foi pela falta de mão-de-obra suficiente que o escravo, passou a figurar como importante para o desenvolvimento econômico. Assim afirma Prado Junior:

É que realmente a escravidão constituía ainda a mola mestra da vida do país. Nela repousam todas as suas atividades econômicas; e não havia aparentemente substituto possível. Efetivamente, é preciso reconhecer que as condições da época ainda não estavam maduras para abolição imediata do trabalho servil (PRADO JUNIOR, 2006, p. 143).

O escravo foi o fundante do desenvolvimento econômico do país; em cujo contexto era considerado como o motor propulsor. O autor sustenta que o sujeito escravizado, era essencial nessa empreitada para alavancar a colonização. O autor observa que, não havia outra composição vigente, que a única era a de senhor e de escravo, ou seja, o escravo era coisificado na visão do autor.

Segundo Kátia Mattoso (1982), visando lucros se intensifica o tráfico negroiro:

A segunda metade do século XVI e o século XVII vêem o nordeste do Brasil dedicar-se à agricultura canavieira de exportação. Para esta atividade, Bahia e Pernambuco importaram, nas últimas décadas do século, cerca de 30.000 africanos procedentes da costa da Guiné (MATTOSO, 1982, p. 53).

Para a autora, a regularidade se intensificou com a grande demanda de mão de obra escrava, o que alimentou a continuidade do tráfico de escravos, que o ouro ocupa o lugar do açúcar no século XVIII e, no XIX, o café substitui os dois, adaptando-se às novas estruturas, porém valendo-se da força do negro para movimentar essa economia (MATTOSO, 1982, p. 53).

É possível perceber o tratamento dado na historiografia, em que muitos autores procuraram analisar a escravidão do ponto de vista econômico, do desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção. É um processo analítico também importante, que deve ser considerado; porém, muitos parecem entender o escravo como uma coisa só, colocando, nesse caso, o escravizado como elemento fundante para a expansão do capital, a discussão está ligada em torno da coisificação do sujeito escravo. Seguindo esse viés, alguns autores, sob a lente da hierarquização do sistema escravista, observam as tensões e as relações conflituosas do cativo.

Jacob Gorender (1992) defendia que o escravo ficava incapacitado de se opor ao sistema, e à sujeição do senhor, o que insinua uma ausência reflexiva e a incapacidade

do escravo de agir como um sujeito pensante, o que favorecia e muito o modo de produção e o avanço econômico de seu senhor, bem como do sistema escravista. Assim afirma o autor:

(...) “É, obviamente, também por ser viável do ponto de vista econômico. Mais do que viável, o trabalho era vantajoso na produção em grande escala de gêneros tropicais de exportação e enquanto houvesse áreas de terras férteis apropriáveis” (GORENDER, 1992 p. 206).

Parece que na própria obra de Gorender (1992) está posto um novo binômio *senhor cruel/escravo rebelde*. Para o autor, a única forma de o escravo reagir, era através do crime como um ato de rebeldia, apontamento esse que parece ir para outro extremo que é, da resistência à coisificação, apresentando esse indivíduo como violento, considerando essa a única forma de resistir.

Na década de 1940, a perspectiva do pensamento clássico, de caráter benevolente da escravidão, encontrou nas casas grandes e nas senzalas, a existência de um cativo brando, de relações harmoniosas, nas interpretações de Gilberto Freyre (1980) Sua visão do cativo propagou o mito da docilidade do senhor e da submissão do escravizado.

O final da década de 1950, e início de 1960⁷, vem sustentar uma visão diferente, se destacando como participantes da *Escola Paulista*, Octavio Iani (1988), Fernando Henrique Cardoso (1977) e Florestan Fernandes (1965), que vão fazer crítica à visão de Gilberto Freyre (1980). Criticando a ideia paternalista, a crítica revisionista se contrapôs à perspectiva de uma escravidão paternal e branda, passou a observar a escravidão como consequência do capitalismo. Essa visão descaracterizou e despersonalizou o indivíduo, promovendo a compreensão de que se havia um anseio para a liberdade, não havia outro caminho de consegui-la, senão pela obediência irrestrita e a total sujeição do indivíduo escravizado.

Fernando Henrique Cardoso (1977), em sua obra *O capitalismo e a Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* consultou fontes documentais, como revistas, documentos impressos entre outras, para desconstruir a ideia de uma relação paternalista ou amena por parte dos senhores e dos escravizados.

⁷ É na década de 1960, que os estudos voltados à escravidão, sofreram uma grande mudança, que acabou denominado Escola Paulista. Pesquisadores que seguiram essa vertente se propuseram em rever as afirmações tradicionais até então sustentadas, especialmente com destaque na obra de Gilberto Freyre, que defendia um clima de brandura e paternal na escravidão.

No entanto, o trabalho de Cardoso (1977) aponta para a insuficiência de o indivíduo escravo ser capaz de agir por si mesmo ou pensar no modo de sobrevivência ao qual estava sujeito; o autor caminha pela linha de defesa do argumento de que o escravizado poderia estar alienado. A partir do trabalho de Cardoso (1977) é possível afirmar que a relação do escravo e seu senhor estava baseada na subordinação. Assim afirma o autor:

(...) no sistema escravista, o interesse imediato está na organização e no controle da mão de obra como um verdadeiro *faux frais*⁸ da produção, isto é, não no sentido de aumentar a produtividade, mas no intuito e no resultado de manter a autoridade no trabalho. (CARDOSO, 1977, p. 174).

A contribuição de Cardoso (1977) rompeu com aquela ideia paternalista de relações harmoniosas. Entretanto esse viés parece colocar o sujeito escravizado como coisa, e segundo a visão do autor, mesmo o escravo resistindo às fortes repressões, parece reproduzir a opressão do cativo.

Outra obra de destaque na historiografia brasileira é *Da Senzala à Colônia* da historiadora Emília Viotti da Costa (1998). A autora analisa a transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado no decorrer do século XIX; sua análise é utilizada para compreender como estava assentado o desenvolvimento do capitalismo brasileiro naquele momento. Nessa perspectiva, a escravidão se revelava como força motriz da agricultura, principalmente do produto de exportação que naquele momento era o café.

Emília Viotti da Costa (1998) se propõe, em uma análise materialista, a destacar as transformações econômicas no Brasil, nas zonas cafeeiras no final do século XIX. Sua obra descreve o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o que só pode ser compreendido a partir de um olhar para a sociedade brasileira e seus aspectos peculiares que, no caso do seu estudo, está voltado para o Oeste paulista nas zonas cafeeiras.

A discussão, que passa pelo chamado mito da democracia racial, uma invenção de Gilberto Freyre, cujo tema é fortemente combatido e criticado pelos autores que seguem a perspectiva de que o escravo não passa de um objeto nas mãos do senhor, autores como Fernando Henrique Cardoso (1977), Florestan Fernandes (1965), Octavio Iani

⁸ Trata-se de um conceito comumente utilizado pelos economistas político, normalmente pensado sobre as despesas extras e custos operacionais no modo de produção. Foi utilizado por Fernando Henrique Cardoso (1977) quando desenvolveu seu pensamento a respeito da manutenção senhorial escravocrata. Em síntese, para sua visão, o trabalho escravo seria incompatível com o progresso técnico, que o trabalho escravo não teve incentivos para se dedicarem ao trabalho, aliado a isso, a divisão de trabalho esteve restrita aos escravos.

(1988), entre outros, que deram um novo tom na perspectiva que aborda a escravidão numa visão economicista.

Florestan Fernandes (1965) segue nessa linha. Quando discute sobre a família escrava, parece que a atividade social do escravo é neutra. Assim afirma o autor: [...] à política central da sociedade senhorial e escravocrata brasileira, que sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição. (FERNANDES, 1965, p. 45).

Para Fernandes (1965), ainda que sua análise esteja volta para a família, esse negro aos poucos toma consciência do seu lugar. Porém, sua afirmação, parece colocar o negro novamente como subalterno o tempo todo, mesmo querendo relutar contra as imposições.

A ideia da coisificação do escravo foi bastante difundida na produção historiográfica⁹. Essa perspectiva retirava do escravo a capacidade de reagir frente às duras condições do cativo. Excluindo seus próprios significados enquanto agente social, culminava na exaltação do senhor, inserindo representações senhoriais, sua visão de mundo, comprometendo assim o sujeito escravo, retirando do seu mundo, suas características e a capacidade de se opor ao sistema. Esse pensamento coloca o escravizado sob o domínio e a sujeição do outro, sem que esse tenha representação na sociedade na qual está inserido. Gorender (1992, p. 50) afirma que “o escravo se vê tal como o vê seu senhor”, ou seja, chega a reproduzir a ótica do opressor.

Já, a partir da década de 1980, o enfoque do debate historiográfico procura analisar o escravizado como agente de transformação e sujeito de sua história, que procurava lutar pela sobrevivência e por um regime menos opressor. Essa nova perspectiva historiográfica procurou ver o escravizado como parte da construção social de sua época. Vários estudos irão contrapor a visão apresentada até então do escravo, dando ênfase ao modo como foi relevante a ação desses sujeitos que, mesmo sob as imposições do sistema escravista, souberam reagir através das redes de solidariedades que foi sendo costurada como planos dessa resistência.

⁹ Cardoso define coisificação do escravo, como aquela imposição que impossibilitava esses indivíduos de realizarem determinadas tarefas. Assim afirma o autor: (...) Não tinham condições para definir alvos que levassem a destruição do sistema escravista e não dispunham dos meios culturais (de técnicas sociais ou materiais) capazes de permitir a consecução dos propósitos porventura definidos. Está claro que o processo de aniquilamento pela socialização incompleta e deformadora das possibilidades do escravo reagir como pessoa não era expressamente deliberado pelos senhores. Ele resultava, indiretamente, das próprias condições de trabalho, da representação do Escravo como coisa e da aceitação pelos cativos da representação de escravos que lhes era imposta. (CARDOSO, 1977, p. 159).

As últimas décadas da escravidão no Brasil foram alvo de muitas análises para pesquisadores da história social a partir dos anos de 1980¹⁰. Vários estudos que abordaram a relação do senhor/escravo, sob a ótica da história social, dão ênfase às diversas estratégias e negociações de ambas as partes, do escravo e mesmo do senhor. A decisão de tomar medidas preventivas por parte dos senhores, de vincular o escravo como sua propriedade, a regulação e controle das ações desse indivíduo, bem como sob os nascidos sob sua tutela, eram formas de manutenção constante do poder senhorial; por outro lado, os escravos criavam suas redes de sociabilidades e também não escapavam dos mecanismos de negociação, para flexibilizar sua trajetória e com isso atender seus anseios.

A partir das análises da história social, é possível rever a trajetória do escravizado, e a construção das redes de sociabilidades como elemento mediador das experiências escravas.

Essa perspectiva, que analisa o escravizado como agente social, combateu fortemente a coisificação do escravo, rompendo com aquela visão puramente econômica do escravizado, defendendo uma autonomia ainda que relativa do mesmo.

Partindo do conceito de experiência, definido por E. P. Thompson, buscamos compreender as diversas formas de atuação que os escravos utilizaram no período. Na obra *Costumes em Comum: Estudo sobre a cultura Popular tradicional* (1991), Thompson observou que o conceito de experiência e de cultura¹¹ é vivenciado não somente no campo das ideias, mas, como parte integrante da vida cotidiana, assim incorporando na cultura um sentido concreto. Se a categoria experiência permite compreender o diálogo entre o ser social e a consciência social com isso, Thompson (1991) articula a categoria experiência com a cultura.

Se considerarmos os estudos dessa vertente historiográfica, é possível perceber a contribuição sobre temas como escravidão. A perspectiva dessa vertente, coloca em foco a ação autônoma do escravizado, ou seja, não exclui a responsabilidade desse

10 Ver Silvia Hunold Lara (1988), João José Reis (1996), Robert Slenes (1997), Sidney Chalhoub (1990) e Flávio dos Santos Gomes (1996), entre outros.

11 Ver a aplicação do conceito de cultura na obra *Miséria da Teoria* (1981), em que Thompson afirma que: As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...). Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (Thompson, 1981, p. 189).

sujeito como agente social, mesmo inserido em um contexto de imposições e regulamentação. Não há como negar os embates construídos ao longo do período de escravidão. Portanto, é preciso pensar aqui no escravo como alguém que faz parte constante do sistema escravista, como indivíduo pensante, não de forma episódica, mas atuante o tempo todo.

Flávio Jose Gomes (1996) vai nessa linha de compreensão defendendo o escravizado como aquele que, mesmo em meio aos sofrimentos, de alguma maneira procura utilizar das ameaças ao seu favor, como mecanismo de sobrevivência.

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob ameaça de chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente (GOMES, 1996, p. 09).

O autor sinaliza para um escravizado que faz da violência recebida, uma oportunidade para negociar; o que fica explícito, é a presença da resistência, que é muito diversificada, e que indica a capacidade estratégica desse sujeito escravizado. Parafraseando Flávio José Gomes (1996), esse indivíduo escravizado aprende a utilizar uma variedade de práticas que podem ser classificadas como resistência.

O historiador que compreende as ações desse sujeito escravizado, através da investigação e do cruzamento das fontes, procura perceber como ocorreram as rebeldias e quais as formas de resistências. Silvia Lara (1988) sustenta que mais do que simplesmente descrever os procedimentos, e se o cativo foi cruel ou suave, “procuramos penetrar nos mecanismos que lhe deram origem, questionar suas limitações e justificativas e especialmente, recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam sua prática” (LARA, 1988, p. 21). É preciso observar que, estudar essa perspectiva é recuperar dados, falas, mas que, mesmo fazendo um recorte social do período, é apenas uma visão, porém não a única.

O castigo por parte dos senhores era visto como necessário para manter a ordem, e também servir de exemplo, como controlador pedagógico. Nesse viés é considerado necessário, por parte dos senhores, exercer o controle e a dominação. Para Silvia Lara (1988, p. 54), o castigo não constituía só controle, mais servia para a organização e a divisão do trabalho. Por esse motivo, há um esforço grande em não divulgar as fugas, ou pelo menos, tentar minimizar seu destaque, a fim de que pudesse o próprio senhor punir seu escravo, e ao mesmo tempo não afetar sua cadeia produtiva.

Silvia Lara (1988) observa que, para compreender as atitudes do escravizado é preciso mergulhar no seu mundo, e recuperar a partir de uma análise crítica, as suas falas, práticas, danças, rituais religiosos, os momentos de confraternização, que muitas vezes era preciso ser negociado, ou até oculto a fim de que não atrapalhasse a cadeia de comunicação entre os escravos. Sobre isso a autora afirma: (...) Partimos da análise documental, recuperando diversas falas sobre os castigos dos escravos para, então, contrapô-las ao modo como a bibliografia tem tratado a questão da crueldade ou benevolência das relações entre senhores e escravos no Brasil colonial. (LARA, 1988, p. 26).

Nessa perspectiva, não é possível negar os reflexos da escravidão na vida desses indivíduos, nem mesmo se pretende minimizar a violência praticada pelos senhores no sistema escravista. Compreendemos que o escravizado foi parte constituinte da formação social em seu tempo, que traz até hoje reflexos identitários na sociedade brasileira.

Muitas teses e dissertações foram produzidas, resultantes de estudos sobre o sistema escravista. O período a partir da década de 1980 é o momento que poderia ser chamado de novas perspectivas historiográficas com relação a escravidão¹². O que nos mostra que o tratamento dado ao escravizado, na visão de alguns pesquisadores, não passava de mercadoria, um sujeito incapaz de refletir por si só, que não conseguia nem ao menos se articular contra a violência imposta. Entretanto esse indivíduo escravizado, agente social, era capaz de se opor às imposições, embora não seja possível afirmar que a adotassem a mesma prática em todos os lugares, mas que, ao mesmo tempo, reflète como cada grupo, ou indivíduo escravizado, se comportava frente as violências e a opressão do sistema escravista.

12 Analisa-se a obra de Jacob Gorender *Escravidão Reabilitada*, de (1990), em cuja análise o autor tece críticas a trabalhos que parecem querer recuperar a visão de uma escravidão amena e harmoniosa proposta na análise de Gilberto Freyre. Ver LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Recebe críticas, pela tentativa de descrever uma espécie de castigo justo, caracterizando que houve a negativa por parte da autora, sobre a existência da violência no escravismo colonial. (LARA, p. 342-343). Ver ainda CHALHOUN, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. Igualmente relevante ainda, PACÍFICO, FILHO, Miguel. Consenso, anacronismo e violência: a historiografia brasileira sobre a escravidão. *Revista História em Reflexão*: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

Sidney Chalhoub, em seu livro *Visões da Liberdade* (2011) estuda a cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. Analisando processos criminais, o autor procura compreender como se manifestava o desejo pela liberdade e a resistência contra os castigos e como essa resistência influenciou nas transações de compra e venda de escravos. Chalhoub (2011) segue o viés do escravo como sujeito de mudança, com base na capacidade desse indivíduo de interferir no tipo de negócio do senhor e observa que a teia que vai sendo costurada pelo escravizado sinaliza para a mudança na cidade do Rio de Janeiro. As ações desse sujeito irão interferir drasticamente no sistema escravista carioca, mas também irá desembocar em outros lugares, conforme afirma o autor:

(...) os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era o cativo justo, ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda (CHALHOUB, 2011, p. 29).

Chalhoub (2011) é importante, na perspectiva de olhar para o escravizado como agente de transformação, e não como um indivíduo cerceado e contido o tempo todo; para o autor, é necessário um olhar para o social, pois, ao lançar olhares para o cativo desse negro escravo, será possível perceber como que todo esse processo de atuação escravista vai culminar no fim da escravidão.

A capacidade de articulação do sujeito escravizado pode parecer quase imperceptível do ponto de vista de atuação. No entanto, é preciso considerar que havia coerção por parte dos senhores, a fim de manter a ordem na escravaria, embora o escravizado, não possa ser visto como um indivíduo sujeito, incapaz, sem condições de articular e resistir à opressão do cativo; ele é um ser pensante que, muitas vezes, negociava com o senhor a fim de manter certas práticas culturais e relações sociais com outros escravos.

João José Reis (1989) observa que a capacidade de o escravizado reagir é ampla, quando encontra alguma possibilidade vai resistir contra as imposições do sistema escravista. O autor afirma que “qualquer indicio que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seu interesse, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser aprendidos através das ações” (REIS, 1989, p. 15). Para Reis (1989), tanto o escravo, quanto o senhor transigem para conseguirem o que querem um do outro, cada um buscando seus objetivos.

Para essa perspectiva, é preciso observar os caminhos construídos pelos escravos. Perceber como os cativos foram reelaborando novos significados culturais, sociais e construindo um entendimento e visão de liberdade, dentro de um sistema político no qual estavam inseridos, mas, mesmo assim, conseguiram ter a percepção do mundo à sua volta.

Desse modo, se descontrói aquela ideia de escravo/coisa, apresentado como um sujeito incapaz de reflexão. Desmonta também o pensamento de que só através de atos de violência e do controle senhorial, seria possível minimizar as crueldades. Sendo assim, se reconhece um ambiente onde as estratégias e regras são impostas e definidas pelos próprios escravos, como, por exemplo, a interferência nas negociações deles próprios e a negociação que muitos faziam pela sua liberdade. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, em *Liberdade por um Fio* (2005), de maneira inovadora, mostram como os escravizados se organizavam diante da violência dos senhores, reestabelecendo estratégias e sociabilidades, aplicadas às suas práticas culturais. Essas sociabilidades eram reinventadas a partir de caminhos próprios como estratégias de sobrevivência.

1.3 Ocupação do Planalto Paranaense

Neste item discutiremos a experiência de escravos e libertos e a formação de laços familiares pelos mesmos. Um levantamento bibliográfico sobre o tema indicou que muitos pesquisadores dedicaram-se à pesquisa sobre a escravidão no Paraná, porém a partir de uma perspectiva das relações de poder e políticas.

No entanto, quando verificamos fontes processuais, registros de batismos e casamentos, entre outras; elas sinalizam para outros elementos, como: as ações sociais e culturais do escravizado que, na conjuntura social, não é invisível, ainda que houvesse a tentativa de apagá-lo da história.

Em 19 de dezembro de 1853 aconteceu a instalação solene da nova província, tomando posse o primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcellos.



Figura 1: 1853 - Chegada do Conselheiro Zacarias, em Curitiba, para a instalação da Província do Paraná Fonte: Paraná (2017).

A imagem acima representa a recepção ao presidente da Província do Paraná. Transmite um certo clima de cordialidade e pompa por parte da elite que já compunha a então Vila de Curitiba, e de boas-vindas ao Conselheiro Zacarias considerado como aquele que, com força política, atrairia apoio e recursos para a recém-emancipada comarca de São Paulo, tornando-se, então Província do Paraná.

Ricardo da Costa Campinas (2005) chama a atenção para o fato de que Zacarias de Góes e Vasconcellos era um político experiente. Foi governador das Províncias de Piauí e Sergipe e, também, exerceu os cargos de deputado e de ministro da Marinha. Por isso, suas atitudes enquanto político foram fundamentais para o desenvolvimento da Província do Paraná. No entanto, não bastava força de vontade e empenho político, era preciso resolver o problema da mão-de-obra. Para proporcionar esse desenvolvimento, a região chamava atenção do Império pelo seu potencial agrícola, sendo que, sob a tutela de Zacarias de Góes seria implantado o plano de desenvolvimento agrícola e ocupacional.

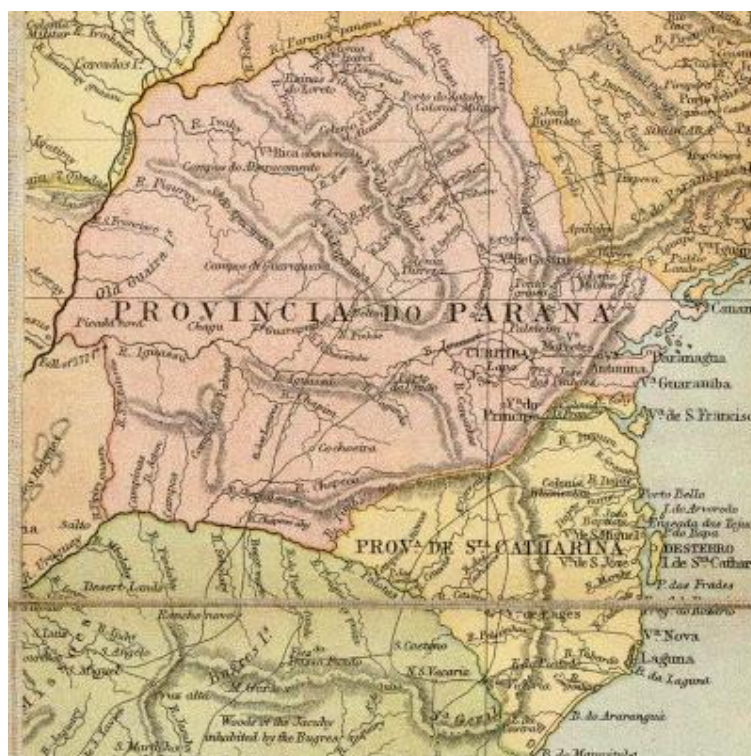
O Paraná ficou constituído por duas cidades: Curitiba e Paranaguá, sete vilas: Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Príncipe (Lapa), Castro e Guarapuava; seis freguesias: Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi, e Rio Negro, com uma população total estimada em cerca de 62.258 habitantes. A econômica era baseada na pecuária, muares, agricultura de subsistência, comércio local, e extração da erva mate.

O atual litoral paranaense e os Campos de Curitiba foram constituídos, formando uma única base geográfica regional. Cecília Westphalen e Jaime Antônio Cardoso (1986) observam que o grupo, ou a comunidade paranaense que fora fixada nas

localidades de Paranaguá e Curitiba, avançaram para os Campos Gerais, e para a região central do Paraná.

Brasil Pinheiro Machado (1951) afirmou que o território do Paraná fazia parte dos interesses paulistas e, Curitiba iria se tornar parte importante na conquista do Paraná Provincial. Ainda para o autor, os estímulos causados pela produção de cana de açúcar, a busca pelo ouro e a caça pelos indígenas, avançaram com iniciativas promovidas pelo Governo Imperial. (MACHADO, 1951, p. 6-8).

A busca pelo ouro e outros minérios como principal atividade, foi o que gerou interesse e alavancou o processo de ocupação de Paranaguá e Curitiba em grande parte do século XVII. No entanto, com o declínio da atividade mineradora na região, houve a migração para os Campos Gerais, e o interesse se voltou para a pecuária. Conforme Marina Lourdes Ritter (1980, p. 122-123), a ocupação dos Campos Gerais se estabelece com a pecuária como principal atividade.



MAPA 1- Mapa da Província do Paraná em 1866. Fonte: Recortado do New map of Brazil. Disponível em: http://republicainacabada.blogspot.com.br/2007/12/1854-relatorio-zacarias-ges-e_30.html. Último acesso em 10/07/2017.

O mapa acima mostra como estava recortado o que seria a Província do Paraná. É onde verificaremos a inserção do trabalho escravo na constituição dessa sociedade. A produção historiográfica que dá conta da formação do Paraná e dos Campos Gerais

aponta para a utilização do trabalho livre, mas também escravo nas relações sociais de conjuntura econômica, bem como na constituição do Paraná.

Por outro lado, não houve um olhar voltado para esse sujeito e sua relação social na produção científica. O negro, na condição de escravidão, foi coisificado, a ponto de ter a negação de sua ação social, autoria de suas práticas e agência de transformação social. Mesmo com todos os mecanismos de controle e cerceamento, não impediram o escravizado de se impor, utilizar da resistência e da experiência, que perpassou a força, a dominação dos senhores e de um sistema escravista, que não tem como negar sua aplicação no Paraná.

Maria Cecília Westphalen (1969), em sua análise sobre a constituição do Estado do Paraná, afirma que a formação da população, enquanto sociedade jurídica está classificada entre livres e escravos, fundada sob a utilização da força de trabalho, inicialmente pelos indígenas, depois por africanos e seus descendentes. Para a autora, “a presença desses contingentes étnicos está registrada em vasta documentação primária, na qual aparecem arrolados sob diversas formas, como ‘administrados’, ‘peças’, ‘negros’, ‘pretos’, ‘pardos’, ‘mulatos’, ‘fuscos’ e outros”. (WESTPHALEN, 1969, p. 119). Isso demonstra que a ocupação do Paraná, se deu de diferentes formas, e por uma variedade de episódios que evidenciam essas afirmativas.

Ainda para Maria Cecilia Westphalen (1969), não há ausência de escravos na sociedade paranaense, o que houve foi um silenciamento na historiografia. Houve o arrendamento de escravos em 1867, para as fazendas de café, o que diminuiu consideravelmente a mão-de-obra escrava no Paraná, substituída pela corrente migratória chegada com o objetivo de preencher a escassez de mão-de-obra naquele momento, ou seja, a redução de escravos: “por sua vez, propiciou a entrada de novos contingentes populacionais trazidos pelo fluxo imigratório que se intensifica no Brasil motivado, principalmente, pela escassez de mão-de-obra na agricultura, tanto na exportação, como de subsistência”. (WESTPHALEN, 1969, p. 128). Essa onda migratória vai imprimir à sociedade paranaense uma de suas principais características, que é a variedade étnica.

No período final do século XVIII, as relações de produção têm suas bases fincadas no trabalho escravo como elemento de desenvolvimento do Paraná Provincial. É possível perceber certa diferença na utilização da mão de obra escrava no Paraná, e a quantidade de escravos em determinada região. No litoral, houve um maior número causado pela demanda da lavoura de subsistência; nos Campos Gerais, as atividades

eram voltadas para o gado, que também utilizou a força escrava. A participação do escravo foi um elemento social importante na formação do Paraná.

A sociedade paranaense do século XVIII era formada por campeiros, uma sociedade patriarcal, de escravos e proprietários de terras. A primeira metade do século XIX foi marcada pela extração de madeira, erva-mate entre outras atividades; a segunda metade, pela inserção de um sistema de colonização para avançar para o tipo de agricultura de subsistência.

Fernando Franco Netto (2011) analisa o processo de desenvolvimento econômico na formação do Paraná, observando a utilização do escravo e sua relação com o senhor, na formação da riqueza. Franco Netto (2011), explica que a ocupação dos campos de Guarapuava, ocorre com a concessão de sesmarias e a utilização do trabalho escravo. Assim afirma o autor: “o trabalho dos escravos se concentrava na atividade principal: a criação do gado *vacum* e nas *invernadas*”. (FRANCO NETTO, 2011, p. 122).

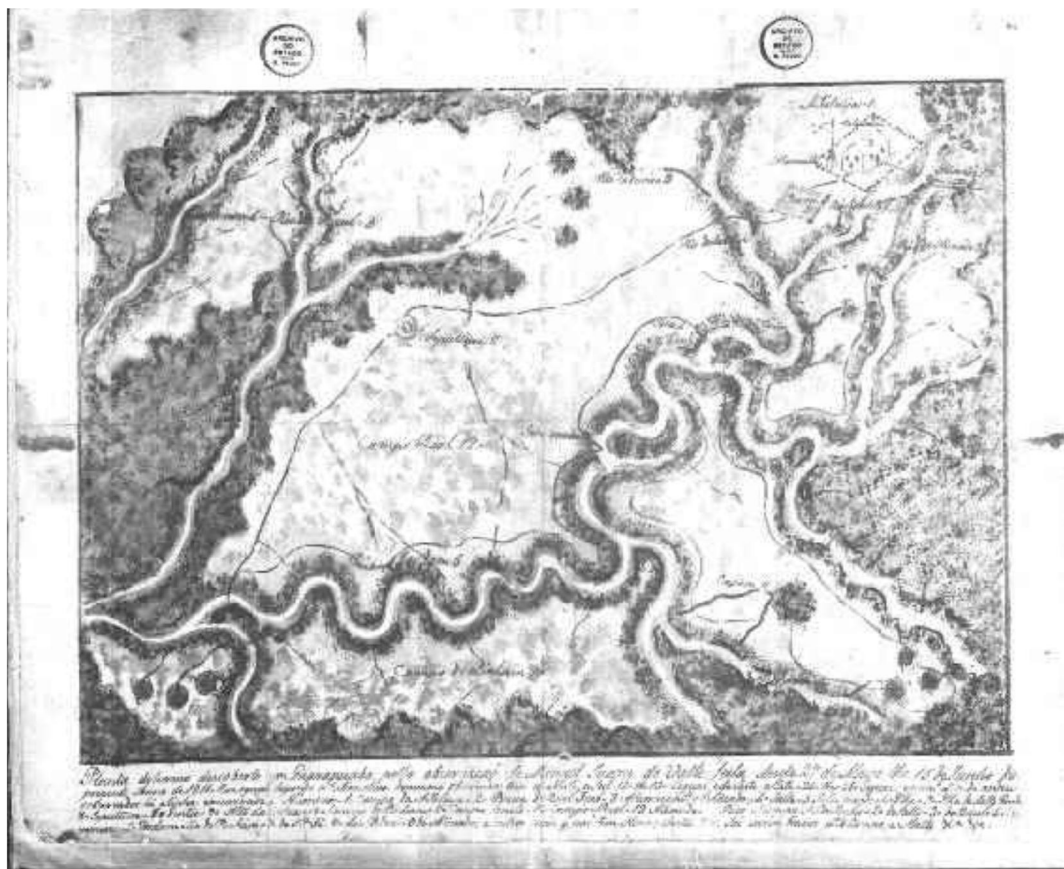
Fernando Franco Netto (2011) ainda afirma que em 1853 com a criação da Província do Paraná, sua situação era precária e precisava resolver seus problemas econômicos, mas necessitava de condições mínimas para seu desenvolvimento. Nesse contexto, apresentado pelo autor supracitado, o trabalho escravo foi melhor explorado pelos fazendeiros, produtores de erva-mate, já que nesse período essa atividade representava cerca de 70% dos produtos de exportação. Era um trabalho que exigia muito da força, pois havia tarefas pesadas. Para o autor, o desenvolvimento da Província do Paraná esbarrou na falta de mão-de-obra, o que abriu frentes para um largo processo imigratório e posses de terra a fim de elevar o desenvolvimento, pois o êxodo de escravos do sul do país para as regiões cafeeiras preocupou o governo, que encontrava uma grande dificuldade no desenvolvimento da Província.

Octavio Ianni, em sua obra, *As Metamorfoses do Escravo*, publicado primeiramente em 1962, estudou a transformação do antigo escravo da Região do Paraná, em cidadão no início do século XX. Assim afirma o autor:

(...) o negro e o mulato, são acepções da mesma categoria do sistema econômico; fornece a mão-de-obra produtora de valores. Mas não é só a sua força de trabalho, que é mercadoria, pois são colocados entre os meios de produção pelos próprios proprietários. (IANNI, 1988, p. 112).

Ianni (1988) segue a linha da exploração do escravizado que é utilizado como mercadoria de seu senhor; porém, para o autor, as relações e o comportamento brasileiro

são influenciados, social e culturalmente, com base na sociedade escravista; para ele o escravo estava numa constante luta de classe com seu senhor.



MAPA 2- Sesmarias dos Campos de Guarapuava. Arquivo Público de São Paulo. In: SANTOS, Zelo Martins. Visconde de Guarapuava: Um personagem na História do Paraná. (Tese de Doutorado em História) Curitiba, UFPR, 2005, p. 74.

A figura acima mostra como estava divididos os campos de Guarapuava, em concessões de Sesmarias. De acordo com o dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais, as sesmarias não indicavam que os sesmeiros queriam morar na região, mas apenas obter os espaços e conceder aos fazendeiros para administrar a terra.

As sesmarias se diferenciavam pela extensão e localização, formando fazendas, sítios e chãos urbanos. O recenseamento de 1772 indicou a existência de 50 grandes fazendas e 125 sítios na região dos Campos Gerais. Foi o gradativo processo de partilha dessas sesmarias, por venda, herança e doação [e com a chegada do migrante, esse processo se intensificou ainda mais]¹³.

13 Sobre isso ver www.uepg.br/dicion/erbetes/a-m/campos_gerais_ocupacao.htm.) acesso em: 26/07/2017.

Assim, ao lançarmos um olhar para o estudo da escravidão na região de Guarapuava- PR, nesse período, busca-se elementos que possam responder a algumas questões mais abrangentes sobre o tema no Brasil. A discussão é de que, em Guarapuava a escravidão não teve tanto destaque, pelo fato de que a quantidade de escravos foi menor que em outros centros escravistas, o que não diminuiu as tensões ocorridas nessa localidade.

A ocupação do espaço conhecido como Campos de Guarapuava, ocorreu primeiramente na segunda metade do século XVII, com Afonso Botelho e Sampaio responsável pela expedição encaminhada para essa localidade. No entanto, foi uma expedição frustrada, não obtendo os resultados desejados, o que só ocorreu novamente com a Real Expedição¹⁴, conforme observou Cristiano Augusto Durart (2006, p. 38) cerca de 400 anos depois. O autor ainda observa que a comitiva chegou aos Campos de Guarapuava, no dia 17 de junho de 1810. Dentre os membros da comissão, estavam cerca de 200 militares, alguns escravos, autoridades e dois missionários. O responsável por essa expedição foi o comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal¹⁵.

No trabalho de Fernando Franco Netto (2007), o autor analisa as questões ligadas à economia do município de Guarapuava, considerando o cenário do Brasil naquele momento.

Por estar na fronteira, Guarapuava é uma dessas aéreas que, no início do século XIX, teve importante papel face a face ao interesse do Governo Imperial em defender seu território de possíveis investidas dos espanhóis e em expandir as fronteiras agrárias. (...) a região é uma das mais importantes do Paraná no fornecimento de gado vacum e muars. (FRANCO NETTO, 2007, p. 35).

Franco Netto (2007) detecta ainda que essa localidade, embora conhecida como uma região de pequena escravaria, no entanto, a utilização do trabalho escravo é

14 Além da conquista dos Campos de Guarapuava, a Real Expedição possuía como meta a construção de um caminho, comunicando a Capitania do Rio Grande, pelos campos que vertem para o Uruguay e param perto das Missões. Esse caminho dependia do êxito da conquista dos Campos de Guarapuava (FRANCO NETTO, 1943, p. 180). Ver ainda: LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas- 1840-1899*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 6. ed. Curitiba: Vicentina, 1988, pp. 90-95.

15 Diogo Pinto de Azevedo Portugal havia participado da décima primeira expedição aos Campos de Guarapuava em 1773. Para esse comandante, a conquista dos Campos de Guarapuava se resolveria não pelo extermínio, mas pela numerosa expedição, bem equipada e armada. Isso faria com que os indígenas se submetessem, com pouca ou nenhuma oposição, aos expedicionários (MACEDO, 1995, p. 118).

expressiva, e havia preocupação dos senhores de escravos em aumentar essa população para o auxílio do trabalho.

Guarapuava foi fundada sob a égide de políticas povoadoras. Um livro importante para entender esta questão é a obra *A Prisão sem Muros* de Francisco Ferreira Junior (2012). A obra trata de questões relacionadas à formação do degredo¹⁶ na cidade de Guarapuava, que a ocupação dessa cidade ocorreu a partir do envio de pessoas que cometeram crimes, o que eleva esse território a uma espécie de prisão sem muros, ou seja, a pessoa era trazida para os campos de Guarapuava, mas não poderia sair. Segundo Ferreira Junior (2012), o degredo servia tanto como política povoadora para as colônias, quanto como forma de exclusão dos elementos sociais indesejáveis que ameaçavam a ordem hierárquica vigente, o que restabelecia o equilíbrio social. (FERREIRA, 2012, p. 32).

O autor constrói, a partir de fontes como carta régia e uma carta de guia de degredo, a trajetória dos personagens que estiveram ligados ao degredo. É possível, na obra de Ferreira Junior (2012), perceber aspectos importantes para fundamentar o debate historiográfico de nossa pesquisa, quando se percebe que a povoação dos Campos de Guarapuava, na região central da Província do Paraná, interessava à Coroa, mas que seriam necessárias algumas estratégias, e o debate envolvia, indígenas e a preocupação em como ocupar essas terras, e que tipo de mão-de-obra seria utilizada. Assim afirma Ferreira Junior (2012): “a povoação da região apenas por índios aldeados tampouco interessava à Coroa. Daí a necessidade de oferecer alguma benesse às pessoas que eventualmente aceitassem o desafio, e também os riscos, da empreitada colonizadora” (FERREIRA, 2012, p. 43).

Havia preocupação da Coroa com a ocupação e o desenvolvimento dessas terras. É nesse viés que Ferreira Junior (2012) aponta em sua obra elementos importantes para um debate historiográfico sobre a formação da cidade de Guarapuava; analisando sua obra é possível perceber que a utilização de indígenas na construção do projeto de povoação dos campos de Guarapuava, serviu de intensa luta no que tange a resistência por parte desses, que pelos enfrentamentos, eram estigmatizados e exterminados, visando a ocupação branca do território. O debate que envolve a ocupação, degredo e

16 Degredo traz alguns significados: Exílio; punição imposta judicialmente a criminosos que os obriga a deixar o país, por um tempo determinado ou por toda a vida. Forma de banimento ou pena de desterro: foram condenados ao degredo.[Por Extensão] Afastamento, voluntário ou obrigatório, do convívio em sociedade, de um certo ambiente ou contexto. Disponível em www.dicio.com.br último acesso em: 19/06/2017.

indígenas, nos traz luz, pontos importantes para essa pesquisa, no que se refere o tipo de resistência e a experiência dessa sociedade silenciada estrategicamente sob um discurso de expansão (FERREIRA, 2012, p. 162).

Guarapuava, assim como várias regiões do Brasil, também sofria mudanças com o fim do tráfico de escravos, e mesmo sendo considerada uma escravaria pequena, é possível encontrar elementos que apontam para uma sociedade marcada por ações de sociabilidades entre escravos e libertos, o que é fruto da modificação estrutural do sistema escravista. Segundo Franco Netto (2007), a estrutura familiar escrava é indispensável no olhar do pesquisador. Assim o autor afirma que: “(...) quando a crise atingia fortemente esse mercado, mostrava sinais de dinamismo inesperado em Guarapuava, refletindo na sociabilidade dos escravos” (FRANCO NETTO, 2007, p. 34,35).

Por se tratar de uma região fronteiriça, Guarapuava atraiu atenções do Império, sob o pretexto de se protegerem da invasão espanhola. No que se refere à mão-de-obra, o que era uma necessidade extrema, também sofre algumas dificuldades pelo fato de ser essa região considerada uma pequena escravaria, o que resulta numa quantidade inferior do trabalho escravo. Segundo Franco Netto (2007, p. 42), além de menor população escrava, o crescimento natural demonstra uma quantidade de homens muito menor que mulheres, o que interfere diretamente na mão de obra.

Horácio Gutierrez (1986), em seu estudo sobre a escravidão paranaense, aponta que no litoral do Paraná, o número de proprietários de escravos está para o ano de 1804, de 20,3%, para o ano de 1824 de 18,8%, o que vai sofrer uma diferença segundo o autor para 20,7% para 1804 e 18,9% para 1824¹⁷. Miriam Hartung (2005) observa que o Paraná provinciano e a região dos Campos Gerais, vivendo o melhor momento do tropeirismo, concentrava nos arredores das fazendas um aglomerado de escravos, índios, negros entre outros. Essas fazendas, conforme afirma a autora, representavam uma grande força produtiva, atendendo quase toda a subsistência dos fazendeiros e de seus agregados. A autora ainda lembra, que a população do Paraná se vale do escravo como um braço para o desenvolvimento, e que, o escravizado foi parte importante na população do Paraná (HARTUNG, 2005, p. 148).

¹⁷ Sobre isso ver: GUTIERREZ, Horácio. Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1986. In: NETTO, 2007, p. 90-91.

A discussão apresentada por Ferreira Júnior (2012) está voltada em torno do degredo, e para a ocupação dos campos de Guarapuava, e a análise de Fernando Franco Netto (2007), diserta sobre a concessão de Sesmarias, que coloca Guarapuava na rota da escravização, por quem queria produzir, e precisava se valer do trabalho escravo. A base de sustentação e o modo de produção dessa região devem e muito ao trabalho do escravizado.

A população escrava no século XIX, na Vila de Guarapuava, embora sua configuração fosse diferente das escravarias de grandes planteis, cresceu sem muitas interrupções. Fernando Franco Netto (2007) observa que “no ano de 1840, os escravos são em número de 95, com 60 homens e 35 mulheres. No período 1828/1840, sua população cresce na ordem de 114%, com taxas anuais geométricas de 6,5%” (FRANCO NETTO, 2007, p. 158).

Para Franco Netto (2007), a inserção do trabalho escravo no Paraná tinha algumas especificidades. Ele afirma que a maioria dos escravos no Paraná era basicamente formada por crioulos, como em outras regiões voltadas para o comércio interno. Isso se dá pelo fato de que a lógica econômica tinha diferença aqui, pelos proprietários dessa região não possuírem o mesmo poder econômico de negociação que os de outros lugares. O autor ainda sinaliza que outra barreira era o efeito de políticas de restrição ao tráfico internacional, visto que o Paraná nunca esteve entre as principais rotas do tráfico internacional, o que dificultava e muito seu acesso a essa prática.

Ainda na análise de Franco Netto (2007), a segunda metade do século XIX, teve uma configuração diferente. O autor aponta que os homens são maioria nos planteis, devido sua capacidade produtiva. Na década de 1860, os homens continuam sendo a grande maioria da população escrava; entre os mais novos no caso das mulheres, a considerar de 15 a 39 anos, há certo equilíbrio. Já na década seguinte, Franco Netto (2007, p. 219) afirma: nas faixas seguintes, a predominância é dos homens. Os infantes têm participação de 31,8%, enquanto que a faixa produtiva participa com 36,4%.

CAPÍTULO 2

O ESCRAVIZADO, RELAÇÕES SOCIAIS EM GUARAPUAVA.

2.1 Instalação dos Campos de Guarapuava.

A descoberta dos primeiros indícios de metais preciosos na Baía de Paranaguá, como primeiro lugar a apresentar esses indícios, atraiu ocupantes entre os séculos XVI e XVII, o que elevou a Vila de Paranaguá à Capitania¹⁸, no momento em que Curitiba foi fundada. Ângelo Priori (2012) observa que a primeira tentativa de emancipação do Paraná ocorreu com a presença da família real no Brasil. O autor afirma que Pedro Joaquim de Sá então representante da Câmara de Paranaguá, foi quem apresentou a Dom João VI as vantagens do desmembramento da Capitania de São Paulo. No entanto, o empenho pela parte interessada não surtiu efeito, pois, segundo Priori (2012), as condições financeiras eram insuficientes para a emancipação. O que houve nesse período, foi a autorização de D. João VI para a transferência da Capitania de Paranaguá para Curitiba.

O interior do Paraná se configurava como uma terra não explorada economicamente na primeira metade do século XIX. O interesse ocorreu a partir das oportunidades que surgiram com a pecuária. Depois de instalado o povoado de Guarapuava, a economia se voltou para o comércio de gado, e a população cresceu consideravelmente, segundo a tese de doutorado de Franco Netto (2005), e foi assim que se estabeleceu os Campos de Guarapuava, com a expansão das fazendas.

De acordo com Cinthia Aparecida Baía (2011), o espaço conhecido como Campos de Guarapuava¹⁹, compreende os territórios que vão do Rio Ivaí até o Rio Paraná, e que pertenciam à Capitania de São Paulo quando houve a primeira tentativa de ocupação desse território em meados do século XVIII. Segundo a autora, esse espaço político fazia parte da Província, e logo parte importante na formação do Estado do Paraná. A autora afirma que, de modo geral, a Coroa visou ocupar a região denominada Campos de Guarapuava com o intuito de delimitar suas fronteiras, este foi um momento

¹⁸ Sobre isso ver: <https://www.paranagua.com.br/historia-em-paranagua/>. Último acesso em 26/08/2018.

¹⁹ Os Campos de Guarapuava eram denominados pelos Kaingang como Côranbang-rê. *Coran* dia ou claro; *bang* grande; *rê* campo. Campo do claro grande ou clareira grande (BORBA, 1908, p. 118). In: BAIA, Cinthia Aparecida. Estratégias e ocupação de terras e relações de poder nos Campos de Guarapuava, (1778-1853), 2011.

histórico importante, que visava interesses bem definidos, além de cuidar das fronteiras, também aumentar o tesouro da Coroa.

A expansão da fronteira estava ligada à mobilidade migratória, que oportunizou a instalação na localidade em busca de interesses econômicos e, também o estabelecimento de limites fronteiriços. Sendo assim, num primeiro momento, a combinação de mobilidade espontânea com a ordem oficial reforçou a integração do território.

2.2 A Presença do Escravizado em Guarapuava no Final do XIX.

Quando nos propomos a analisar o sistema escravista em Guarapuava ao longo do século XIX, nota-se que a construção da liberdade não ocorreu tão e somente pelos discursos abolicionistas e antiescravistas, mas também pela teia que foi sendo tecida pelos próprios indivíduos escravizados que, em nenhum momento do regime, acataram passivamente as imposições da escravidão a eles imposta.

As vertentes historiográficas discutidas no capítulo anterior, colocam o escravizado numa condição de vitimização, como sujeitos não pensantes, levados de um lado para o outro, sem ao mínimo questionar os moldes da hierarquização a que estavam submetidos. Embora haja especificidades muito particulares entre uma escravaria e outra, procuramos observar como ocorreram as relações sociais entre aqueles que, através de vários dispositivos criados pelos próprios escravizados, foram importantes, e nos dão importantes pistas de como os próprios cativos foram construindo seu mundo.

Fernando Franco Netto em sua obra *População, Escravidão e Família em Guarapuava no século XIX* (2007), observa que houve um importante crescimento da população escrava em todo o século XIX. Segundo o autor, os escravos são inseridos num período de formação e consolidação de conjuntura política, social e econômica na região. Na primeira metade do século XIX há um processo migratório associado com a ideia de proteção de fronteiras, o que leva à distribuição das escravarias. Franco Netto (2007) ainda analisa que essa região, por estar voltada para o abastecimento interno, os escravos eram em sua maioria crioulos, havendo poucos africanos nos planteis.

Algumas características em Guarapuava são mais singulares, distanciando de outros centros escravistas. Quando, a partir de 1831, o Brasil sofre a pressão para a extinção do tráfico negreiro, o que vai ocorrer somente em 1850, com a implantação da

Lei Eusébio de Queirós²⁰, o contingente de escravos em Guarapuava se manteve, e até aumentou em alguns casos, reforçado pela reprodução natural da escravaria, por se tratar de uma região que não estava voltada para o tráfico internacional.

A escravaria na Vila de Guarapuava, à medida que evoluía o século XIX, cada vez mais se configurava como importante na formação social e cultural da região, pela proximidade cada vez maior do escravizado com o livre. A violência, a rebeldia, os acordos, as resistências, foram elementos utilizados contra o senhor, resultados das dinâmicas estabelecidas entre livres e escravizados. Maria de Fatima Novaes Pires (2009), analisando “os Sertões de Sima”, na Bahia, afirma que:

O convívio de escravos e forros com moradores locais foi também intensificado pela estreita articulação entre vilas e roças. As fazendas maiores funcionavam como núcleo social (...), isto é, como lugares que articulavam a sobrevivência socioeconômica regional, mas também como lugares em que modos de vida se especificavam. (PIRES, 2009, p. 188).

Observando a análise da autora, nos aproximamos do contexto em que figura o sistema escravista e suas práticas na localidade Guarapuava. Relações de proximidades, redes de sociabilidades construídas entre escravos e libertos, foram articuladas em prol da sobrevivência.

Se a configuração do Paraná provincial na primeira metade do século XIX, era uma sociedade organizada predominantemente pelo regime da força de trabalho escravo rural, na segunda metade daquele período, como a circulação de grande parte da população escrava²¹ e livre, voltadas para áreas de economia exportadoras, a Província sofre algumas alterações no regime escravista, o que vai levar a desdobramentos na Vila de Guarapuava.

A inserção do indivíduo escravizado em Guarapuava, ocorreu em função do comércio de escravos e do tipo de abastecimento, que seria favorável aos ocupantes e

20 O Governo Imperial, nas mãos dos saquaremas desde 1848, temendo uma ação efetiva da Inglaterra, elaborou um projeto de Lei, apresentado pelo Ministro da Justiça Eusébio de Queirós, ao Parlamento, visando à adoção de medidas mais eficazes para a extinção do tráfico negreiro. O projeto, convertido em lei em setembro de 1850, apoiado dos mais “sólidos princípios do direito das gentes”, extinguiu o tráfico determinando que: (...) “Artigo 3º - são autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação, o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação, e o sobrecarga. São cúmplices a equipagem, e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no território brasileiro de que concorrerem para ocultar ao conhecimento da autoridade, ou para os subtrair à apreensão no mar, ou em ato de desembarque sendo perseguida”. Disponível em: www.multirio.rj.gov/historia/moddulo2/queiros.html, último acesso em 09/08/2017.

21 A população escrava no Paraná sempre foi determinada pela preponderância de crioulos. Ver quanto à isso os trabalhos de GUTTIERREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de história*, São Paulo, v.8, nº16, p.161-188. (FRANCO NETTO, 2007, p. 194).

imigrantes, que se valeram dessa oferta. Para Fernando Franco Netto (2007), os escravizados foram assim inseridos naquela localidade:

É importante ressaltar nesta etapa do trabalho que, no período analisado, houve muitas migrações para Guarapuava por parte da população escrava, que acompanha seus proprietários – exceção feita aos infantes que nasceram na localidade e a alguns escravos adquiridos na região por diversos motivos. Essa população era formada basicamente por crioulos, característica predominante para o Paraná e outras regiões com economia voltada para o mercado interno. (FRANCO NETTO, 2007, p. 193,194).

O autor levanta a hipótese de que as características na localidade são diferentes, mesmo quando as ofertas no mercado escravista estão mais acessíveis. Isso se deu, conforme afirma Franco Netto (2007), por conta de algumas especificidades, como o cuidado com gastos excessivos, na tentativa de baratear as negociações, frente as políticas que restringiam o tráfico de pessoas, que era um complicador nas negociações.

Também aponta para o menor poder de compra e negociações dos proprietários frente aos que possuíam maior poder de negociação. Também foi considerado que a produção de escravos crioulos, frente aos riscos de perda, e do custo alto para levar os cativos de um lado para o outro, despertou uma convicção mais viável no entendimento dos proprietários de lidarem com o tipo de tráfico interno e interprovincial.

Franco Netto (2007) analisou, ainda na primeira metade do século XIX, que somente 12 escravos eram de origem africana, e estavam distribuídos por sete propriedades, sendo que suas características estavam separadas pela idade e sexo, as duas características ligadas à compra em face da dependência de serem comparados com os de outras propriedades, isso quer dizer que, em razão de sexo plantéis com africanos eram maiores que os formados por crioulos.

Tabela 1- Distribuição dos plantéis com escravizados africanos em Guarapuava 1835.

Tamanho do Plantel	Número de propriedades	Média de idade do Plantel	Razão de Sexo
1 a 4	6	18	300
5 a 9	1	23	200
10+	-	-	
	7	20	260

Fonte: listas Nominativas de Habitantes – Guarapuava, 1835. Arquivo Público do estado de São Paulo. In: (NETTO, 2007, p. 196).

O autor explica que havia nos planteis menores a presença de escravos africanos, aliado a isso, a idade média demonstra uma população escrava muito jovem. De 1828 a 1840, conforme analisou Franco Netto (2007), a nova *Freguesia* de Guarapuava obteve um aumento considerável em sua população, saltando para 795 habitantes. Haja vista a apresentação do quadro acima, datada de 1835, nos mostra como era considerável a população escrava nessa localidade. Segundo o censo, Guarapuava foi elevada à categoria de Vila de Guarapuava em 1849, dada a importância da região e seu potencial agrícola.

Vale ressaltar que o aumento no número de escravos ocorreu a partir da ocupação dos Campos de Guarapuava. Para Cinthian Aparecida Baia (2012), são dois os momentos históricos que envolveram a ocupação dos Campos de Guarapuava, e foram muito bem definidos os interesses por trás desse projeto. Por um lado, a Coroa Portuguesa queria delimitar suas fronteiras, frente às ocupações de colônias espanholas, por outro, aumentar o Tesouro. Outro momento aliado a ocupação, era a importância da área para utilização e criação de gado, o que para a autora, já era praticado nos Campos Gerais.

Se a força de trabalho era indispensável, e os poucos escravos que acompanharam os expedicionários, não eram suficientes, por outro lado esbarraram com as fortes oposições dos indígenas. Houve a tentativa de controlar o habitante natural daquela localidade, com acordos e outros elementos, mas ainda assim, foi necessário um maior número de pessoas que fizessem do interesse da Coroa uma realidade. Para isso, foi considerada indispensável a inserção da escravização, uma vez que já era um modelo praticado pelo Império.

Isabel Camilo de Camargo (2015) analisa *As Relações de trabalho e a Resistência Escrava em Sant'Ana do Parnaíba*. Seu trabalho demonstra que a ocupação daquela

região, primeiramente, também foi focada no indígena, porém como algo repetitivo, sempre desqualificando aqueles que já eram legítimos habitantes daquele território. A autora aponta que o interesse estava voltado para as riquezas locais, afirmando que:

Algumas das famílias que ocuparam esse espaço transformaram-se em ícones para atender aos interesses políticos de seu tempo, mas aqueles que estiveram sob seu poder permaneceram invisíveis nos inúmeros discursos regionais. Muitos discursos justificaram a violência empreendida, no exercício da ocupação, como *mal necessário* para se alcançar o progresso da região. (CAMARGO, 2015, p. 79).

Na análise de Isabel Camargo (2015) a tentativa de apagamento dos habitantes locais frente aos interesses daqueles que desejavam fazer da ocupação uma conquista política, buscou-se em um discurso carregado da ideia de progresso.

Eram cerca de 30 propriedades, na localidade, que possuíam escravos. Era uma população escrava muito jovem, na primeira metade do XIX. Uma característica dessa escravaria era a faixa etária e a questão de sexo. Em sua maioria, os escravos, sendo jovens, eram, inicialmente homens, dada a necessidade da exploração da terra, condicionada à produção. A informação que Franco Netto (2007, p. 196) traz é de uma população total de “12 eram africanos, apenas 1 era do sexo feminino”. A população de Guarapuava era composta por agregados, livres, e pessoas que trabalhavam por um pedaço de terra; a utilização do trabalho escravo se concentra na criação de gado.

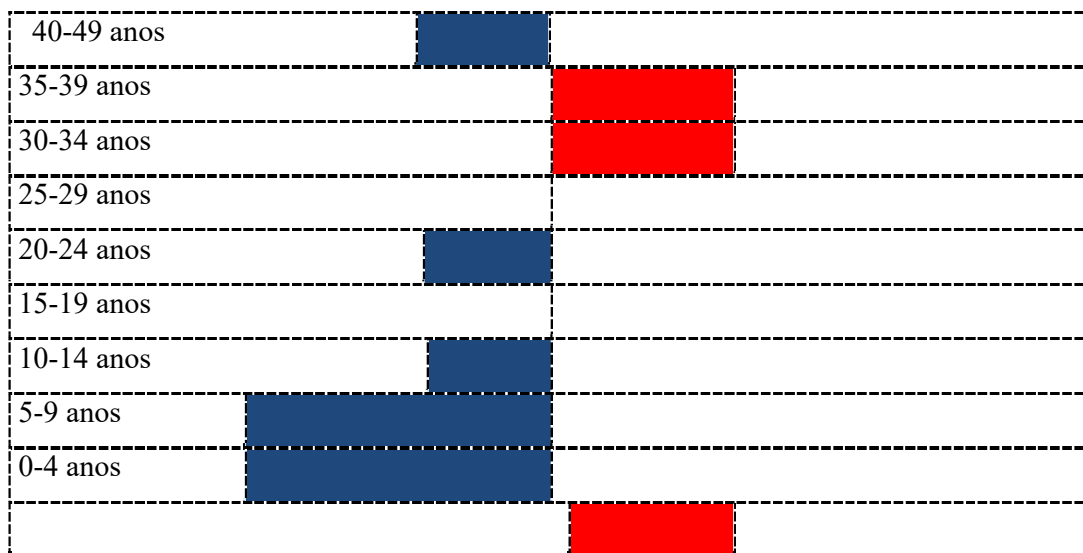
O Paraná, bem como Guarapuava, vai se modificando à medida que os interesses do Império se voltam para a exploração no campo econômico. Apesar da transição de pessoas para a região de São Paulo, para as zonas cafeeiras, aliado ao fim do tráfico de escravos, e a imigração, é pertinente afirmar que a povoação inicial do Paraná Provincial, foi sendo formada indiscutivelmente, com a presença escrava, o que provoca desdobramento em outras regiões como foi o caso na ocupação dos Campos de Guarapuava.

Considerando a presença de escravos africanos em Guarapuava, ainda, Fernando Franco Netto (2007) observa que na primeira metade do século XIX, são 12% o total de escravos africanos registrados. A população escrava estava dividida entre poucos africanos, migrantes e uma maioria de crioulos. Levando em conta os proprietários que possuíam uma quantidade expressiva de escravos, pela estatística levada a efeito no ano de 1863, foi registrada a existência de 560 escravos na Vila de Guarapuava.

Se levarmos em conta a população escrava entre os anos de 1828-1835, nota-se um aumento no número de escravos. No ano de 1828, as propriedades que possuíam

escravos, tinham entre 1 a 4 indivíduos. Franco Netto (2007) analisa esse período a partir de outro importante elemento, que é a questão da faixa etária. Afirma o autor que a participação da força escrava jovem é considerável naquele momento; outro destaque é a participação de mulheres nos planteis.

Gráfico 01- Distribuição etária – Em plantel com até 4 escravos.



Homens Mulheres

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes-Guarapuava, 1828. Arquivo Público do Estado de São Paulo. In: (NETTO, 2007, p. 177).

A tabela descreve como estavam distribuídos os escravos de acordo com a posse de cada proprietário, o que aponta para certo equilíbrio na distribuição, no que se refere ao sexo e a idade. Franco Netto (2007) observou que a faixa etária, e a questão do sexo, servem como elemento balizador analisando as listas de 1828, o autor observou que entre o intervalo de 1828 a 1835, houve algumas modificações, sendo que em 1828 havia 8 escravos e 8 escravas, o que aponta equilíbrio entre os sexos. Já em 1835 esses números se alteram para 5 escravos, 4 homens e apenas 1 mulher. Essas mudanças ocorrem devido cinco escravos da lista de 1828 de 5 a 9, passarem a fazer parte da lista seguinte, interferindo na estatística.

As características mudam se avaliarmos os anos de 1828 a 1835 e 1835 a 1840. Os dados servem para observar a população escrava em Guarapuava. Mesmo que houvesse algumas discrepâncias em relação aos grandes centros escravistas, havia nessa localidade algumas especificidades com relação ao número de escravos, pois os

registros apontam para alterações de um período a outro, se levarmos em conta a faixa etária, pois alguns indivíduos passavam a integrar outra faixa etária. No entanto, continuava registrada na classificação etária anterior; mesmo sua idade elevando, esse indivíduo não aparece em outros classificadores.

É possível deduzir, quando observamos os registros na primeira metade do século XIX, que as listas de escravos registrados sofrem modificações se consideramos de uma década para outra. Nossa desconfiança ocorre pelo fato de que alguns proprietários não conseguem manter suas propriedades por elas serem muito pequenas, frente ao custo elevado de manutenção, o que os leva a negociar com outras posses, e até mesmo a mudança para outros lugares, provocando essa alteração.

No trabalho de Franco Netto (2007) sobre população escrava em Guarapuava, o autor afirma que os 82 registros observados entre os anos de 1828-1840 apontam para 70 escravos de origem crioula, quer dizer “nascidos no Brasil” e somente 12 de origem africana, um percentual elevado de nascidos no Brasil. O autor ainda observa que, das 30 propriedades apresentadas na lista de 1835, 29 delas possuíam em seus planteis escravizados crioulos, o que demonstra que essa era a tendência da participação desses indivíduos na população escrava nessas propriedades.

Se a participação crioula nas escravarias de Guarapuava era muito mais expressiva que a africana, isso pode identificar que os proprietários queriam fazer aumentar em seus planteis a participação dessa mão-de-obra escrava. Para isto se voltaram para algumas estratégias, uma delas foi aumentar o número de homens, pelo tipo de atividade a ser desenvolvida pelos escravizados. Outra opção foi a utilização da família escrava, demonstrada na participação dos infantes, a reprodução natural, o que aponta para a hipótese do papel da família escrava presente como uma estratégia dos senhores e proprietários das propriedades com escravos, embora o autor afirme que essa não é uma característica predominante em Guarapuava.

Mesmo as características apontando diferenças, quanto a população escrava em Guarapuava, se considerarmos a participação de crianças, há uma diferença nos planteis que são formados por escravos nascidos no Brasil, pois nesses, o número de crianças é superior aos planteis com maioria de africanos. Ainda assim, é possível afirmar que, mesmo sendo menor o percentual da participação numérica de crianças nos planteis com maioria africanos, assim levantamos a hipótese, de que há nos planteis a reprodução natural, como fator que elevou o crescimento dessas escravarias.

Outra característica das escravarias em Guarapuava é de indivíduos solteiros na primeira metade do século XIX. Se observarmos os registros, esses nos mostram que boa parte, senão a maioria dos escravos africanos, era composta por solteiros, o que aponta para uma dificuldade de associar a origem e de qual propriedade era o cônjuge. Em contrapartida, as listas de registros demonstram que os casados que aparecem em sua maioria eram crioulos. Franco Netto (2007, p. 203) afirma que: “(...) Assim, todos os escravos que estavam registrados como casados e viúvos eram de origem crioula e, por si só, pode-se concluir que eles estavam se unindo no interior de seu grupo, ou pelos casamentos chamados ‘endogâmicos’”.

Observa-se que o número de escravos, para uma região pequena, era considerável, visto que suas características não se enquadravam na rota de tráfico internacional. A tabela a seguir, demonstra os maiores proprietários de escravos na localidade.

Tabela 02- Proprietários com maior quantidade de escravos.

	Escravos	Agregados	Filhos
Pedro de Siqueira Cortes	26	1	-
Maximiliana Ferreira dos Santos	21	-	-
Domingos de Siqueira Cortes	19	3	-
Balbina Francisca de Siqueira	19	4	-
Bernardino de Lacerda	17	-	-
Manoel Marcondes de Sá	15	7	-
Manoel Batista Bello	15	1	-
Francisco de Paula Camargo	10	12	1
Francisco Antônio Alves	10	1	-

Fonte: Inventários – Arquivo da 1ª Vara Cível- Guarapuava. (1860-1888).

A quantidade de proprietários de escravos já era considerável, numa região ainda incipiente, embora um projeto de desbravar e ocupar revele que, por trás dos interesses da Coroa e de seus representantes, havia o peso da hierarquização uma vez que, quem possuísse escravo, demonstrava a força e a importância desse proprietário na localidade, muito embora variasse o poder econômico de cada indivíduo.

Um olhar pormenorizado ao documento nos revela as vivências de um sujeito em seu contexto social. Cabe ao historiador olhar para o corpo documental e fazer sua interpretação. Nesse viés, André do Nascimento Corrêa afirma, no uso das fontes inventariais, que:

Sabemos que os inventários *post-mortem* têm as suas limitações, porém, esta fonte é extremamente rica. Revela-nos o patrimônio de

uma parcela da sociedade no qual os cativos faziam parte. A expressiva quantidade destes documentos corrobora para que tenhamos uma sequência considerável de informações sobre o tempo passado, e isso será fundamental para o seu entendimento (CORRÊA, 2012, p. 60).

Analisamos o inventário de dona Maximiliana Ferreira dos Santos, cuja partilha dos bens foi feita em vida. O inventário data de 1872, e quanto a avaliação dos bens, estão assim descritos:

Foi avaliada a fazenda denominada Reserva no município, compreendendo casa de morada, mangueiras, e mais benfeitorias, pela quantia de dezoito contos de reis que sahe 18:000£000. Foi avaliada a invernoada no fundo da fazenda do sobradinho no Pinhão, pela quantia de oito contos de reis que sahe 8:000£000. Foi avaliado um terreno de agricultura a margem direita do Rio Iguassu compreendendo o engenho e mais campos caça e mais benfeitorias pela quantia de dois conto de reis que se sahe 2:000£000. Foi avaliado a metade da casa na cidade de Guarapuava pela quantia de três contos de réus que se sahe 3:000£000.

Dos escravos

Foi avaliado o escravo de nome João pela quantia de um conto e quatrocentos mil reis que se sahe 1.400£00. Foi avaliado o escravo de nome Lucidoro pela quantia de quatrocentos mil reis que sahe 400£000. Foi avaliado o escravo de nome Ricardo pela quantia de oitocentos mil reis que sahe 800£000. Foi avaliado o escravo de nome Bras pela quantia de um conto de reis que sahe 1.000£000. Foi avaliado o escravo de nome Miguel pela quantia de nove cento mil reis que sahe 900£000. Foi avaliada a escrava de nome Josepha pela quantia de um conto e quinhentos mil reis que sahe 1:500£000. Foi avaliada a escrava de nome Francisca pela quantia de novecentos mil reis que sahe 900£000. Foi avaliada a escrava de nome Antonia pela quantia de oito centos mil reis que sahe 800£000. (INVENTÁRIO, 1872, nº134).

Maximiliana era viúva de José de Siqueira Corte, um importante proprietário de escravos na localidade. Considerando os valores impostos sobre os sujeitos escravizados, é possível afirmar que ser um proprietário de escravos já proporcionava certo destaque na sociedade, e se levarmos em conta a quantidade de escravos que possuía essa família, a representatividade era muito maior.

Outro dado que podemos destacar, e que será visto posteriormente, é que, seguindo o exemplo dessa propriedade, seus escravos irão aparecer em ações comunitárias criadas pelos próprios escravizados, a fim de manterem suas relações e a vida comunitária nas escravarias. Para isso, foi necessário criar redes de sociabilidades, que proporcionassem esse avanço. A escolha que nos chamou a atenção nas escravarias da Vila de Guarapuava foi pela via do parentesco como veremos a seguir.

2.3 A condição social, e suas estratégias

O tema que envolve a condição social do escravizado pode abarcar vários elementos, que passam pela sobrevivência, às vezes por meio de atos de violência, pela negativa em efetuar determinadas tarefas, e até mesmo procurando forjar as relações de proximidade com o senhor. Porém é preciso problematizar cada elemento, quando apontado como dispositivos acessados pelos escravizados, para não correr o risco de reproduzir o discurso dos essencialismos, ora apresentando esse indivíduo como dócil, incapaz de analisar sua condição, ora como um sujeito violento, e que só através da violência é capaz de resistir às imposições do regime escravista.

Se o regime escravista impunha aos indivíduos escravizados, o cerceamento, o controle de suas ações através de correções, o controle de sua ração e o limite no ciclo de relacionamento, ficava por conta do escravizado encontrar brechas que os favorecessem, se não para obter uma amenidade, pelo menos um condição que estreitasse as relações desses indivíduos. Esses atores possuíam uma condição social relevante, o que cabia à os arranjos, e dispositivos que alimentassem a possibilidade e o sonho da liberdade. Isso também poderia ser encontrado na formação da família escrava.

Franco Netto (2007), observando que em Guarapuava essa era uma característica, afirma: “Assim, Guarapuava foi uma dessas regiões do Brasil Meridional que produziu relações relativamente estáveis para a população escrava, onde a comunidade era provavelmente unida em se tratando de laços de afinidade e de estratégias parentais”. (FRANCO NETTO, 2007, p. 278). Por outro lado, ainda observa o autor, os senhores viam essa inclinação entre os escravizados, e, percebendo ser essa uma estratégia para favorecer seu controle, permitiam esse contato com outros escravos e, até mesmo com os livres.

Estar ligado às relações familiares fazia com que os escravos não fossem associados somente às funções que exerciam, mas também eram pai/mãe, esposo/esposa, padrinhos/madrinhas. Exerciam representações e aplicavam muito bem os significados da sociedade em que viviam. Essas ações permitiram que os escravizados rompessem as fronteiras do cativeiro.

2.3.1 Família Escrava, um Sonho de Liberdade em Guarapuava.

A família escrava era uma forma encontrada por parte dos escravizados, para ampliação de contatos e manutenção de seus costumes e cultura. No entanto, o desejo de

liberdade exigia uma articulação muito maior, que ligasse esse indivíduo não só entre os seus pares nos planteis, mas que rompesse com as porteiras das fazendas onde estavam inseridos, a fim de terem contato com outras escravarias, e mesmo com os libertos.

Quase a totalidade dos escravos na Vila de Guarapuava era formada por brasileiros, sendo alguns poucos os casos de escravos de outra nacionalidade. A maior parte dos escravizados era de Guarapuava ou de algum lugar da Província do Paraná, o que possibilitou a formação de famílias mais estáveis. Nesse caso, em quase todos os planteis haviam escravos que possuíam algum laço de parentesco na localidade, e esses vínculos favoreciam as ações comunitárias; mesmo que houvesse partilha de bens, os escravos podiam manter essas relações.

Os grupos que se valeram do poder político no período escravista mantiveram uma conexão de poder que não era aplicável aos escravos. Os escravizados não formavam um grupo coeso o suficiente para irem contra as imposições dos senhores em alguns momentos. Para Norbert Elias (2000) os grupos estabelecidos no poder, formam uma coesão e uma forte integração, o que contribui para que se mantenham ocupando uma posição elevada.

Ainda segundo Norbert Elias, o grupo estabelecido procura estigmatizar os grupos inferiores, fazendo com que se sintam ainda mais inferiores (ELIAS, 2000, p. 22-23). Entende-se que o maior estigma imposto aos escravizados era pela cor da pele, pois mesmo depois de livres, ainda eram chamados de pretos, pardos e livres, com a intenção de que carregassem para toda a vida o estigma da escravidão.

Embora houve uma forte hierarquia que estigmatizava os escravos, esses indivíduos souberam adaptar-se, criar laços sociais ou de parentesco que os favorecessem em suas vivências. A formação da família escrava é um tema muito estudado pela história social e da família, demonstra o quanto essa discussão foi um elemento importante na ampliação das redes sociais. Ao reconhecer a importância da formação da família escrava, é que historiadores como Slenes (1999), Brugguer (2007) e Florentino & Góes (1997) reforçam que a família escrava foi uma realidade social presente no Brasil colonial e provincial.

Valendo-se de fontes quantitativas como os registros de batismos e casamentos, para obterem resposta, tanto no campo político, social e etc., alguns pesquisadores seguiram essa perspectiva na utilização dessas fontes, procurando desvendar a trajetória e as vivências dos escravizados.

A historiadora Katia Mattoso (1990) se propôs a analisar a formação da família escrava e seus desdobramentos, passando pelas relações de compadrio, que é visto no seu trabalho como uma elasticidade estratégica das relações familiares entre escravizados. A proximidade permitida pelos senhores entre os dois grupos sociais, através das relações de compadrios trataremos no próximo ponto; aqui nos ateremos à formação da família como um dispositivo de controle e manutenção dos senhores, e, um mecanismo de sobrevivência e estabilidade por parte dos escravizados.

Temos em Katia Mattoso (1990) a observação de distinção entre os escravos da cidade e os do campo, no que compreende as relações entre esses atores e os senhores.

Para a autora, as formas de relações, sejam de solidariedades, fidelidade ou obediência, não eram praticadas da mesma maneira na cidade e no campo, o que diferencia muito de um lugar para o outro. A autora observa que as relações de proximidade e camaradagem, eram mais presentes, ou pelo menos mais visíveis, na mineração, nas cidades e nos trabalhos pastoris do que nos engenhos e fazendas de café, talvez porque as primeiras ofereciam um risco maior de fuga e prejuízos para os senhores, que se valiam desses mecanismos para manter maior controle sobre os escravizados.

Josenildo Pereira (2001), analisando o perfil da sociedade maranhense, sustenta que o escravo precisava se reinventar o tempo todo, e que o cotidiano desse sujeito enfrentava mudanças constantes. O autor afirma que:

No cotidiano da formação social escravista maranhense, distinguíam-se os funcionários públicos, os comerciantes, os lavradores, (...) Os escravos, instigados pela contingência da continuidade e da mudança de suas condições de vida tiveram de inventar estratégias e táticas de sobrevivência, traduzidas em lutas e conflitos de distintos matizes. (PEREIRA, 2001, p. 39).

Assim, é possível entender o processo de lutas que enfrentaram os escravizados. A inserção desses indivíduos na sociedade do Século XIX exigia deles as mais variadas formas de adaptação, que podemos conhecer, visualizando suas ações e seus cotidianos.

Se Katia Mattoso (1990) não se voltou para questionar as características da família²² escrava, no que diz respeito a herança tradicional, no entanto ela observou que

22 O debate na historiografia, sobre a formação da família escrava, parece ter tido o ponto de partida na década de 1950 e 1960. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, eram formulados os primeiros trabalhos a respeito do tema. Para Roger Bastide e Florestan Fernandes, houve um consenso, em afirmar que termos como solidariedades, sociabilidades, resistir naquele momento eram elementos, segundo eles, que inexistiram, que os escravos, sem laços familiares, a fim de recriar sua cultura e identidades, acabavam internalizando a proposta do senhor, inclusive o vendo como “pai”, nas palavras

os africanos e seus descendentes estavam voltados para o tipo de ligação de parentesco e manutenção de laços familiares, a fim de nortear suas vidas e, através das solidariedades, dar um sentido a elas, mesmo inseridos no cativeiro.

Francisco Vidal Luna (2010), afirma que a rebelião, a resistência e a violência, não podem ser consideradas como as únicas possibilidades para se estudar a escravidão. É preciso levar em conta as múltiplas experiências vivenciadas pelos sujeitos escravizados. Com isso, o autor considera que: “a família e a vida comunitária foram fundamentais na experiência afro-brasileira e, de modo mais amplo, contribuíram para moldar e definir a sociedade na qual os escravos se inseriram” (LUNA, 2010, p. 229).

É nesse viés que Sidney Chalhoub (1990) compreende que as ações de liberdade construídas pelos escravizados estavam ligadas tanto na horizontal quanto na vertical. O autor afirma que “cada cativo sabia perfeitamente que, excluídas as fugas e outras formas radicais de resistências, sua esperança de liberdade estava contida no tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor em particular” (CHALHOUB, 1990, p. 100).

A partir da década de 1970, houve uma mudança de paradigma que Mattoso (1990) entende como uma desconfiança de um grupo que era subalterno o tempo todo, o que nos leva a inferir que, mesmo sob forte apelo por parte dos dominadores, os escravizados se esforçaram para manter certos costumes e laços afetivos. Muito embora, é válido lembrar, que a pesquisa de Katia Mattoso (1990) estava voltada para Salvador, o que nos leva a pensar, que não é possível sustentar que o modelo de família escrava ocorria da mesma forma Brasil afora naquele período, no qual a maioria das escravarias com famílias escrava vivia uma grande precariedade.

Robert Slenes (1999), que se debruçou sobre o tema, sustenta que, diferente de outras comunidades, no Brasil o problema da família escrava²³ se resolveu com a

de Fernandes. Tal afirmação se deu pelo fato de esses autores ainda estavam muito ligados à bibliografia internacional que tratava das questões mais específicas do cativeiro. A historiografia procura explicar a questão dos casamentos entre escravizados, com base na Lei de 1869, que declarava ilegal a separação de escravos que eram casados. O que não significa que a Lei fora respeitada, pois, inúmeras bibliografias que se voltaram ao tema, apontam que houve um desencorajamento por parte dos escravos em formular casamentos. Para Robert Conrad, a formação de famílias, e outros laços familiares, não eram garantia de que não haveria separação entre os escravizados, até porque o tráfico interno estava em franco desenvolvimento. CONRAD, Robert. *Os Últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 45. Apud: FRANCO NETTO, 2007, p. 285.

23 SLENES, R. W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Considerando a importância dos relevantes estudos produzidos sobre famílias escravas em Campinas, podemos levar em conta também a importância

concessão dos senhores, a fim de reduzir as fugas, e com isso manter suas “peças” e suas propriedades em franco desenvolvimento.

O próprio Slenes (1999) reconhece que a dificuldade na formação da família escrava esbarrava na quantidade inferior de escravos do sexo feminino, o que Franco Netto (2007) constatou em Guarapuava. Ainda para Slenes, era uma forma de conservar e transmitir a herança cultural africana. Além disso, para o autor, isso significava que casar-se ampliava a possibilidade de maior controle sobre a alimentação e a moradia. As vantagens obtidas eram parte dos acordos feitos com os senhores, que melhoravam algumas condições de vida desses indivíduos (SLENES, 1999, p. 142-146).

Os laços constituídos por diferentes estatutos sociais e jurídicos são tão importantes quanto a concepção de família. Assim, o termo família precisa ser problematizado, quando envolve o escravizado, principalmente se levar em conta que nos pequenos planteis os números de casamentos tendiam a ser muito baixos devido à dificuldade de se encontrarem indivíduos de ambos os sexos²⁴. Por outro lado, não se pode afirmar que mesmo que houvesse no plantel escravos de sexos opostos, isto os levaria a automaticamente produzir famílias.

Fernanda Gomes Rocha (2016), em sua pesquisa, se propõe a analisar as últimas décadas da escravidão, com um olhar para a família escrava na Bahia. Rocha afirma que a manutenção das escravarias deve e muito à família escrava, em específico na Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio das Contas. A autora observa que:

Assim como a presença e participação da família escrava na manutenção das propriedades sertanejas e ainda a estabilidade dessas famílias que se mantiveram unidas por gerações. (...) os escravos nascidos dentro da propriedade senhorial foram fundamentais para a manutenção e ampliação da riqueza no alto sertão da Bahia, no século XIX. Em outras palavras, muitos senhores sertanejos contaram com o trabalho familiar de seus cativos em suas fazendas, sítios e casas, fosse na manutenção das lavouras, das roças, no cuidado com as criações, ou nos mais variados serviços nos quais eram encarregados. (ROCHA, 2016, p. 44).

do trabalho sobre famílias do Rio de Janeiro em que Manolo Florentino e José Roberto Góes se debruçam para compreender a formação de laços familiares, cuja obra é *A Paz das Senzalas*. É possível incluir no debate, outros importantes estudos voltados para o tema família escrava como: Flávio José Motta, *Corpos Escravos, Vontades Livres: Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal, 1801-1829*; Eliana Maria Réa Goldschmidt, *Casamentos Mistos- Liberdade e Escravidão em São Paulo Colonial*; Heloisa Teixeira, *Reprodução e Famílias escravas em Mariana, 1850-1888*.

24 SLENES, Robert W. Escravidão e Família: Padrões de Casamento e Estabilidade Familiar numa Comunidade Escrava (Campinas, Século XIX). In: *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v.17 n. 2, 1987 p. 218.

Fernanda Gomes Rocha (2016) observa que os fazendeiros se valiam dessa estrutura familiar a fim de manterem seus interesses. Esses segmentos se mantiveram juntos à família escrava por gerações; alguns casaram, outros preferiram continuar solteiros, mantendo laços familiares entre sobrinhos, primos, netos, etc.

Manolo Florentino (1997), na obra *A Paz nas Senzalas*, sustenta que a formação de família e a construção de laços parentais se encaixavam como dispositivo estratégico, de ambas as partes, seja senhor/escravo. Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997) afirmam o seguinte:

A paz entre os escravos precedia aos enfrentamentos com o senhor, ao menos aqueles em que eles tivessem alguma chance de sucesso. (...) Comida, descanso, um pouco de sossego e, se possível, roçados, alguns dias livres, divertimentos e famílias. Uma estratégia para fazer aliados era fazer parentes. De muitas maneiras se devia fazer um parente, no tempo da escravidão. Não é preciso recorrer a uma infausta digressão sobre o conceito para concluir que, no que diz respeito às relações parentais como expressão de uma aliança política (política e afeto geralmente andam juntos, pois não?), a inventividade dos escravos deve ter sido muito solicitada. (...) Pelo casamento e, antes ou depois, por meio do nascimento de uma criança escrava, vários indivíduos criavam ou estreitavam laços, que nas difíceis circunstâncias da vida em escravidão, eram laços de aliança. (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 173).

Se os laços construídos pelo parentesco auxiliavam os escravos, por outro lado, dava garantias aos senhores de que essas redes de parentescos podiam ajudar os senhores, impedindo as ações revoltosas e possíveis fugas. Além, é claro, levando em conta o aumento dessa população escrava, sem o senhor dispender um elevado investimento para compra, salvo aqueles que, amparados pela Lei do Ventre Livre, já nasciam na condição de livres.

Flávio José Motta (1999) foi outro autor que participou do debate historiográfico acerca da família escrava. Em sua obra *Corpos Escravos Vontades Livres*, ele observa que:

Em suma, se por um lado, as famílias escravas desenvolvem-se em meio às relações de cunho paternalístico que se estabelecem entre senhores e escravos ao longo do período da escravidão negra no Brasil, (...) são, decerto, um instrumento de controle social empregado pelos senhores; mas são, igualmente, uma efetiva estratégia de sobrevivência da qual lançam mão os escravos. [...] a família escrava, nuclear ou extensa, compreendendo os indivíduos ligados por laços de sangue, ou ainda pelo parentesco, compadrio. (MOTTA, 1999, p. 225).

Se os elementos que firmavam esse parentesco estavam associados à questão de sangue, entre outros, para os senhores, era simplesmente mais uma maneira de controlar seus escravos, mantendo-os ainda mais submissos, enquanto que, para os escravizados, era outra forma de manter sua cultura, e os laços consanguíneos com seus entes.

Seguindo essa linha, Miriam Moura Lott (2003), de que a utilização da família escrava trouxe benesses ao escravizado, mas também foi um elemento de controle por parte dos senhores.

O matrimônio possuía um papel normatizador sobre as populações coloniais. (...). Para se ter ideia da importância dada ao casamento como forma de controle das populações, observa-se a reincidência de denúncias e punições determinadas pelas visitas diocesanas acerca das uniões consensuais. (LOTT, 2003, p. 4).

Constituir uma família trouxe aqueles sujeitos inseridos no regime escravista, uma perspectiva diferenciada, dada a importância do que poderia ser chamado de conquista por parte dos escravos, mas, ao mesmo tempo, foi um forte elemento de controle utilizado por parte dos senhores.

As reflexões de Miriam Lott²⁵ (2003) e Flavio Motta (1999) se voltam para a observação de outras regiões, que não Guarapuava, muito embora a discussão se aproxime das especificidades em torno do tema na região estudada no presente trabalho. A domesticação, o acesso a determinados espaços conquistados pelo casamento, batismo e outros atos sociais, permitiam certa ascensão ao escravizado, o que não significa dizer, que eram cumpridas certas determinações por parte dos senhores, em favorecer esses indivíduos.

Ao levar em conta as expectativas, a memória mantida por parte dos escravizados, que conseguiram ao menos vislumbrar suas estratégias, através da organização familiar e os mecanismos a ela associados, significa dizer que a “família escrava”, foi importante em várias regiões do país. Robert Slenes em sua obra *Na Senzala uma Flor* (1999), considera que:

(...) se os escravos não eram seres anômicos, triturados até a alma pelo engenho do cativo, se eles tinham herança cultural própria e bastante autônoma e instituições, mesmo que imperfeitas para a transmissão e recriação dessa herança, então o fato de que eles provinham de etnias africanas específicas – e não eram, digamos, noruegueses – torna-se importante. (SLENES, 1999, p. 4).

²⁵ Ver: LOTT, Miriam Moura. “Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica séculos XVIII e XIX”. Anais da V jornada setecentista, p. 7,8. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003.

Ainda hoje, aparecem traços fortes e marcantes da herança desses africanos e seus descendentes, e sem dúvidas, tiveram uma presença marcante na história e, na manutenção da cultura.

Veremos a seguir alguns dados a respeito dos registros de casamentos em Guarapuava. É possível perceber que os senhores participavam ativamente consentindo, ou arranjando os casamentos, pois viam neles a possibilidade de explorar ainda mais aqueles sujeitos. Quando observamos os registros de casamentos, é possível acreditar que, para além dos casamentos assentados, muitos outros havia que não constavam nos livros, pois muitos escravos viviam juntos compartilhando de certa estabilidade conjugal. Isto aponta para o início de relações sociais sendo incipientemente construídas através da união conjugal.

Estamos considerando como grupo familiar os mais diversos indivíduos que partilhavam de diferentes graus de parentesco tais como famílias nucleares, formadas por pai, mãe e filhos; matrifocais, formadas por mães e filhos, e extensas, compostas por outros membros.

Segundo o censo de 1840, dois dos maiores proprietários de escravos na localidade de Guarapuava eram: Antônio da Rocha Loures e Antônio de Sá E Camargo. Não constam nos registros de seus planteis, até o momento, nenhum escravizado que fosse casado, ou que mantivesse laços maritais. No entanto, a constatação de Fernando Franco Netto é de que, na década de 1840, a maioria dos casos era formada por indivíduos escravizados solteiros. O autor desconsidera 25 escravos de 0 a 14 anos, e afirma que somente 70 escravos se encontravam em condições de formar laços matrimoniais, embora, segundo o autor, somente seis escravos constavam como casados, sendo um viúvo e o restante solteiros.

Flavio José Motta (1999, p. 301), em seu estudo, avalia na região do Bananal em São Paulo, que os escravos viúvos e casados correspondiam para o ano de 1829, a cerca de 28%. No exemplo da localidade de Guarapuava é possível constatar que na primeira metade do século XIX, a população escrava, na sua maioria, era formada por escravizados solteiros. O que Flavio Jose Motta (1999) observa ainda em seu estudo, é que uma das dificuldades na região do Bananal, era a menor incidência de mulheres, o que dificultava a formação de laços matrimoniais.

Em relação aos arranjos familiares e compadrios, é um tema que tem privilegiado o trabalho de muitos historiadores. Olhando para as descrições relatadas nos registros de casamentos e batismos, não queremos respostas prontas e acabadas, mas sim

problematizar, e perceber, como essas relações respondem perguntas sobre a temática. Cristiany Miranda Rocha (2004), afirma que, “o parentesco ritual como o casamento, o compadrio, pode revelar-nos elementos relativos às expectativas dos cativos diante da família, que não são percebidos através de parentesco consanguíneo” (ROCHA, 2004, p. 121).

Nesse viés que nos propomos a analisar a condição da família escrava em específico na localidade de Guarapuava, é a partir da década de 1980 no Brasil, próximo ao centenário da abolição da escravatura, que se insere a discussão em torno da reinterpretção da família cativa, colocando o homem comum sob investigação. Nas palavras de Hebe Mattos (2008, p. 51): “há um deslocamento de territórios e objetos na historiografia da escravidão, colocando esse homem comum no centro da investigação”.

É nesse bojo de mudanças, no campo historiográfico, e com a revolução das fontes, que surgem novas abordagens sobre a constituição da família cativa. Segundo Hebe Mattos (2008), essa revolução se desdobra na exploração de fontes batismais, registro de escravos, que foram ampliados a fim de ampliar não só as questões clássicas do conhecimento, mas também, as temáticas que até então foram abordadas nas fontes paroquias, compreendendo os rituais, os laços de parentesco, a estabilidade da família, e seu tamanho nas escravarias.

Cacilda Machado (2006) estudou o comportamento das pessoas envolvidas na formação da família escrava na localidade de São José dos Pinhais. A autora compreendeu, nesse caso, que os arranjos matrimoniais só aconteciam se os cativos quisessem, e a “Igreja sustentava que um escravo não poderia casar-se contra sua vontade” (MACHADO, 2006, p. 502). Possivelmente foi nesse viés, que na Vila de Guarapuava, os cativos Adão e Joanna formalizaram o matrimônio, ambos escravos de Manoel Felix de Siqueira.

Esses escravos se casaram em 1870, ela filha legítima de Benedito e de Basília, escravos de Dona Maximiliana Ferreira dos Santos; ele, filho de pai incógnito e de Maria, crioula, escrava de Dona Gertrudes Maria de Siqueira²⁶. Os noivos, escravos e filhos de escravos de propriedades diferentes. Por meio desses fatos inferimos que essa aliança possuía características que se assemelhavam, pois se encontrava em conformação com os interesses de seus senhores, o que nos revela o motivo que levou

26 Livro de Assento de Casamento de Escravo- Paroquia Nossa Senhora de Belém nº1, (1860-1886), fl. 21 verso.

os proprietários a apoiar a união. Esse arranjo matrimonial fazia parte das escravarias de duas casas. O que chamou nossa atenção foi que Adão e Joanna, eram escravos de Manoel Felix de Siqueira, proprietário e herdeiro de Dona Maxmiliana. Cruzando as informações com o inventário da mesma, não encontramos maiores detalhes, mas suspeitamos que Adão e Joanna tiveram o consentimento na formalização da união pelo seu passado escravo na propriedade de Maxmiliana.

Essa união possibilitou a formação de laços de parentescos envolvendo duas escravarias. Longe de olhar para essa união como uma simples formalidade, se tratava da união entre cativos; assim, podemos afirmar que as escravarias ficaram ligadas pelo enlace matrimonial, e de alguma maneira, a ligação entre as escravarias permitiu a comunicação e o ajustamento através da união conjugal, seja de forma legítima ou ilegítima.

O primeiro registro de casamento em Guarapuava ocorreu em 1813 e o último em 1886. Do primeiro registro até 1849, foram registrados um total de 141 casamentos na localidade; já o período que data até o último registro que é 1886, levando em conta os intervalos entre um período e outro, por conta de alguns casos omissos, e outras uniões que ocorreram entre aqueles que já se encontravam libertos, perfaz um total de 116 casamentos realizados.

Dentre os registros encontrados, verificamos que houve um período de intervalo, entre alguns anos, o que não significa que não houve casamentos, pelo menos dos possíveis casos, que não foram registrados. Se considerarmos as 11 cerimônias oficiais registradas até 1844, há um intervalo entre os anos de 1845 a 1847, voltando a aparecer registros somente em 05 de fevereiro de 1848.

Para confrontarmos algumas semelhanças e distanciamentos encontrados nas fontes, podemos observar um registro da década de 1840, em que o casamento foi realizado entre dois escravizados. Estão assim descritos na fonte:

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de mil oito centos e quarenta e três, nesta freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, depois de feita todas as diligencias do costume sem aparecer impedimento algum, e nem eu o saber; as quatro horas da tarde, em minha presença e das testemunhas abaixo assignadas- o Capitão Antonio da Rocha Loures casado, i Fortunato d Alscina são, pessoas de mim reconhecidas, por palavras de presente, e em face da igreja receberão em matrimônio= Domingos de vinte e cinco anos mais ou menos, Gentio de Guiné, com Rosa, ambos escravos de Ignacio Antonio Mascanha, e [ilegível] desta Parochia, donde são fregueses. Recebe= tão logo as bênçãos nupciais, conforme determina

o Ritual Romano. Do que para constar faço esse assento. O Vigário Antonio Braga D Araújo- Antonio da Rocha Loures- Fortunato D Alscina. (ASSENTOS, 1843, p. 92-93).

O caso acima, embora fosse um período anterior à nossa proposta, mostra que tanto o escravo homem quanto a mulher, viviam na mesma condição, de sujeitos escravizados. Este faz parte dos inúmeros casos em que os nubentes eram escravos, as vezes com origem diferente, como o caso do escravo Domingos, que tem sua descendência descrita como “Guiné”, enquanto que Rosa sua esposa, não tem apontada a sua origem. Verifica-se outro elemento nesse caso, a participação de uma das testemunhas presentes, uma importante figura, o Capitão Antonio da Rocha Loures.

O registro não informa se o capitão e a outra testemunha relatada foram convidadas pelos nubentes, ou pelo proprietário, mas, é possível afirmar que, se para legitimar a validade da cerimônia, ou demonstrar a importância de Ignacio Antonio, proprietário dos referidos escravos, o fato é que enxergamos outra possibilidade, que é o contato dos escravizados com pessoas fora do seu mundo cotidiano, o que os inseria na participação social desses indivíduos.

Outro dado a ser observado, que o livro de assento de casamentos que envolvia escravos traz dados específicos, são casamentos que envolviam não só escravos. Mas alguns casos apontam para casamentos em que um dos nubentes não era escravo, ou em alguns casos tiveram relações de parentesco, ou contato com aqueles que se encontravam ainda no cativeiro, e alguns se encontravam livres. O registro a seguir aponta para essa característica.

O caso de Joaquim Ribeiro, liberto que se casou com Ignacia escrava de Antônio Jose de Souza. Joaquim Ribeiro era filho de Daniel Lourenço e Policena Ribeiro, já a escrava Ignacia sua mulher, consta no registro que sua mãe também escrava já era falecida e de pai incógnito. Cruzando outros dados em que constam pai *incógnito*, ou seja, a descrição é referente a isenção do nome, por não ser identificado, o que gera outras suspeitas, de que poderia ser uma pessoa conhecida, mas cujo nome não poderia ser relatado. Nesse caso, vemos que os dados registrados apontam para pessoas que tinham seu passado ainda ligados aos seus ex-senhores, o que significa dizer que ainda tinham um passado escravo, até pelos comentários que constam nos registros.

O registro m que consta o casamento de Joaquim Ribeiro com a escrava Ignacia, é datado de 1848. Dados apontam para o tipo de união que ocorria na localidade, e que os

casamentos envolvendo ao menos um sujeito escravo, era algo que ocorria com certa frequência, segundo os relatos, inclusive nos casos de uniões não oficiais.

Se observarmos os registros a partir da década de 1850, verifica-se outro dado importante, com relação aos casamentos. Se na primeira metade do século XIX constam nos registros uniões em que ao menos um dos cônjuges era de origem africana, o que significa dizer que na Vila de Guarapuava houve essa característica, já na segunda metade a maioria dos casos envolvendo casamentos entre escravos, são de escravos nascidos no Brasil. Dos registros encontrados de escravos homens em específico, que chegam ao total de 34, nove desses estavam classificados como “crioulos”, e sete desses como escravos africanos, sendo que em sua maioria, não constam a origem. Quando se trata de envolver um escravo africano, são apontadas no registro algumas características descritivas como de origem da “África”, gentio de Guiné, como o caso do escravo “Domingos”, “Luanda”, até mesmo de outra Nação”.

O primeiro registro que consta o casamento entre escravos nascidos no Brasil e arquivados na localidade de Guarapuava é de 1858, e trata da realização da cerimônia de casamento do escravo Theodório crioulo, de propriedade de Dona Balbina Francisco de Siqueira. O Vigário registra assim o assento:

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e cinquenta e oito, nesta Vila de Guarapuava da Provincia do Paraná tendo recebido as tres denuncia canonicas, e outras diligencias do estyllo, sem impedimento algum, em minha presença, e das testemunhas abaixo assinadas Joaquim Nunes dos Santos casados e Manoel Felix de Siqueira solteiro, ambos fregueses desta Parochia, e pessoas de mim reconhecidas, as nove horas da manhã por palavras de presente in face eclesia de receber em matrimonio Theodório crioulo, escravo de Dôna Balbina Francisco de Siqueira filho de pai incógnito e de Maria escrava da finada Maria Rosa dos Santos com Feliciano crioulo escrava da mesma Dôna Balbina, filha de pai incógnito e de Maria escrava de Dôna Libania dos Santos: O contraído natural [ilegível], na freguesia de Palmeira jaz a contraída na Parochia de São José dos Pinhais e ambos fregueses desta supra dita Parochia de Senhora de Belém de Guarapuava, bispado de São Paulo .
Receberão logo as bençãos nupciais na forma do Ritual Romano. De que para constar faço este assento.
O Vigário Antonio Brága e Araújo. (Livro de Assentos, 1858, p. 88,89).

Quando confrontamos este caso com outros registrados, nota-se que a presença de escravizados crioulos é muito mais forte. A constatação desses dados ocorre pelo fim do tráfico internacional de escravos, e do forte apelo político que visava pôr fim no comércio de pessoas, o que eleva para níveis maiores a utilização e o comércio do

tráfico interno, nesse caso os nascidos em terras brasileiras. No caso de Guarapuava, essa característica pode ter ocorrido pelo cumprimento da determinação do presidente da Província do Paraná, o que nos leva a observar que antes da década de 1850, o número de libertos era muito inferior se considerarmos a partir da década de 1860. Sendo assim, os registros mostram inúmeros casos de libertos após a década de 1860, chegando a 39 casos, o que nos leva a inferir que a maioria dos casos envolvendo libertos, só vai ocorrer a partir desse período.

Em 1867, José dos Santos, preto, liberto casou-se com Adelayde cativa, ambos pertencentes à Pedro Lustosa de Siqueira. Podemos notar, considerando o número de propriedades com escravos nesta localidade, que o acesso ao casamento formal registrado nos livros de assentos conta com a prévia autorização dos senhores, haja vista nesse caso, a escrava Adelayd casou-se com José na condição de liberto.

Diante dos registros de casamentos analisados, observa-se que muitas uniões entre escravos compunham um universo de experiência vividas no cativeiro, em que pelo menos um já tinha experimentado.

A tabela a seguir mostra as características daqueles que constam nos registros de casamentos, envolvendo homens e mulheres e a condição de proximidade e ou parentesco entre os escravizados.

Tabela 03- Casamentos de Escravos

Dados da condição	Homens	Mulheres	Total
Casado com escravo (a)	2	9	11
Casado com Liberto (a)	25	31	56
Mãe escrava	1	4	5
Pai escravo	1	4	5
Mãe liberta	4	3	7
Pai liberto	8	3	11
Total	41	54	95

Fonte: Livro de Assento de Casamento de Escravos – Paróquia Nossa Senhora de Belém – Guarapuava- Paraná. (1860-1888).

O período apontado na tabela acima descreve dados que compreendem o final da primeira metade o século XIX, até a segunda metade do período. Não levamos em conta os casos omissos, que são relações que não constavam nos registros. Verifica-se que

mesmo entre os registros envolvendo pai e mãe escravos ou libertos, o número de mulheres é acentuado. Como se pode notar nos processos, os escravos constituíam famílias, e aumentavam suas redes de relações sociais, o que significa afirmar que os dados da condição social interferiam no interesse de formalizar o casamento.

Franco Netto (2007) afirma que os números de registros indicam que o período em que houve maior frequência de casamentos foi até o início da década de 1850. Por outro lado, houve maior incidência de batismos. Analisando o livro de *Assento*, percebemos que, a partir da década de 1850, houve uma diminuição de casamentos registrados que envolviam escravos, e o motivo para isso, segundo Franco Netto (2007), foi o desdobramento das políticas abolicionistas, e a preocupação da localidade com outras atividades que envolviam a criação e o comércio de gado.

É a partir da segunda metade do século que se percebe, na localidade, que os escravizados faziam do casamento uma maneira de estrategicamente se inserirem no contexto social, e assim alimentarem de forma mais forte o desejo pela liberdade. E nesse caso, as uniões mistas entre escravos e libertos ganha proporção como verificamos acima. Franco Netto ainda declara que,

A partir dessas primeiras avaliações quanto às características dos escravos casados, analisamos as alianças matrimoniais dos cativos referentes à condição jurídica dos noivos como um todo, ou seja, (...), dados, e os inserimos numa pequena matriz, procurando, assim, perceber como os escravos estavam agindo estrategicamente a fim de promover uniões mistas entre si. (NETTO, 2007, pp. 289-290).

É claro que nesse período, ainda consta um número muito pequeno de escravizados libertos na localidade. Se observarmos o primeiro registro de casamento, envolvendo um escravo e um liberto, como o caso de Joaquim Ribeiro, que consta como liberto casado com Ignacia, ainda na condição de escrava, esse caso está registrado no final da década de 1848, revelando ainda uma prática não muito corriqueira.

Queremos observar justamente a partir da segunda metade do século XIX, por considerar esse período, cuja estratégia de fortalecimento de laços, seja familiar e outros mecanismos, foi muito mais notória por parte dos escravizados, frente ao forte apelo de libertação em favorecimento do fim do regime escravista, e o aumento na dinâmica no setor econômico, o que elevou a quantidade de escravos na localidade. A Vila de Guarapuava experimentava um forte desenvolvimento agropecuário naquele momento e gerou a necessidade de maior utilização da mão de obra escrava para o desenvolvimento das atividades ligada à pecuária e à agricultura.

Verificaremos nos inventários e mais especificamente nos registros de batismos, que havia outra característica nos planteis da localidade, o número elevado de crianças. Esses apontamentos nos levam a pensar que, na maioria dos planteis na segunda metade do século XIX, havia muitas crianças. Esses escravos que constavam nas fontes inventariais, são apontados como outras propriedades dos senhores, e suspeitamos que as crianças elevavam o valor patrimonial da propriedade em que estavam inseridos, pois aumentava a quantidade de escravos.

Essa característica na segunda metade do século XIX diferiu da primeira metade, em específico nos inventários, pois a maior participação de crianças será possível perceber nos registros de batismos, o que veremos a seguir. No entanto, segue alguns exemplos da presença de crianças nas fontes inventariais como no caso da partilha de bens deixados por Antônio José de Souza e sua esposa Unberlinda Mendes de Araújo que, dentre os bens semoventes deixou três escravos, sendo uma delas Maria, escrava parda de 12 anos. Algo que nos chamou a atenção foi que o valor patrimonial dessa escrava era igual ao da escrava Veronica de 22 anos e o mesmo do escravo João de 27 anos. A hipótese que levantamos é que, embora ainda uma criança, a referida escrava Maria tinha sobre si um alto valor agregado, pelo que poderia produzir para a família. O inventário foi aberto em 20 de fevereiro de 1874²⁷.

Na abertura do processo de inventário do capitão Joaquim José de Lacerda em 30 de julho de 1877, foram encontrados oito escravos no total e uma criança de oito anos por nome Amando, filho da escrava Maria de trinta e um anos, dentre os bens avaliados do mesmo senhor. Esse caso, também reforçou nossa suspeita de que a participação de crianças nas escravarias representava a possibilidade de aumento de ganho, até porque a diferença de valores entre escravos no alto nível de produção não diferia de maneira substancial, pois os senhores certamente viam a possibilidade de obter lucros por muito mais tempo com um escravo novo, do que com um no final de sua vida produtiva.

Mas vale ressaltar que nossa constatação, sobre a participação de crianças ocorreu nos planteis com maior número de cativos na Vila de Guarapuava. O que foi possível detectar também foi a razão de sexo, o que despertou maiores possibilidades de arranjos matrimoniais do que nos planteis com menos cativos. Outra razão é que, nos planteis com menor participação escrava, os cativos já eram envelhecidos, o que dificultava a reprodução por meio dos arranjos familiares.

27 Processos de Inventário- Arquivo da 1ª Vara Cível- 1874- Guarapuava.

Daniele Weigert (2010) estudou os desdobramentos da formação da família escrava em Palmas, e afirmou que o número de cativos casados e viúvos era absolutamente reduzido. Ela reforça que:

“(...) os poucos cativos casados em Palmas estavam em propriedades maiores, evidenciando que o tamanho do plantel teve influência número de casados em Palmas, padrão que a historiografia confirma para diversas localidades”. (WEIGERT, 2010, p. 55).

A identificação da autora mostrou que os poucos cativos casados em Palmas estavam em propriedades maiores, o que difere de Guarapuava, que teve uma quantidade menor de escravos casados, pois os senhores tinham a tendência de limitar a união, embora houvesse mais participação na formação da família escrava nas propriedades maiores em Guarapuava.

Não diferente, a constatação de Heloisa Maria Teixeira (2001), ao estudar Mariana no período de 1850-1888, observou a dificuldade de estabelecer uniões em diferentes propriedades, o que, para a autora, era uma barreira nos pequenos planteis; a menor incidência na formação de famílias cativas, significa dizer que o crescimento era proporcional ao tamanho do plantel.

Um caso surpreendente é o de Hermenegildo Alves de Araújo. O inventário desse senhor, produzido em 1877, mostra que seu plantel era composto por quatro escravos, sendo três homens e uma mulher, todos os escravos registrados como solteiros. O escravo Felisberto foi classificado como preto, solteiro, africano, roceiro, bem como a escrava Benedicta, descrita como preta, solteira, de Corityba, cozinheira e também solteira. Esse caso demonstra a ausência de formação familiar nesse plantel, o que não significa que não tenha havido uma família; suspeitamos que possa ter existido uma família consensual e não legítima, a deduzir pela aproximação da idade de ambos os escravos e a convivência no mesmo plantel²⁸.

Nos registros de batismo, verificamos que a maior parte dos filhos de cativos registrados era fruto de relações ilegítimas, ou seja, filhos de mães solteiras, que em algum momento, mantiveram relação consensual não firmada ou legitimada pelo rito católico.

A fim de perceber a formação da família escrava e a possibilidade de crescimento pelo caminho da reprodução, podemos citar como exemplo o caso de João Mendes de

28 Processos de Inventário, Arquivo 1ª Vara cível de Guarapuava, 1877.

Araújo, um importante escravista com mais de um pequeno plantel, proprietário da escrava Joaquina, filha de pai incógnito e de Selestina também escrava do mesmo João Mendes de Araújo. Joaquina contraiu matrimônio com Albino José da Cruz, na condição de livre, em registro datado em 30 de março de 1877.

Confrontamos o registro dessa união com o registro de batismo da escrava Joaquina que ocorreu em 13 de janeiro de 1863, cujo proprietário era o mesmo João Mendes de Araújo. Esse caso nos aponta alguns elementos que reforçam a participação de crianças nas propriedades, bem como a reprodução no plantel, e ainda o interesse pela liberdade. Se levarmos em conta que Albino contraente do matrimônio, em sua condição jurídica constava como livre, e nos autos do registro paroquianos de casamento de Joaquina diz que, ela contraente, se encontraria livre depois da morte de seu proprietário João Mendes de Araújo e, que já havia sido lavrada e em escritura pública o interesse do escravista, suspeitamos que, como houve consentimento pelos pais dos contraentes bem como por eles, essa união se legitimou mais por força e interesse pela liberdade de Joaquina mesmo ela sendo muito nova, com 14 anos de idade.

Este exemplo reforça nossa hipótese de que a formação da família escrava em Guarapuava esteve ligada não só à manutenção de laços consanguíneos e culturais, mas no interesse de ampliar as possibilidades de conseguir a liberdade.

Depois da década de 1860, verificamos 39 casos de escravos libertos envolvendo homens e mulheres. Embora a quantidade de casos seja muito maior, chegando a um total de 46 para homens e 40 para mulheres, somente depois da década de 1860 é que os casos envolvendo libertos aparecem com maior frequência nos registros. A maior incidência de escravos que aparece nos registros de casamentos contraindo união é, sem dúvidas, entre indivíduos escravizados, ou seja, aqueles que estão inseridos na mesma condição jurídica; porém, não desconsideramos o grande número de casos de escravizados se unindo a pessoas de outra condição jurídica, o que fortalece nossa suspeita de que o casamento era uma forte estratégia para ampliar a condição de liberdade.

Caso surpreendente é o de Saturnina, escrava de João Alves Barbosa, com o contraente José Vicente Damasceno, livre, filho legítimo de Gertrudes da Silva e Vicente Damasceno. A união dessas pessoas ocorreu em 07 de julho de 1870 com a benção do conego vigário Antônio Braga. Esse caso reforça a hipótese de que os sujeitos na condição de escravizados procuraram de algum modo fazer parte no contexto

de domínio de seus senhores. Ainda que com o fim da escravidão os laços fossem estreitados entre senhor e escravo, os vínculos ainda eram mantidos com a tentativa por parte dos senhores de manter aqueles que eram livres de algum modo ligados à escravaria, o que não significa que os escravizados aceitavam passivamente a manutenção desse vínculo.

Os cativos criaram caminhos pela via do parentesco, seja pela família ou pelo sentimento de pertencimento e participação de determinado grupo. Ainda que pudesse correr o risco das próprias estratégias que criavam, continuaram se esforçando na manutenção dos vínculos que faziam deles reconhecidos no meio em que se inseriram não só como escravos, mas como indivíduos que passaram fazer parte de outras redes sociais.

CAPÍTULO 3

O PARENTESCO UM CAMINHO PARA A LIBERDADE

3.1 Compadrio, uma Conexão com o Mundo Livre.

O *compadrio*, como estratégia, foi um importante elemento na ampliação da rede de contato dos escravizados, um caminho que os favoreceu, na construção de suas redes relacionais²⁹. Se o comportamento do escravizado foi relevante para abrir novas frentes de negociações, que permitisse a esses sujeitos se inserirem nas questões que envolviam seus próprios interesses. Analisando os registros, é possível compreender, que eles nos oferecem informações de como estava à situação do batizando, e as relações que envolviam seus pais, seus donos e os padrinhos.

Ao contrário do parentesco formado pelos laços de sangue, o espiritual é fruto de uma escolha. A escolha trata de vínculos importantes na trajetória de vida, que abre caminhos, para que, uma parte empobrecida da sociedade elejam seus parentes que são pertencentes a outros estratos sociais de camadas superiores.

O matrimônio também cria parentesco através da escolha, porém diferente: o compadrio não estava subordinado a uma legislação que envolvia a partilha bens, como no casamento. Assim, a escolha de compadres abria possibilidades para que grupos sociais diferentes fossem estabelecidas sem colocar em risco o patrimônio da família. Em suas proposições metodológicas Sérgio Odilon Nadalin³⁰ (1994) afirma que, o compadrio não segmentava os laços sociais, mas criava uma rede, o que desta forma, nos leva a pensar, que desta forma os compadres oriundos de classes inferiores, criavam suas redes com grupos sócias de elites.

Como se pode observar, os registros de batismos eram considerados essenciais para a vida católica de várias localidades, inclusive da Vila de Guarapuava. Quando se

29 A historiadora Kátia Mattoso (1990) na obra *Ser Escravo no Brasil*, interpreta as relações de compadrio como “as solidariedades procuradas”. O conceito que Mattoso defende, é muito importante para este trabalho, pela relevância de sua aplicação. A autora afirma que: “os laços de compadrio são os próprios fundamento de relação da vida. Eles harmonizam perfeitamente com as regras dessa sociedade brasileira baseada na família extensa, ampliada e patriarcal. E os laços não prendem apenas o padrinho e o afilhado, ligam o padrinho, sua família e os pais da criança batizada. Cujo grupo, em seu conjunto, ganha uma proporção excepcional. (MATTOSO, 1990, p. 132).

30 NADALINI, Sérgio Odilon. Sugestões metodológicas: o compadrio a partir dos registros paroquiais. Anais do IX Encontro Nacional dos Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 1994. V. 3, p. 297-314.

realizava como é chamado pela Igreja, o sacramento do batismo, da criança ou do adulto, seja livre- escravo ou liberto, o documento era lavrado pelo próprio pároco da Igreja, no caso de Guarapuava os primeiros constam lavrados pelo então vigário como era inicialmente descrito. Os estudos que são embasados nos assentos de batismo, casamentos e óbitos, sinalizam para pesquisas sobre a vida familiar dos escravos, despontando com pesquisas inovadoras.

Os registros de batismos eram feitos em um livro específico, mantido na Igreja. Nele eram feitos os registros de batismos, contendo os dados pessoais, como data do nascimento, horário e dia do ato batismal, a filiação, se estava na condição de legítimo ou ilegítimo. Bassanezi (2011, p. 146) observou que, no livro, vai o nome dos pais, e sua condição, se escravo, forro ou livre, bem como os nomes do pároco e dos padrinhos.

Para verificar como as relações sociais foram sendo construídas pelos escravos, analisaremos os registros de batismos, focando mais na segunda metade do século XIX, por considerarmos o forte empenho de políticas abolicionistas naquele período, e perceber como ocorreu seu desdobramento em Guarapuava.

Podemos afirmar que analisar os registros de batismos, nos permite compreender como que esses atores sociais se comportaram em um sistema opressor, salvo as especificidades das escravarias de Guarapuava, porém, tiveram que se adaptar frente às estratégias de outros escravizados e libertos, e mesmo dos proprietários. Nos registros, é possível perceber a condição do escravizado, sua relação com o proprietário e com seus padrinhos, e como a escolha dos padrinhos representou uma tática, para alimentar o sonho de liberdade.

Houve em Guarapuava apadrinhamento de Santos³¹ que, acreditamos, tenha sido uma particularidade de pequenos planteis. Isso se revela pela hipótese de que a pessoa possa ter recebido alguma graça de um santo católico, o que fortalecia a decisão da escolha. Outra suspeita, é de que a pessoa não tivesse encontrado interesse de alguém no apadrinhamento.

Desde a primeira metade do século XIX já se fomentava a constituição da família escrava. A criação da Lei do Ventre Livre, mesmo em meio às dificuldades de sua aplicação e da precariedade da vida, que certamente fragilizava a sobrevivência das crianças, suas principais vítimas, em parte demonstrava o reconhecimento de uma

31 Sobre isso ver WEIGERT, Daniele. Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888), Dissertação de (Mestrado em História). Curitiba-PR: UFPR, 2010.

parcela da elite política brasileira, que via no escravismo, com relação à força dos cativos, a vantagem de permitir a reprodução natural.

Ao examinarmos algumas fontes sobre Guarapuava, sua constituição e a relativa participação do negro escravizado como parte fundante para o desenvolvimento daquela sociedade, notamos a presença relevante da participação da família escrava na localidade. Francisco Vidal Luna (2010) observou em sua pesquisa, se houve, ou não, hostilidade entre escravos nascidos no Brasil e, os nascidos na África, procura perceber a existência de famílias e as preferências desses grupos em se organizar:

(...) Ao mesmo tempo, historiadores demonstram que houve cooperação, casamentos fora das fronteiras grupais e declínio da hostilidade ao longo do tempo conforme escravos nascidos no Brasil passaram a predominar numericamente na população cativa. Parece ter havido amplas variações conforme o local, a economia e a época nesses padrões de conflito ou cooperação e identidades. (LUNA, 2010, p. 232).

É difícil saber se os escravos construíram de modo consciente sua identidade, e se as reproduzia no cotidiano do cativo. Mas é possível afirmar que a existência da família e a organização que os escravos tinham na localidade de Guarapuava, servia de mediação e manutenção dos laços construídos pelos escravizados.

Segundo o pensamento de Perdigão Malheiros (1989), que em reconhecimento da necessidade da extinção do escravismo, ele afirma que, é “preciso atacá-la no seu reduto, que, entre nós, não é hoje senão o nascimento” (MALHEIROS, 1989, p. 156). Ou seja, para ele, seria melhor não encorajar a formação de famílias, como forma de conter o nascimento de crianças que alimentariam a instituição escravista³².

Estudos voltados à compreender as relações sociais de escravizados, tem a família cativa como foco. Nesses estudos, tem se levado em conta experiência do cativo. O interesse se voltou também aos estudos demográficos, observando os espaços geográficos, e com isso destacar a importância da família escrava na sociedade brasileira.

Essa perspectiva vem combatendo os mitos que ainda persistem, porém em processo de revisão, analisando as negativas em relação a participação do negro. Maria

32 Esta alternativa foi posta em ação por políticas públicas da segunda metade do século dezenove, como, por exemplo, a política imigrantista. De fato, tal perspectiva compôs discursos de membros da elite imperial. O tenente-coronel Henrique de Beaurepaire Rohan, que acompanhou Zacarias de Góes e Vasconcelos na primeira presidência da Província do Paraná (1853-1855), afirmou que a chegada de imigrantes europeus faria com que logo não houvesse mais um traço etíópico sequer na sociedade brasileira (GILLIES, 1998)

Odila Leite da Silva Dias (1997, p. 02), afirma que, “para descortinar diferenças foi preciso transcender enquadramentos amplos; aceitar o outro implicava em abrir-se para uma pluralidade de possibilidades de participação até então negadas para o conjunto da sociedade”. O que a autora questiona, é que até pouco ainda se sustentava, que os escravos e negros brasileiros eram inaptos para a formação e organização de grupos familiares, argumento a muito defendido por considerar a perversidade imposta pela escravidão. Outro pensamento é o de inferioridade racial, e a incapacidade do escravizado, o que era reproduzido aos seus descendentes, mesmo os nascidos no Brasil, na categoria de crioulos.

Os registros paroquiais pesquisado apresentam elementos que confirmam a existência da família escrava na localidade de Guarapuava. Os fortes indícios encontrados como livros de assentos de batismos e casamentos, só vêm a reforçar que foi decisiva a participação dessas famílias no processo de liberdade, seja de um indivíduo ou mesmo de um grupo. Se as evidências mostram como que a participação ativa do escravizado interferiu diretamente no funcionamento da sociedade escravista em todo o Brasil e em Guarapuava, podemos elencar que a participação da família foi um dos fatores fundamentais nesse processo, seguido por outro elemento que é o *Compadrio*, ambos surgem como pontos de partida nesse processo de redes de sociabilidades. O que possibilita ao escravizado uma condição de autonomia e mesmo de sobrevivência.

Se as mudanças de padrões que envolviam escravizados, percebida por muitos historiadores que elegeram o casamento como uma revolução no cativo. Por outro lado, estudos vêm se destacando, especialmente quando se trata das relações de compadrio, que avançaram dos laços de consanguinidade, para laços espirituais através do batismo, que não ficava restrito somente ao cativo.

Gudeman e Schwartz (1988) aparecem no cenário que discute sobre o tema, sendo que muitos outros trabalhos surgem abordando esse assunto, que se tornou indispensável para compreender as relações sociais dos escravizados. Os autores lançaram olhares para o Recôncavo Baiano no ano de 1780, observando que o apadrinhamento, foi algo sem muita expressão naquela localidade, e os autores afirmam que, havia certa incompatibilidade entre a propriedade escravista e as ligações parentais espirituais. O que interfere diretamente, sendo necessário, através da análise, entender, o que houve, foi a tentativa de não permitir tais relações.

Se houve a dificuldade de encontrar a utilização do compadrio em algumas regiões, muitos estudos que se voltaram para o assunto constataram que poucos foram os casos que envolveram estas relações de modo que favorecessem mais os senhores do que os escravos, mas ainda imperavam as relações hierárquicas, em que dificilmente um escravo seria padrinho de uma criança livre; o que acontecia era o contrário. Seguindo essa observação, Robert Slenes (1997) afirma, por exemplo, que as relações envolvendo o compadrio ultrapassaram as relações até então mantidas, ou construídas no cativeiro, e apontam para a “necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger a si e a seus filhos” (SLENES, 1997, p. 271).

O compadrio, é apresentado com uma relação um tanto complexa, demonstra os laços de solidariedade entre padrinhos e compadres, como essas relações se mantem e como, ao mesmo tempo, favorece os escravizados. Mas Silvia Brugger (2002) comenta que, há nessas relações um dispositivo de dominação presente, quase sempre acionado quando há necessidade por parte dos senhores.

Há casos em outras escravarias, de escravos apadrinhando outros escravos, embora, essa seja uma especificidade de alguns centros escravistas de maior preponderância de africanos. Para José Roberto Góes (1993), essa foi uma estratégia dos próprios escravizados, para permitir aos africanos que chegavam da África, uma condição de incorporar e fortalecer laços sociais, para formar uma comunidade escrava.

Verificar a localidade de Guarapuava, considerando as atividades que os cativos estavam envolvidos, normalmente em trabalhos no campo, vão criar laços de compadrio. A segunda metade do Oitocentos é o período marcado por essas relações, por essas alianças que interferiram no funcionamento do sistema escravista na localidade.

A pesquisa nos levou a fazer algumas perguntas, as fontes. Por exemplo, qual a condição jurídica dos padrinhos, pois havia um peso social de quem testemunhava a união, outra indagação foi perceber o tamanho da propriedade em que estavam inseridos e como estavam condicionadas as funções impostas aos escravizados nessas propriedades. Algumas mudanças que envolvem o tamanho da escravaria correlacionada com o tamanho da propriedade. Nesses casos consideramos importante analisar o número de batismos envolvendo escravizados, e quais as condições sociais permeavam aquele período da segunda metade do século XIX, o que demonstra que foi marcante, e elevado o número de batismos realizados na localidade de Guarapuava.

Entre os anos de 1810 a 1888, quando consta o último registro de batismo, aponta para um número elevado de batismo, se considerar que se trata de pessoas escravizadas. Dos batismos realizados, 356 dos casos são de pessoas do sexo feminino, sendo 370 do sexo masculino, o que resulta num total de 726³³ batismos realizados no período acima descrito. O livro de Assentos que traz os registros de batismos apontam algumas discrepâncias, que nos fez questionar, porém chegamos somente a possibilidades conclusivas; como o caso da década de 1830, houve uma lacuna ou diminuição nos batismos entre os anos de 1830-1834, na sequência os anos de 1835- 1839, o que pode ser explicado pela dificuldade imposta aos escravizados por parte dos proprietários.

Chegamos ao entendimento de que, talvez a resposta seja pelo desinteresse do proprietário em seguir os rituais, o que poderia ocorrer por alguns motivos, como a questão da ilegitimidade da relação que concebeu a criança, e podemos inferir também a probabilidade de algum impedimento que não chegou a ser realizada a cerimônia do batismo por questões naturais e legais.

Assim, analisando os registros de batismos, e os desdobramentos gerados pelas relações de compadrio, procuramos observar como e se estas relações influenciavam diretamente no desejo de liberdade. Se o batismo é uma relação parental de caráter espiritual, considerando a situação da localidade de Guarapuava com sua base fincada nos ensinamentos cristãos, como que esse entendimento pôde produzir uma ampliação na rede de sociabilidade tecida pelos escravizados.

Verificamos que os registros de batismos na primeira metade do século XIX diferem da segunda metade. Se as crianças na primeira metade nascidas em cativeiro, carregavam a mesma condição de escravo, já a partir da aplicação da Lei do Ventre Livre, a condição para os nascidos em cativeiro vai diferir, pois mesmo que não se tenha a certeza do exercício das determinações legais por parte dos senhores, há um amparo legal que garante aos escravizados ter seus filhos numa condição melhor. É então, que a relação de compadrio se torna importante para compreender essa sociedade formada pelos escravizados que visavam se inserirem num contexto hierárquico do qual não tinham direitos, mas poderem mostrar que eram capazes de formular estratégias de sobrevivência.

Na análise de Motta (1999) a relação dos escravizados na primeira metade do século XIX em Bananal, compreende que houve certa evolução na estrutura na família

33 Livro de Assento de Batismo de escravos – Paróquia Nossa Senhora do Belém – Guarapuava.

escrava. Quando lançamos olhares para a localidade de Guarapuava, podemos inferir que em relação à presença de padrinhos e madrinhas, envolvendo pessoas livres e libertas, formando uma sociedade parental através desses laços. Porém é preciso levar em conta, a segunda metade do século, e esse é o propósito da presente pesquisa, pois o recorte, nos leva a pensar que houve uma elevação no status não só das crianças por conta da Lei do Ventre Livre, mas dos adultos escravizados, por meio das relações criadas entre eles.

3.2. Compadrio e a trajetória de vida entre escravos e libertos.

Dos 726 batismos registrados, encontramos 68 padrinhos na condição de escravos, 29 classificados como libertos e 609 não tem suas características descritas juridicamente. A maneira encontrada nos registros para compreender a condição jurídica, era como o nome das pessoas estava registrado, e tomamos como critério que uma pessoa livre, tinha um sobrenome, diferentemente de um indivíduo na condição de escravo³⁴. Os batismos estavam classificados como legítimos e ilegítimos, nos levou a detectar que houve a predominância de crianças do sexo masculino nos registros, questão muito mais ligada à natalidade, sem ter ligação com preferências.

O primeiro registro da década de 1860 nos apresenta o caso de Ambrosina, uma criança de dois meses, filha de pai incógnito e de Ana, escrava solteira de Pedro Siqueira Cortes. Os padrinhos são José Joaquim de Almeida, e sua mulher Maria Izabel de Belém. O vigário fez questão de apontar a ligação religiosa tanto do dono da escrava, bem como dos padrinhos, uma expressão costumeiramente utilizada nos registros paróquias na Vila de Guarapuava. Este caso é um exemplo de que os padrinhos eram livres, podemos chegar a hipótese de que o apadrinhamento, oferecia condições de alimentar a tão sonhada liberdade.

De todos os 726 batizados, além, de assumirem a mesma fé que os senhores professavam, também estabeleceram fortes laços com seus padrinhos, se colocando sob sua proteção. Já a partir de 1860 encontramos a quantia de 195 registros de batismos, número que nos interessa no período proposto neste trabalho.

34 Daniele Weigert identificou que em Palmas, seguia esse procedimento. A autora analisou fontes, sobre as quais retratam que, a união entre escravizados, e os casos levados à pia de batismo envolvendo esses indivíduos constam somente o primeiro nome. Weigert, Daniele. *Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888)* – Curitiba, 2010, p. 86-88. Sobre isso ver *Nas Bênçãos de Nossa Senhora do Rosário: relações familiares entre escravos em Mambucaba, Angra dos Reis, 1830 a 1881*, Dissertação de Mestrado em História-UFF, 2001.

Se antes de 1850 as relações matrimoniais encontravam maiores dificuldades, já na segunda metade do século, com a proibição do tráfico internacional e o fortalecimento do tráfico interno, pode ter favorecido a formação de famílias e de relações parentais. O que determinou a elevação do status social seja das crianças e de seus pais que ligados por relações de compadrio acendiam socialmente.

Daniele Weigert (2010) afirmou que em Palmas houve preferência por parte dos escravizados por pessoas livres. Quanto a essa escolha a autora afirma que

não se pode esquecer que em Palmas em sua maior parte era formada por pessoas livres, ademais os livres sem posse de terras certamente trabalhavam em atividades rurais, em terras de outros, e é provável que tivessem contato ao menos na lida com escravos. (WEIGERT, 2010, p. 85).

É possível afirmar que essa proximidade no local de trabalho, propiciou o interesse de formular laços familiares pelo compadrio, se levarmos em conta que mesmo na execução das atividades campeira, conseguiam desenvolver a convivência entre si.

Segundo Fernando Franco Netto (2007) em Guarapuava na Província do Paraná, nos períodos que compreendem 1850-1869 e 1870-1888 75,7% e 85,2% dos compadres e comadres eram respectivamente livres. (FRANCO NETTO, 2007, p. 302-304).

É razoável afirmar, que, os mecanismos que se valeram os escravizados, envolvem relações de poder, estratégias o que contribuíram para a formação de uma sociedade com escravos atuantes. Muito embora os escravizados, não formavam grupos coerentes o suficiente como eram os senhores, e para oporem de modo parelho com essa classe hierarquizada, precisavam negociar o tempo todo. Para Norbert Elias (2000), o grupo que está no poder, possui um alto índice de coesão e de integração, o que reserva aos membros desse grupo hierárquico, posições sociais e um poder muito mais elevado. Elias argumenta, é que grupos no poder procuram estigmatizar, aqueles que julgam inferiores, no caso dos escravizados, mesmo depois de livres, quer fossem e classificados como “preto”, “pardo”, ou “livre”, essa pessoa vai ter que carregar a vida inteira o estigma de inferiorização.

A classificação jurídica dos escravizados busca inserir o escravo numa condição jurídica antiga de distinção, mostrando que há diferença entre uma pessoa que é liberta, e outra que nasceu livre. Assim, os senhores reforçavam seu poder, fazendo com que os escravos o reconhecessem.

O compadrio amplia a dimensão social do escravizado, não se sabe em que grau de compreensão, isso era alimentado, mas não se pode negar, que essa era uma manter estratégica. Parafraseando Schwartz (2001), o compadrio pode criar laços entre o escravizado e o livre, o que significa dizer, que esses laços ligavam indivíduos socialmente desiguais. E que o compadrio era segundo o autor um primeiro motor para facilitar essas relações.

Observando a localidade de Guarapuava, e a condição jurídica e social dos padrinhos, como indicativo que aponta para o grau de representação na sociedade. Silvia Brugguer observou que:

Afinal, o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se num segundo pai, em um com-padre: ou seja, alguém, com quem, de algum modo, se dividia a paternidade. Nada mais “normal” do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio – para o “cuidado” dos afilhados (BRUGGER, 2007, p. 286).

De acordo com Brugguer (2007), o compadrio possibilitava ao escravizado, ampliar contatos com pessoas livre, e através desses laços, obter certo prestígio, que não só favorecia os pais, mas muito mais a crianças que recebiam maior cuidado.

Denise Vieira Demétrio (2008) estudou as famílias escravas do Recôncavo da Guanabara entre os séculos XVII e XVIII, e observou que mesmo que os casamentos e batismos fossem atos que atribuíam legalidade e legitimação de tal ato, “os assentos permanecem marcados pela particularidade e também pela memória que os padres produziam”. (DEMÉTRIO, 2008, p. 6).

Os registros eclesiásticos da Vila de Guarapuava, também foram marcados pela particularidade e memória dos padres. Em alguns casos há notas adicionais nas laterais do registro para explicar alguns detalhes, o que ajudou nossa análise, observando os registros de óbitos, por exemplo, foi possível averiguar que alguns constavam inclusive a causa da morte, a condição em que viviam a pessoas, sua condição jurídica, bem como ficou o viúvo ou viúva se fosse o caso.

Detalhes que foram observados nos registros de batismos, em que o Vigário anotava ao lado uma nota explicativa, que apontava a condição da pessoa que seria batizada. As pequenas notas serviam para mostrar em que condições, estava a criança que o proprietário então batizava. O cuidado do padre por alguma razão não explícita, ele considerou importante para o momento deixar registrada a condição do batizando.

Observe como cuidadosamente o Vigário Antonio Braz de Araújo fez o seguinte registro:

Aos vinte dias do mês de janeiro do ano de um mil oitocentos e sessenta e quatro nesta Matriz da Villa de Guarapuava baptisei, e pus os santos óleos à Theodóro inocente, nascido há doze dias, filho legítimo de Manoel de Nação, e de Lusía, crioula, escrava do Tenes Manoel Moreira dos Santos. Forão padrinhos= Pedro Jesuíno de Araújo, e sua mulher Maria Duarte de Oliveira: Todos desta Parochia. E para constar faço este assento que assigno. O Vigário Antonio Braga de Araújo. (Livro de Assento de batismo de Escravos- Paróquia Nossa Senhora de Belém- Guarapuava).

Nota-se que a condição do infante não é descrita, exceto que é filho legítimo, o que de certa maneira reforça a legitimidade de sua situação. Por outro lado percebe-se que a condição jurídica dos pais, ainda era de escravizados e propriedade de Manoel Moreira dos Santos.

Se para Stuart Schwartz (2001), quando estudou sobre o compadrio e família escrava na Bahia e em Curitiba, o batismo de escravos se tornou algo costumeiro, por iniciativa dos senhores, ou mesmo pelos escravizados, que, forçavam, pressionando socialmente para que se cumprisse tal ato.

A historiadora Silvia Maria Brugger (2002), analisa os desdobramentos das relações de compadrio, e como suscitou a utilização deste como mecanismo, praticado por duas vias. A autora concluiu que a relação de compadrio beneficiava a ambos, o que não pode ser visto somente como uma barganha, mas também como representatividade de capital político. Brugger afirma que:

A especificidade do compadrio talvez residisse exatamente no fato de apresentar uma grande possibilidade de extensão – uma pessoa poderia apadrinhar um número infindo de afilhados, incorporando à sua parentela inúmeras unidades familiares – e, ao mesmo tempo, permitir que se criassem sólidos vínculos entre pessoas das mais diferentes condições sociais, que passavam a se reconhecer como parentes. Por outro lado, entre eles não haveria qualquer implicação de ordem patrimonial, como ocorria, por exemplo, no estabelecimento de alianças matrimoniais. O afilhado, embora pudesse ser beneficiado pelo padrinho, não era seu herdeiro necessário. Por isso, a rigor, ninguém em princípio teria motivos para recusar um apadrinhamento. Pelo contrário, ter afilhados era um “capital” político importante. (BRUGGER, 2002, p. 325).

As alianças formadas entre escravos e libertos na Guarapuava do século XIX, seja através da formação da família escrava ou de laços de compadrio e amizade, permite

pensar na vida comunitária desses indivíduos, e como eles viviam e partilhavam de experiências em vários espaços sociais.

Quando analisamos as brechas nos registros de batismos na primeira metade do século, é possível inferir que, muitas relações socio-afetivas, foram tecidas por sujeitos que compartilhavam da mesma base senhorial. Ao que parece, esses sujeitos queriam reconstruir na escravaria, a consciência da vida em comunidade, mesmo que em condições desfavoráveis, com isso tecer as redes de sociabilidades, desta forma promovendo a vivência comunitária.

Fernanda Gomes Rocha (2016) estudou os laços de família em Rio das contas na Bahia. A historiadora afirma que:

Seja como for, o batismo era utilizado como um instrumento de purificação e inserção do pagão na comunidade cristã e foi o primeiro sacramento religioso católico concebido aos africanos e crioulos escravizados no Brasil. Para esses sujeitos, o sacramento do batismo ultrapassou os significados estabelecidos pela Igreja Católica e os limites do cativo, especialmente, por possibilitar fortalecer laços sociais, relações de amizade, solidariedade e reciprocidade. (ROCHA, 2016, p. 103).

Veja, por exemplo, o caso de um registro de batismo, composto por escravos apadrinhando a criança.

As quatro dias do mês de setembro do ano de mil oitocentos e cinquenta e seis, nesta Matriz da Villa de Guarapuava baptisei solenemente, e pus os santos óleos à Moncórso, inocente de seis meses de idade, filho de pai incógnito e de Eufrásia, crioula, escrava solteira do Majór Antonio de Sá Camargo. Forão padrinhos= Maximilião, escravo de Manoel Ferreira de Almeida, e Rita, escrava do mesmo Majór de Sá Camargo= todos fregueses desta Paróchia. Do que para constar faço este assento, que assigno-O Vigário Antonio Braga de Araújo. (Livro de Assento de Batismo de Escravos- Paróquia Nossa Senhora do Belém, 1856).

A transcrição do registro acima é um caso em que os padrinhos são escravos da mesma paróquia, e pode servir de exemplo para compreender que uma possibilidade, seria a reconstrução e manutenção da comunidade escrava dentro da mesma propriedade. Quando analisamos os registros a partir da década de 1860, encontramos diferenças, antes a formulação de parentesco estava muito mais voltada para uma melhor condição de sobrevivência, depois, aliado a isso tem o forte desejo pela liberdade. As políticas de caráter abolicionistas estão em discussão, o que se torna um elemento importante, e fortalece o desejo dos escravizados pela liberdade.

Na obra de Slenes (1999), *Na Senzala uma Flor*, parafraseando o autor, os escravos e suas estratégias, nos permite a tentativa de entender, as várias formas de organização familiar, nas diversas regiões do tempo do Brasil escravista. Elas apontam para as recordações, e as esperanças alimentadas pelos escravizados.

Verificamos na localidade de Guarapuava, que buscar laços de compadrio foi uma brecha encontrada pelos escravizados, mesmo dentro da formalidade necessária, ampliar o contato com o mundo externo ao cativo. Alguns estudos apontam as considerações em torno da escolha dos padrinhos feita pelos escravizados, conforme afirma Schwartz (2001, p. 277) por exemplo, deduziu que “(...) os padrões de seleção indicam uma participação considerável dos próprios escravos na escolha dos padrinhos de batismo”. A análise do autor mostra um dado relevante em sua pesquisa, que é a escolha dos padrinhos recair sobre um indivíduo de outro plantel.

Embora, em nossos esforços para interpretar as fontes, outros entendimentos sejam possíveis, elas nos sinalizam, por exemplo, também, que os escravos desejavam seguir certos padrões de sociabilidade, procurando através do compadrio, serem membros de uma família.

No entanto no caso de Guarapuava, as escolhas dos padrinhos recaiam sobre os proprietários e, em menor proporção, sobre os escravizados. Compreendemos que a presença de um padrinho como parte da família, podia representar uma opção política, uma aliança. Mas, também, o desejo de criar laços familiares. É o caso, por exemplo, do batizado da inocente Clementina, filha de Rita, escrava de João Simão Gonçalves dos Santos. Nesse caso, o padre não anotou qualquer descrição, se Rita teve companheiro e nem informação sobre o pai da criança. O batizado foi realizado na matriz da Vila de Guarapuava, em 10 de abril de 1865³⁵. Não há nada que indique sobre algum tipo de união de Rita, e a escolha recaiu sobre Caetano dos Santos, liberto e solteiro, tendo como madrinha Josefa, escrava de Dona Zeferina de Almeida.

No assento de batismo de Clementina, é possível analisar alguns vestígios da vida familiar desses sujeitos, e as relações que, formalizadas pelo batismo, sacramentavam o ato, demonstravam, por um lado, a vida religiosa com a inserção da criança na vida católica e em seus rituais; de outro modo, o batismo possibilitava uma nova interpretação social, pois, por meio dele, os escravizados teciam suas redes ampliando

35 Livros de registros de batismos realizados na Matriz da Vila de Guarapuava, 1865, fl. 54.

as possibilidades pelos laços que constituíam no batizado, assim fortalecendo os laços com os padrinhos e madrinhas.

A mãe de Clementina procurou formalizar laços de amizades, e afetividades mantidas com a vizinhança e com pessoas livres. Vivência de Rita, escrava permite perceber como que no batismo as ações dos escravizados permitiu construir suas histórias no cativeiro, convidando comadres e compadres, para assim manterem relações fora das escravarias. Rita convidou Josefa, escrava de outra propriedade o que nos levou a pensar que Rita desejava em parte obter o mesmo tratamento dado a Josefa por parte de sua senhora, já a escolha do padrinho, podemos inferir que, foi a construção de uma relação vertical, pois o apadrinhamento feito por um livre, permitia ao filho acessar outros estratos sociais que o pai talvez nunca poderia conseguir.

A representação do sacramento do batismo reforçava a intenção e legitimava o desejo dos escravizados. Stuart Schwartz (2001, p. 266) afirmou que “podiam ser usados, para reforçar laços de parentescos já existentes, solidificar relações com pessoas de classe social semelhante ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais”.

Em *Caminhos Cruzados*, tese de doutorado de Silmei Petiz (2009), o historiador analisou o Oeste do Rio Grande do Sul, analisou que as formas de apadrinhamento dali, diferentes daquelas estudadas por Slenes (1999), Gudeman (1988) e Schwartz (1988). Na análise, Petiz observou que as possíveis combinações em que ambos são escravos, eram um pouco maiores frente aos livres. Salvo algumas características e detalhes menores ocorridos, pesava como importante para aquela sociedade, de que o apadrinhamento ocorresse com mais frequência entre os próprios escravizados. No caso do estudo de Silmei Petiz (2009), mostra que os pais escolhiam os padrinhos e madrinhas para os filhos, e, que independia da condição de a criança ser filho legítimo ou ilegítimo, e que a escolha, estava associada ao status. Em que, sua maioria, as relações sociais ou as redes que esses indivíduos iam tecendo, possibilitada ascensão, mas não só isso, essas redes ampliavam para além dos escravizados, chegando aos forros e livres.

A tentativa dos escravizados era de criar seus próprios espaços de liberdade, e pelos detalhes aqui apontados, encontrar um caminho que viabilizasse a construção de um espaço, que no mínimo desse à eles condições de sobrevivência e sonhar com a liberdade. Essas características evidenciam que eles, ao longo de todo o século XIX, criaram redes de solidariedade entre si e seus parentes. Na localidade de Guarapuava,

circularam por toda a Vila, onde podiam encontrar seus parentes, criar laços de amizades e familiaridade, como o compadrio.

É possível afirmar que aquela ideia há muito sustentada pela historiografia de uma comunidade escrava homogênea, foi quebrada. Observar o escravo somente como mercadoria, poderia permitir ao historiador resolver seus problemas teóricos e metodológicos em analisar o escravizado com condições de agir, mas limitado em parte no campo de sua inteiração. Ainda que as relações familiares e o compadrio em alguns casos tenham sido elementos de análise, para muitos ficou restrito a um determinado campo, que muitas vezes deixou de levar em conta a capacidade desse indivíduo que, mesmo sujeito às vias horizontais, foram capazes de crias suas verticalidades com sujeitos fora do mundo dos escravizados.

Para Denise Aparecida da Silva (2004) em seu estudo sobre escravidão na localidade de Joinville, para ela o compadrio traz os seguintes resultados “como já se discutiu o batismo se apresentou como uma rica oportunidade aos cativos para instruir e ampliar as relações sociais tanto com seus parceiros como com os homens livres” (SILVA, 2004, p. 80).

As ações dos escravizados na localidade de Guarapuava podem ser compreendidas na construção das redes de sociabilidades entre escravizados na localidade de Guarapuava, que pelo compadrio, como um elemento importante para alimentar senão do próprio escravo, o sonho de uma condição melhor para os filhos no futuro.

Conforme observamos alguns estudos, a relação de compadrio em Guarapuava segue algumas características diferentes, o que a historiografia parece não ter levado em conta. A presença de números tão altos de proprietários batizando seus escravos, o que nos leva a inferir que em Guarapuava, houve uma maior aproximação dos senhores com seus escravos, a ponto de exercerem uma espécie de cuidado paternal. Muito embora desconfiemos disso na análise das fontes, pois se considerarmos os mecanismos políticos a favor da libertação dos escravos, essa foi mais uma estratégia dos proprietários de manterem esses indivíduos debaixo de um “cuidado” coercitivo.

A complexidade para compreender a relação de compadrio pode estar associada a relação populacional de determinada localidade. Em alguns casos, os escravizados podem ter buscado muito mais manter e aumentar as relações entre os próprios escravizados, o que difere em Guarapuava, se levarmos em conta as características do

local, em que os escravos, como afirmamos, buscavam tecer teias de sociabilidades com pessoas livres.

Franco Netto sustenta que havia dificuldade de encontrar padrinhos e madrinhas com a mesma condição jurídica, o que vai comprovar que os escravizados procuravam amenizar, ou mesmo vencer as dificuldades buscando padrinhos na condição de cativos; ou seja, quanto maior a propriedade, também era maior a probabilidade de maior número de padrinhos livres, como foi a tendência em Guarapuava. O compadrio se revelou, nesse caso, como um fio condutor para entender, através das leituras dos documentos, as estratégias nas relações sociais dos escravizados desta localidade, haja vista as enormes barreiras que dificultavam os arranjos sociais fora do cativeiro com pessoas livres.

A quantidade expressiva de batismos nos dá um número de 3,5 batismos por proprietário, considerando que, dos 726 atos registrados, são 206 os proprietários. Esses dados comparados, com os inventários, nos levam a pensar na hipótese de quantas crianças estavam nascendo, e levantar o número médio de crianças em cada plantel. É claro que essa é uma hipótese, pois é preciso considerar, como já observamos, que em alguns casos não havia registro de batismos, e nem mesmo havia o controle de natalidade preciso, que possa especificar detalhadamente esses dados.

Daniel Barroso (2014), analisando as relações de compadrio na região da Província do “Grão Para”, identificou uma alta incidência de escravos escolhendo seus compadres, na mesma condição de cativos. O autor observou que havia indivíduos que conseguiram ascensão, mas que continuavam com os pés ligados pela herança escravista, o que fazia esses indivíduos serem bastante procurados para exercer o compadrio.

Esse não é o caso das escravarias em Guarapuava, onde as escolhas estavam centradas muito mais nos senhores do que nos escravos. Muito embora, como já observado no presente trabalho, não se possa negar a participação dos escravizados na escolha dos padrinhos, pois viam neles a possibilidade de maior cuidado aos seus rebentos.

Conseguimos compreender que a participação na construção de uma comunidade escravista esteve presente na localidade de Guarapuava, e que os escravizados conseguiram obter voz em um contexto de extremo controle e imposição senhorial, o que demonstra como que a articulação desses sujeitos foi importante para, de alguma

maneira, conseguir não só alimentar o sonho da liberdade, mas serem atuantes, na sociedade que estavam inseridos.

Denise da Silva em sua dissertação ainda afirma que:

Os laços de compadrio podem se constituir a partir de diferentes cerimônias, a mais comum era a do batismo. O compromisso que se estabelece com o compadrio é percebido como uma oportunidade, uma brecha para a família escrava ampliar e solidificar suas relações, (...) Relação que foi fundamental para organização destas comunidades. (SILVA, 2004, p. 83).

Foi através de práticas bem definidas que os cativos aproveitaram para construir relações com o mundo livre, à medida que reforçavam a solidariedade no cativeiro. Os laços de parentesco serviam para reforçar o sonho, diante da realidade que viviam.

Para os escravos, o compadrio pode ter funcionado como um mecanismo para forjar e/ou confirmar alianças sociais com seus parceiros de cativeiro da mesma propriedade ou não. As famílias negras estiveram empenhadas em construir laços de parentesco, em alguns casos com cativos, esses muito mais na primeira metade do século XIX em Guarapuava; no segundo período do mesmo século, já não só através de laços consanguíneos, mas, também, relações mais extensas, nas redes de apadrinhamento, e também com os próprios parceiros étnicos. Posteriormente veremos as preferências dos escravizados e libertos em tecer parentesco, quando analisarmos mais de perto a trajetória de alguns sujeitos da Vila de Guarapuava.

3.3 O Batizado de Joana, um Parentesco Amistoso.

A fim de perscrutar a trajetória da família da infante Joana, em paralelo, procuramos aqui destacar o lugar que Dona Balbina Francisca de Siqueira ocupava. Dona Balbina, como era chamada, era viúva; em seu casamento com Manoel Ferreira dos Santos não tiveram filhos, o que fez de treze de seus escravos herdeiros de uma parte de suas terras. O lugar social no qual estava inserida Dona Balbina, aponta para uma figura cujos valores e posses eram de pessoas que ocuparam os Campos de Guarapuava - junto com seus familiares e posses, se inseriram compondo parte daquela sociedade.

O inventário de Dona Balbina foi aberto em 20 de dezembro de 1865. Nesse documento, o que é preciso analisar antes de ser por ele persuadido, são as informações que são relevantes para que possamos entender as relações dos escravos deixados pelo seu marido já falecido, assim como os últimos desejos dessa proprietária, em específico como deveria proceder com seus escravos após sua morte. Veremos um trecho do

inventário em que Dona Balbina Francisca de Siqueira declara a manumissão dos escravos:

Os escravos, que meu finado marido deixou como libertos, com condição somente de me servirem durante minha existência, são os seguintes= Heleodoro e sua mulher Feliciano, Manoel, José Velho, José dos Santos, Isidoro, Eduardo, Diana, Joaquina, Libania, e Rita, os quaes todos tendo-me prestado bons serviços, ficão por isso gosando da liberdade.

A análise do documento nos permite pensar nos detalhes fragmentários, que nos levaram a observar que havia sociabilidades contidas nele junto com a experiência dos cativos. Se por um lado não podemos desconsiderar a atitude de Dona Balbina como gratidão aos bons serviços prestados pelos escravizados, por outro lado, não se pode esquecer que os cativos eram pessoas pensantes que, na tentativa de conquistar a liberdade já vivenciada por outros, também negociavam, articulando a fim de realizarem o mesmo objetivo. São outros entendimentos contidos no documento que inferimos, sem desprezar outras interpretações, mas alguns detalhes nos chamaram a atenção.

No segundo trecho em que Dona Balbina declara a liberdade de seus escravos está escrito:

Declaro que depois do falecimento de meu esposo, possui mais dois escravos, sendo estes: José Marcos, meu afilhado e Generosa dos quaes fica liberto, sem mais condição alguma, o dito José marcos, e fica também liberta a mesma generosa, com a condição porem de servir por espaço de quinze anos a duas orfans, que estou creando, de nomes : Maria Antônia dos Santos, e Porfíria Pedra, das quaes se alguma casar ficará ella servindo a que for solteira, e dela não poderia retirar-se, sem completar quinze anos, contados do meu falecimento.

Quando confrontamos esse fragmento com os registros de batismo em especial de Joana filha da escrava Bernarda da mesma Dona Balbina, não encontramos no inventário o nome de Bernarda, nem mesmo foi citada na lista de manumissão da proprietária. Inferimos que talvez o critério de escolha para conceder liberdades a seus escravos, pudesse conter outros elementos, como a proximidade, a subordinação e a vontade de seu falecido marido³⁶.

Bernarda escolheu Heleodoro, escravo da mesma Dona Balbina para apadrinhar sua filha Joana, tendo como madrinha Benta, uma liberta. No registro consta que:

³⁶ Sobre isso ver: HARTUNG, Miriam. *O sangue e o espírito dos antepassados*: escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha – PR. Florianópolis: NUER/UFSC, 2004. Em sua análise, a autora se volta para um fragmento testamentário de Dona Balbina, para nele, perceber a relação dos escravizados e seus descendentes.

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de mil oitocentos e sessenta quatro, nesta matriz da Villa de Guarapuava baptisei, e pus os santos óleos à Joana, inocente, nascida em vinte e quatro de junho do mesmo ano de pai incógnito e de Bernarda crioula, escrava, solteira de Dona Balbina Francisca de Siqueira viúva. Foram padrinhos Heleodório, casado escravo da mesma Dona Balbina, e Benta de Souza, liberta, solteira todos parochianos. E para constar faço esse assento e assino. O conego vigário Antonio Braga de Araújo.

A confrontação com as informações dos inventários e os registros de batismo, mostra-nos a ação hierarquizante e manipuladora por parte de Dona Balbina em interferir na liberdade dos cativos em sua propriedade. Heleodório era um escravo legitimamente casado, com os devidos reconhecimentos por parte da proprietária, bem como dos atos religiosos do catolicismo, e esse foi um detalhe que pode ter motivado Bernarda a escolhê-lo para apadrinhar sua filha Joana. Para madrinha, Bernarda escolheu Benta de Souza, liberta. Benta também foi madrinha de Joanna, filha de Cesarina, escrava do Major Domingos de Siqueira Cortes, no dia 05 de fevereiro de 1865.

Um detalhe que nos chamou a atenção quando verificamos as fontes foi que, talvez Bernarda reconhecesse a importância de Heleodório no plantel, pois no ano anterior ao batizado de Joana sua filha, a mesma Bernarda deu à luz a Francisco, registrado como filho de pai incógnito e de Bernarda. O fragmento está assim descrito:

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de 1863, nesta matriz da Villa de Guarapuava. Baptisei [ilegível] (por ter sido baptizado em casa em sua localidade) e pus os santos óleos a Francisco, inocente, de seis meses de idade filho de pai incógnito e de Bernarda, escrava, solteira de Dona Balbina Francisca de Siqueira, a qual perante as testemunhas abaixo assignadas pedio, que pelo presente assento eu declarasse haver Ella feito dádiva deste crioulinho a Manoel filho de seu sobrinho Pedro Lustosa de Siqueira, devendo por tanto d'ora em diante considerar-se o mesmo Manoel como legítimo dono do dito crioulo de nome Francisco. Tendo sido padrinhos deste inocente= Benedito dos Santos, sua mulher Leopoldina Vitalina de Sousa: todos desta parochia. E para constar faço este assento, que assigno; assignando à vogo da d'ona Balbina Francisca de Siqueira. O Conego vigário Antonio Brága de Araújo.

O pedido de Balbina neste fragmento demonstra que os escravizados mesmo fazendo parte da mesma propriedade, podem vivenciar múltiplas experiências históricas. No caso de Bernarda que teve seu filho presenteado por sua dona, nesse caso verificamos que nos testamento não constava o nome de Bernarda entre os cativos que seriam libertos após sua morte. O interesse em confrontar essas informações em diferentes fontes, foi que no ano seguinte quando Bernarda deu à luz Joana, ela procura

mesmo sem contar com os privilégios por parte de sua senhora, costurar um caminho em direção a liberdade, e ao fazê-lo, escolhe Heleodório que contava com mais privilégios na propriedade para, por meio do compadrio quem sabe, facilitar seu caminho para libertação.

A liberdade concedida nos registros demonstra como o proprietário e a própria família senhorial se relacionava com os escravos, e que essas relações eram diversificadas, ora privilegiando ora dificultando para alguns.

Para Felipe Germano Canavese (2011), em seu estudo sobre escravidão com base no inventário de Dona Balbina, afirma que:

(...) As manumissões destes escravos podem ser compreendidas com a efetivação de uma possibilidade entre muitas outras possíveis, como a própria Dona Balbina mostrou, sendo possível afirmar que mesmo no interior de um grupo de cativos pertencentes ao mesmo proprietário podem ser encontradas múltiplas experiências. (CANAVESE, 2011, p. 46).

A liberdade contida nos registros revela que, através deste dispositivo legal, a família senhorial nem sempre libertava seus escravos imediatamente após a sua morte, mas, muitas vezes condicionava escravos a servir familiares até a morte ou o casamento desses. No caso de Dona Balbina, pode-se deduzir que seu marido tivesse o cuidado de não deixar sua esposa desguarnecida, considerando que não tinham filhos, e para que ela não ficasse sem os devidos cuidados, ou incorresse o risco de uma possível rebelião. Nossa hipótese é que os proprietários continuavam a utilizar estrategicamente a concessão de manumissão a fim de controlar e dominar os possíveis destinos de seus escravos.

Desta forma, a escrava Bernarda, que talvez não gozasse dos mesmos privilégios que outros cativos, precisava se reinventar para, de alguma maneira estratégica, mudar o rumo de sua trajetória. Contar com a solidariedade de Heleodório para apadrinhar sua filha foi uma escolha importante para Bernarda, já que ele usufruía de maior simpatia por parte de sua proprietária. Esse ato poderia facilitar seu caminho para o mundo livre.

Sidney Chalhoub, em sua obra *Visões de Liberdade* (1990), afirma que mesmo havendo dispositivos legais quanto a manumissão dos escravos, era de interesse dos senhores dominar e regular essa liberdade:

Convencer os escravos de que o caminho para a alforria passava necessariamente pela obediência e fidelidade aos senhores. Mais ainda (...) fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes,

de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários. (CHALHOUB, 1990, p. 100).

É o que se vê no documento sobre as manumissões de Dona Balbina. A proprietária não foi concedendo liberdade à revelia, e mesmo aos libertos seguindo a vontade do marido, ficou clara a tentativa de ainda manter ligados a sua propriedade e debaixo de sua tutela, aqueles cuja liberdade fora alcançada por determinações legais.

Cabe ressaltar, seguindo o exemplo ocorrido nessa propriedade, que as relações familiares acabaram favorecendo o próprio senhor de escravos, pois nota-se que as crianças nascidas em cativo, serviram para manter ligados à propriedade seus próprios pais. A tentativa dos senhores em manter as crianças sob seu domínio era uma garantia de manter seus pais sob sua tutela. Desta forma, a criação de laços familiares pode também ser entendida como um binômio: se para os escravizados propiciava um maior contato com a liberdade, e assim escapar da escravidão, para os senhores poderia significar manter ex-escravos e nascidos na condição de livres presos ao cativo.

Rosilene Costa Cardoso (2011) em seu estudo sobre as relações sociais entre escravizados em Juiz de Fora, afirmou que: “A partir do batismo, um vínculo de parentesco se instituiu, a partir do qual solidariedades também floresciam. Era assim que o raio social do país se ampliava, pois, os vínculos podiam se dar entre escravos, forros e livres” (CARDOSO, 2001, p. 90).

Dessa forma, podemos supor que a relação carregada de simbolismo ocorre quando um homem é considerado propriedade de um senhor, o que aponta para a diferenciação social entre ambos. Isto significa dizer que um proprietário de escravos na Vila de Guarapuava possuía um status social diferente. Entre alguém que era proprietário de escravo e outro que não era a diferença se assentava na subordinação e obediência irrestrita de uma pessoa na condição de escravizado para com seu senhor. Se isso não ocorresse, podemos inferir a continuidade de uma relação de senhor e escravo, ainda que diante dos termos legais ela deixasse de existir e fosse legítima.

É em face da coerção e domínio por parte dos senhores que os escravizados visavam construir, pelo compadrio, um parentesco com pessoas com as quais dividiam amizades, vínculos e afinidades. É nessa perspectiva que Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997, p. 92) afirmam que o: “compadrio foi uma oportunidade aproveitada pelos cativos para tecer laços de proteção e ajuda mútua”.

Se o compadrio envolve vários fatores, para os escravizados foi uma maneira de transformar a subordinação coercitiva em compadrio.

A fim de entender como estavam classificadas as categorias sociais pelo compadrio, valemo-nos da investigação e confrontação das fontes inventariais e os registros de batismos. Podemos classificar subdividindo em categorias, quanto a sua condição como: livres, liberto/as, escravo/as e alguns casos em que não foram identificados padrinhos ou madrinhas.

Tabela 04. Condição jurídica dos Padrinhos e Madrinhas de escravos conforme os registros paroquiais. Período 1860/1888. Paróquia Nossa Senhora do Belém de Guarapuava.

Padrinho						
	Livre	Liberto	Escravo	Santo	S/padrinho	Total
Livre	154	-	-	-		154
Liberto	-	10	-	-	-	10
Escravo	-	-	19	-	-	19
Santo	-	-	-	-	-	
S/Padrinho	-	-	-	-	11	11
Total	154	10	19	-	11	194
Madrinha						
	Livre	Liberto	Escrava	Santa	S/Madrinha	Total
Livre	148	-	-	-	-	148
Liberto	-	11	-	-	-	11
Escravo	-	-	17	-	-	17
Santo	-	-	-	4	-	4
Sem Padrinho	-	-	-	-	3	3
Total	148	11	17	4	3	183

Fonte: Registros paroquias de Batismo. Paróquia Nossa Senhora do Belém- 1860/1888.

Cabe aqui ressaltar, observando o período, que na década de 1860 houve maior predominância nos batismos envolvendo escravizados. Já para o segundo decênio, encontramos certa discrepância no que se refere a quantidade de batismo e os arranjos entre escravizados. Outro fato que nos chamou a atenção foi que, a partir da década de 1870 caiu a participação de indivíduos escravizados apadrinhando outros escravos,

sobre o que Franco Netto (2007, p. 305) afirma: “que os movimentos do tráfico interno poderiam estar influenciando também na estrutura do compadrio da população escrava, considerando-se as dificuldades de se conseguir nos planteis escravos para serem padrinhos e/ou madrinhas”.

Essa foi uma hipótese levantada pelo referido autor, porém desconfiamos desta sugestão, embora não descartemos que isso possa de fato ter influenciado também. Mas, acreditamos que, além disso, outros fatores influenciaram na escolha dos padrinhos, pois com o fim do tráfico de escravos, os senhores procuraram estar mais próximos aos seus escravos, no objetivo de manter sua propriedade. Essa proximidade também favoreceu um maior contato com os senhores que, aliada às sociabilidades criadas pelos escravos, fortaleceram seu principal objetivo, que era a conquista da liberdade.

Em seu estudo sobre o compadrio em Palmas Daniele Weigert (2010, p. 90), analisou que:

(...) a escolha de padrinhos escravos provavelmente esteve relacionada com a falta de vínculos parentais entre os cativos. (...) Nesse sentido, o compadrio oportunamente se constituiu em um meio de criar o parentesco, e essas relações podem ter sido incentivadas pelos senhores a fim de “pacificar” seus escravos.

Embora Palmas e a Vila de Guarapuava tivessem muitas semelhanças no que se refere ao período de sua ocupação e a utilização da mão de obra escrava, as evidências indicadas pela documentação consultada, confirmam que, em Guarapuava, a escolha de padrinhos recaia muito mais sobre indivíduos livres.

3.4 Relações de compadrio no Universo escravista ligando diferentes famílias.

No decênio de 1870 encontramos apenas um registro de batismo de escravos. Em 04 de abril de 1872 ocorreu o batismo do pequeno Manoel de um ano e quatro meses, filho de Maria Antônia escrava de Joaquim Alves Ribeiro. Os padrinhos foram Pedro Nunes da Rocha Loures e sua mãe Maria Rocha Loures. Esse caso mostra que a família cativa tinha papel central na incorporação do infante através das relações parentais nesse, caso o compadrio. Se pensarmos que os cativos vindos de outras regiões não tinham parentes, nesse caso é possível inferir que o compadrio beneficiou na escolha. No entanto o que ressaltamos é que, essas relações na Vila de Guarapuava estavam muito mais ligadas ao interesse de fazer parte do mundo livre, o que explicaria a quantia expressiva de padrinhos livres.

Como afirmou Franco Netto (2007), o tráfico interno interferiu na escolha de padrinhos e madrinhas em condição de cativo na segunda metade do século XIX. Outro elemento é que parte da população escrava foi inserida no mundo livre. A participação dos livres se deve em partes, como verificamos, pelo desejo dos escravizados de estabelecerem relações verticais com pessoas de outras camadas sociais. Stuart Schwartz (2001) analisou que, em Curitiba, houve maior incidência na escolha de livres apadrinhando escravos a partir de 1870 até o fim da escravidão³⁷. Se levarmos isso em questão, podemos considerar que a incorporação dos escravos foi importante nesse período pelo compadrio, também em Guarapuava.

Os senhores que aparecem apadrinhando escravos de outras propriedades nos levam a pensar que não só o escravizado, mas o próprio senhor avança do limite de sua propriedade, passando a fazer parte do relacionamento com outros fazendeiros e proprietários de escravos. Cacilda Machado (2008) afirmou que a relação de compadrio com os filhos dos proprietários, poderia significar uma forma de “controle dos senhores na socialização de seus escravos”. (MACHADO, 2008, p. 192). Desta forma conseguimos em parte concordar, se pensarmos no inventário de Dona Balbina Francisca de Siqueira, que procurou manter seus escravos em sua propriedade, mesmo as manumissões terem sido concedidas em documentos pelo seu finado esposo.

Sobre a composição familiar por parte dos cativos não podia desconsiderar os limites e as tramas tecidas pelos senhores, a ação escrava tinha que ser praticada com esperteza e muita sensibilidade.

Sobre a composição familiar por parte dos cativos não podia desconsiderar os limites e as tramas tecidas pelos senhores - a ação escrava tinha que ser praticada com esperteza e muita sensibilidade. Talvez por isso a escrava Rita objetivasse construir laços familiares e de amizade entre pessoas que conviviam na mesma condição, mas igualmente, estender sua rede de contato e solidariedade. Como afirmou Brugger (2007, p. 291) “a escolha de padrinhos pelos cativos aparecia assim, como fundamental às suas pretensões de alianças sociais no cativo”. Rita teve como padrinhos de sua filha Clementina, Caetano dos Santos, liberto e Josefa escrava de Dona Zeferina, em ato de batizado datado em 10 de maio de 1865.

37 Schwartz constatou que foi de interesse dos escravizados fazerem parte do mundo livre, o que para ele, parecia inconveniente para um escravo ter um compadre escravo naquele momento. (SCHWARTZ, 2001, p. 282).

Por sua vez, a escrava Vicência, na pretensão de realizar uma aliança social com o segmento livre e uma proteção e, quem sabe a alforria para seu filho no futuro. Com a intenção de que o filho pudesse receber algum legado, escolheu para padrinhos de seu filho o Alferes Pedro Lustosa de Siqueira e sua mulher Dona Anna Ferreira de Faria, quando estes viessem a faltar em caso de morte. Sobre isso Slenes (1997, p. 271) pontua a “necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e seus filhos”.

Após o ato do batismo, pais e padrinhos utilizavam a designação de compadres e passavam ter as mesmas obrigações no cuidado da criança. Assim, mesmo que na prática ocorresse diferente, ideologicamente, a distância social entre as pessoas que se estabeleciam nos vínculos sócias do compadrio³⁸ diminuía. Embora esses laços não diminuíssem as hierarquias e imposições sociais, antes era muito praticado na sociedade naquele momento, mesmo na vida daqueles que procuravam através de laços de parentesco minimizar as restrições sofridas.

Diante das evidências, notamos que os valores patriarcais imbricados na escolha de padrinhos por parte dos cativos, que buscavam por meio dos laços de parentesco, no caso o compadrio, aliarem-se a família senhorial. Com isso, no tecer das redes que criavam, buscavam ampliar seus vínculos com a população livre e, caso se assim fosse possível, como observamos nas fontes, com livres que não possuíam escravos.

Aos oito dias do mês de outubro de 1870, foi apresentada para o batismo a inocente Francisca, filha de Bernardina, escrava do Alfer Pedro Lustosa de Siqueira, foram padrinhos, João Lustosa Dangui e Gertrudes Lustosa Dangui. Embora tenhamos encontrado alguns casos de senhores que foram padrinhos e madrinhas, a maioria dos padrinhos e madrinhas nem sempre eram proprietários de escravos. Inferimos que talvez seja para escapar das responsabilidades inerentes ao compadrio, como explica Schwartz:

O compadrio criava uma série de laços de parentesco espiritual entre o afilhado ou afilhada e seu padrinho e madrinha, além de laços entre os pais e os padrinhos, que passavam a tratar-se por compadre ou comadre, ou seja, pais suplementares das crianças batizadas em reconhecimento à união da essência espiritual e material da criança. Os laços formavam-se na igreja, mas estendiam-se pela vida secular (...) quaisquer que fossem as funções sociais do compadrio, a essência

38 Sobre isso, refere-se ao batizado de Dinna, filha de pai incógnito e de Cesarina, solteira, escrava de Domingos de Siqueira Cortes, sendo padrinhos do inocente, Bento de Siqueira Cortes e sua avó Rosa Maria de Jesus em 1860. Esse caso nos leva a inferir, que membros da própria família senhorial, se propuseram a apadrinhar o filho de sua escrava. Livro de Assentos de Batismos de escravos. Paróquia Nossa Senhora do Belém. 1860-1888.

do mesmo era espiritual. Como poderia o senhor disciplinar, vender ou explorar irrestritamente sua propriedade viva enquanto assumia as obrigações do compadrio? O compadrio representava participação como membro da Igreja e igualdade como cristão. O indivíduo batizado, fora salvo da danação, ganhara uma nova e legítima família na igreja e passara a possuir novos pais e relações fraternais. (SCHWARTZ, 1998, p. 331).

No caso acima, verificamos que João Lustosa Danqui era proprietário de escravos, e nos assentos consta que o mesmo apadrinhou cerca de 5 escravos³⁹; o próprio Pedro de Lustosa Siqueira, também proprietário de escravos, apadrinhou 6. Apesar de toda discussão em torno das obrigações religiosas de proprietários que apadrinharam escravos, e a relativa participação dos senhores aparecerem nos casos de batismo de seus próprios escravos, nossa análise se confirma, que os proprietários que foram padrinhos de escravizados, ao mesmo tempo tentaram manter seus cativos debaixo de sua tutela, inclusive não fazendo questão de conceder da liberdade de seus próprios afilhados e afilhadas.

Entendemos que as relações de compadrio foram nesse aspecto marcadas pela escolha dos escravizados em preparar um futuro melhor para seus filhos, a partir da qual, essa escolha favorecesse essas crianças alcançarem a liberdade, apoio e reconhecimento por parte das hierarquias estabelecidas.

Candido Ayres de Araújo foi um proprietário de escravos, também fazendeiro possuidor de vários bens. Com base nos seus inventários, verificamos que o perfil de sua família era de destaque por conta dos bens que ele possuía. Dos bens inventariados que Dona Gertrudes esposa de Cândido Ayres recebeu do falecido marido, havia nos autos dois escravos e uma escrava. O inventário foi aberto em 12 de dezembro de 1862, para proceder com as avaliações dos bens deixados. Analisamos o documento a fim de percorrer a trajetória de Gertrudes, e para entender as relações de compadrio entre seus escravos.

Benta levou à pia batismal no ano de 1869, seu filho Crispim, com dois meses de idade; o menino recebeu Simplício Cardoso Marques e sua mulher Maria de Jesus Marques como padrinho e madrinha⁴⁰. Embora o padrinho fosse livre e de nacionalidade portuguesa, não encontramos indícios de que fosse proprietário de

39 Livro de Assento de Batismo de Escravos. Paróquia Nossa Senhora de Belém- Guarapuava 1860-1888.

40 Livro de Assento de Batismo de Escravos. Paróquia Nossa Senhora de Belém- Guarapuava nº 3, 1860-1888, fl. [ilegível].

escravos. Suspeitamos que a escolha dos padrinhos foi feita em parte pela proprietária, e do outro lado por Benta mãe de Crispim, a fim de ampliar suas relações sociais com pessoas livres. Na tentativa de encontrar pistas sobre Benta, escrava de Dona Gertrudes, encontramos uma mulher com nome Benta, que aparece como madrinha, pelo menos em três casos, um deles como madrinha de Joana filha de Bernarda escrava de Dona Balbina. Não podemos afirmar que trata-se da mesma Benta - verificamos que em 1864 quando foi madrinha de Joana, ela apareceu nos autos como Benta de Souza, e agora simplesmente como Benta crioula.

Se Benta de Souza for a mesma Benta mãe de Crispim, nossa hipótese nesse caso, é que a tal Benta possa ter sim, conseguido a liberdade, mas nos autos do assento de casamento, não foi levado em conta que a mesma era livre. E, por ser identificada ainda como escrava, e não possuir sobrenome, temos um sinal sugestivo de que fosse uma pessoa com poucos recursos, muito embora, como já apontado, Benta apareça em outros registros de batismo como madrinha e na condição de livre.

Em 13 de agosto de 1869, Sebastiana, filha de Joanna, foi batizada; nascida em 29 de abril de 1869⁴¹, a menina recebeu como padrinhos Campolim, escravo do coronel Antônio de Sá Camargo e Ignacia, mulata, escrava do Alfer João Lorian Tavares de Lacerda. Sobre os padrinhos nada que revelasse destaque foi encontrado. Destacamos que esse ato sacramental uniu famílias diferentes pelo compadrio, a proprietária de Joanna, Dona Maria Tavares Lacerda com a família do coronel Antônio de Sá Camargo.

Nesse caso, observamos que as duas famílias possuíam escravos, e que esses pertenciam a diferentes famílias. Desconfiamos que, de um lado, se os proprietários tinham algum interesse na ligação com outro proprietário, talvez a fim de manterem subordinados seus escravos, por outro lado, sugerimos que o compadrio entre pessoas da mesma condição jurídica se afirmava, sob a necessidade de manterem laços outrora firmados entre os cativos, ou mesmo a fim de alcançar certos privilégios que outros escravizados possuíam.

Pensamos que a situação comum dos membros de determinada comunidade, imprimia o sentimento de pertencimento à essa comunidade que era desejada pelos indivíduos escravizados. Mas esse sentimento não se tornou uma real marca, a não ser pelo compadrio, que proporcionou aos escravizados, relações para além de apenas

41 Livro de Assento de Batismo de Escravos. Paróquia Nossa Senhora de Belém- Guarapuava nº 3, 1860-1888, fl. [n/c].

membros de uma mesma escravaria, mas que permitiram eles sonharem com a liberdade. Nessa perspectiva, temos a hipótese de que as relações de compadrio que foram estabelecidas pelos cativos do coronel Antônio de Sá Camargo e do Alfer João Lorianio Tavares de Lacerda tivessem fortalecido os laços entre escravos do mesmo plantel e também de outros, além de inserirem-se através desses vínculos com os proprietários e seus familiares.

Viver na comunidade escrava na Vila de Guarapuava tinha suas peculiaridades como já vimos. As experiências que os escravizados dessa localidade passaram, foi sem dúvida diferente de outras escravarias como já expusemos nos capítulos anteriores, havia diferenças inclusive nas escravarias dos Campos Gerais, conforme observou Bruna Marina Portela (2007) os escravos dos senhores da Vila de Castro viajavam com seus senhores para negociar gado, e assim alargavam seus laços de sociabilidades (PORTELA, 2007, p. 72).

Caminhando para o fechamento deste capítulo, e como se observou em todo ele, houve um grau de ilegitimidade expressivo no período investigado. Porém, mesmo diante dos altos números de ilegitimidade, verificou-se uma quantidade elevada de casamentos sancionados pela Igreja Católica. Em nossa análise, percebemos que independentemente das relações oficiais, não significa que deixaram de existir casamentos consensuais no regime escravista. A experiência familiar ao longo do capítulo nos mostrou que mesmo diante da árdua tarefa de encontrar vestígios de núcleos familiares na Vila de Guarapuava, houve sim a formação das famílias cativas.

Uma das evidências analisadas aqui foi o estreitamento de laços de parentescos que se configuravam na pia do batismo. Observamos que os escravos procuraram tecer relações familiares com outros escravos, mas que no anseio pela liberdade, perceberam que reinventar o parentesco com pessoas fora de seu ciclo social cotidiano, quando possível, se configurava como uma estratégia que podia favorecê-los a colocarem os pés para fora das escravarias, ou no mínimo facilitar a convivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes utilizadas aqui nos permitiram ter uma nova visão das escravarias na Vila de Guarapuava. Valendo-nos dos inventários, a fim de trazer à tona o que já fora estudado por outros pesquisadores, esses documentos foram muito importantes para também fundamentar nossa pesquisa. O cruzamento das informações contidas nos inventários com os registros de casamento e batismos permitiu elucidar informações relevantes sobre as escravarias nas amostragens apontadas nessa pesquisa sobre a Vila de Guarapuava.

A utilização da mão-de-obra escrava foi muito disseminada na Vila, embora a localidade se configurasse com pequenas propriedades, diferente de grandes centros escravistas, o que não diminui sua importância, muito embora a articulação tanto dos senhores quanto dos escravizados diferisse dos grandes planteis. Lembramos que nossas fontes mostraram que a grande maioria dos escravizados na localidade era crioula, ou seja, eram nascidos no Brasil e não na África. Embora tenha havido a presença maciça de crioulos, não descartamos a presença de africanos, que também foram importantes na construção da comunidade escrava.

Nesse trabalho, podemos afirmar que a história da Vila de Guarapuava, apesar de já existir pesquisas na região envolvendo o interesse pelos escravizados, as fontes demonstram que ainda há muito a ser explorado, pois as experiências dos escravos, voltados para o tipo de atividade de abastecimento interno, revelam facetas que ainda precisam ser investigadas. As ações que envolviam os escravos da localidade, apontam para o tipo de experiência que compartilhavam, o que contribuía para a formação de uma comunidade escrava na Vila, marcada pelas atividades agrícola e de criação de gado.

Se levarmos em conta os debates acerca das escravarias de Guarapuava e de regiões onde estavam mais voltadas para o mercado interno e de subsistência, encontra-se o crescimento endógeno como base para a manutenção de escravarias pequenas. Podemos afirmar que esse era o perfil das pequenas propriedades em vários locais na Província do Paraná. Além de terem algumas marcas peculiares, os cativos na Vila de Guarapuava expandiram suas relações com outros grupos sociais de sua época, que pela formação de famílias, através de relações consensuais ou mesmo legítimas, digo confirmadas pela igreja, e pelo apadrinhamento, permitiram a esse grupo acessar outros níveis sociais.

No desejo de construir alternativa, de maneira estratégica, através dos laços de compadrio, os escravizados na Guarapuava do século XIX conseguiram expandir seus vínculos para além dos laços construídos somente nas escravarias das quais faziam parte. Reforçaram através desses laços uma conexão com o mundo livre, que através do parentesco, poderiam coloca-los mais próximos da liberdade. No entanto, vale lembrar que viviam em uma sociedade hierarquizada, e que os laços construídos não foram suficientes para romper essa cadeia hierárquica, mas pelo menos permitiram o acesso dos cativos a essa camada social.

Por outro lado, os senhores, ao possibilitarem alguns privilégios aos escravizados, como a manutenção da família, perceberam que era preciso mantê-los subordinados ao cativeiro, a fim de que esses sujeitos pudessem manter os recursos e a propriedade em funcionamento, assim possibilitando o aumento de lucros do senhor. Salientamos que essa sujeição rendeu sim aos cativos e seus familiares uma melhor condição, que foi desembocar no que mais importava aos escravizados, que era a liberdade.

Se para os escravizados, o desejo era alcançar o topo da cadeia hierarquizada constituída na época, cujo maior objetivo era a liberdade. Já se pensarmos na reação do mundo dos livres, os escravizados, ainda continuavam muito mais próximo do cativeiro do que da liberdade, mesmo essa sendo conferida à eles, o que significa dizer, como já foi observado, os cativos, mesmo depois de terem alcançado a liberdade, deveriam obediência total aos seus senhores.

Se o compadrio possibilitou aos cativos acessar outros estratos sociais, através das redes relacionais, essas relações foram construídas tanto no interior das escravarias com outros escravizados, que talvez como se percebeu na Vila de Guarapuava, gozavam de certos privilégios junto aos seus senhores, bem como para fora da propriedade que faziam parte. Precisamos pensar nessas redes estabelecidas pelos escravizados, como estratégias, que permitissem a participação no mundo livre para então conquistar a liberdade.

Salientamos que o compadrio, era uma das maneiras que os escravizados encontraram para estabelecer vínculos, que fortaleciam o sonho da liberdade através dos laços de parentesco. Essas relações foram concebidas a partir da ideia da inclusão para a liberdade.

A formação de laços parentais, como a família, o compadrio aliado ao trabalho que os escravizados faziam, permitiu que se formasse uma comunidade fortalecida

através dos laços de parentesco e, das redes sociais que foram criadas a fim de fortalecer esses laços, assim legitimar a liberdade.

As relações sociais, e a formação de laços de parentesco entre escravizados e livres e as relações de poder, são elementos, poderíamos dizer, construtores, não só do passado da Vila de Guarapuava, que possuía uma configuração de pequenas escravarias, mas também de relações que reverberaram em todo o país.

É possível perceber que as consequências do escravismo não ficaram somente no passado, inclusive as permanências, no pós-escravidão, insistem em fazer parte do cotidiano nos dias atuais.

Como vimos as histórias de escravos como Bernarda e Heleodoro, e de livres como Balbina ou Gertrudes e Benta de Souza na condição de liberta, são exemplos que revelam facetas importantes, de que a História ainda está em transformação. Assim, o tema escravidão, nos mostra que, podemos compreender o passado como parte importante nessa construção em movimento.

Apesar de alguns entendimentos e respostas não atender as perguntas feitas anteriormente, elas indicam que há muito ainda a pesquisar sobre as relações sociais de escravizados e suas dimensões na Vila de Guarapuava.

BIBLIOGRAFIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2000.
- BAIA, Cinthian, Aparecida. *Estratégias de ocupação de terra e relações de poder nos Campos de Guarapuava (1768-1853)*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Maringá-PR: UEM, 2012.
- BARROSO, Daniel Souza. Múltiplos do cativo: casamento, compadrio e ex-periência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). *Ceao (UFBA)*, n. 50, 2014, p. 93-128.
- BASSANEZI, Maria Silvia. Registros paroquiais e civis: Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. – 1ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo-SP: Contexto, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand do Brasil S.A., 1996.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*, Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Ed. 2001.
- BRÜGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História), Niterói-RJ: UFF, 2002.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)*, São Paulo: Annablume, 2007).
- CAMARGO, Isabel Camilo de. *As relações de trabalho e a resistência escrava em Sant'Ana de Paranaíba - Província de Mato Grosso (1828- 1888)*. Tese (doutorado em História), Assis-SP: UNESP, 2015.
- CAMPINAS, Ricardo da Costa. A emancipação política e as alternativas de poder. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocência (Org.). *Paraná, espaço e memória: diversos olhares, histórico-geográficos*. Curitiba-PR: Bagozzi, 2005.
- CANAVESE, Filipe Germano. *O Testamento de Dona Balbina: um estudo de caso sobre escravidão e propriedade em Guarapuava (1851-1865)*. Dissertação (Mestrado em História) Assis-SP: UNESP, 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo-SP: Divisão Europeia do Livro, 1977.
- CARDOSO, Jaime Antonio, WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chaim, 1986.

CARVALHO, Leonan Maxney. *Africanos e crioulos no banco dos réus: justiça, sociedade e escravidão em Oliveira-MG, 1840-1888*. Dissertação (Mestrado em História), Belo Horizonte- MG: UFMG, 2009.

CASTRO, Hebe de Mattos. O Olhar do historiador- Territórios e deslocamentos na história social da escravidão no Brasil. In: HEINZ, Flávio; HARRES, Marlusa Marques (Org.). *A História e seus territórios: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Leopoldo-RS: Oikos, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

Centro de Documentação e Memória/Guarapuava. UNICENTRO. *Juízo de Direito da Comarca de Guarapuava*, processo criminal nº 866.2.79, caixa 03, 1866-1867.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA Leonardo Affonso Miranda. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas-SP: UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, S.; SILVA, F.T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. In: *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009, p. 22.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro-RJ: DIFEEL, 1990.

CORRÊA, André do Nascimento. Rocios, campeiros e domadores: o ofício do trabalho escravo na Vila de Caçapava (1831-1839). In: *Revista Latino-Americana de História*, v. 01, n.03, 2012, p. 58-73.

COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DEMETRIO, Denise Vieira. Assentos de batismo de escravos: crítica às fontes e metodologia. *Primeiros Escritos*, v. 13, 2008, pp. 1-12.

DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo-SP: Brasiliense, 1995.

DIAS, Maria Odila Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”, in *Projeto História*, n. 17, pp. 223-258, 1998.

DURAT, Cristiano Augusto. *Os processos incorporativos do indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira: o papel do Catolicismo*. Dissertação (Mestrado em História), Passo Fundo-RS: UPF, 2006.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal. Família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História), Passo Fundo-RS: UFF, 2000.

FERREIRA JUNIOR, Francisco. *A Prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil no século XIX*. Guarapuava-PR: Unicentro, 2012.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, J. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, v. 03, n. 05, 2002, pp. 41-70.

FRAGOSO, João Luíz; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

_____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro-RJ: Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª Ed. São Paulo-SP: UNESP, 1997.

FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Guarapuava-RJ: Unicentro, 2007.

FRANCO NETTO, Fernando. *Senhores e escravos no Paraná provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850 - 1880)*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo-SP: USP, 2006.

GILLIES, Ana Maria Rufino. *Henrique de Beaurepaire Rohan: razão e sensibilidade no século XIX*. Monografia. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 1998.

GINZBURG, Carlo. *O Nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" In _____. *Mitos*,

- emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1990.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo:-SP Companhia das Letras, 1998.
- GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória- ES: SEJC/SEE, 1993.
- GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Org.). *Liberdade por um fio: História dos Quilombolas no Brasil*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1996.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo-SP: Editora Ática 1992.
- GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo-SP: Alfa-Ômega. 1975.
- GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla B. LUCA, Tania R. (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo-SP: Contexto, 2009.
- GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José, org. *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo-SP: Brasiliense, 1988.
- GUTIERREZ, Horácio. Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1986.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro – 11 Ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HALL, Stuart. A Questão da Identidade Cultural, tradução de Andréa Borghi Moreira Jacinto e Simone Miziara Frangella, revisão técnica de Antonio Augusto Arantes, coleção Textos Didáticos-IFCH/UNICAMP, nº 18- fevereiro de 1998, pp.95-115, 2ª edição revista.
- HARTUNG, Miriam. *O sangue e o espírito dos antepassados: escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha – PR*. Florianópolis-SC: NUER/UFSC, 2004.
- IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Hucitec; Curitiba-PR: Scientia et labor, 1988.
- LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas- 1840-1899*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis-SC: UFSC, 1987.
- LARA, Silvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1988.
- LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) Florianópolis-SC: UFSC, 2003.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos, novas abordagens, novos problemas*. Rio de Janeiro-RJ: Francisco Alves, v. 03, 1976.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Sertanejos e pessoas republicanas livres de cor em Castro e Guaratuba (1801-1835). In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro-RJ, v. 24, n. 2, 2002, p. 317-344.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo-SP, 2010.

LOTT, Miriam Moura. “Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica séculos XVIII e XIX”. Anais da V jornada setecentista. p. 7,8. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003.

MACEDO, Azevedo. *Conquista Pacífica de Guarapuava*. Curitiba-PR: Fundação Cultural, 1995.

MACHADO, Brasil Pinheiro. *Sinopse da História regional do Paraná*. Curitiba-PR: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1951.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro-RJ: Apicuri, 2008.

_____. As Muitas Faces Do Compadrio de Escravos: O caso da freguesia de São Jose dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o século XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, 2006 p. 49-77.

MALHEIROS, Perdigão. *A Escravidão no Brasil: Ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis- RJ: Vozes, 1989.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar. 2004.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo-SP: Brasiliense, 1982.

MELO, Kátia Andréia Vieira de. *Comportamentos e práticas familiares nos domicílios escravistas de Castro (1824-1835) segundo as listas nominativas de habitantes*. Dissertação (Mestrado em História), Curitiba-PR: UFPR, 2004.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades Livres: posse de cativos e família-escrava em Bananal (1821-1829)*. São Paulo-SP: Annablume, 1999.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

NADALINI, Sérgio Odilon. Sugestões metodológicas: o compadrio a partir dos registros paroquiais. In: IX Encontro Nacional dos Estudos Populacionais. Belo Horizonte-MG: *Anais ABEP*, 1994.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Origem do nome e criação da Província. Disponível em: <<http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=72>>. Acesso em: 18 de Janeiro/2018.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. *Na fronteira do Cárcere e do Paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo-SP: PUC/SP, 2001.

PEREIRA, Magnus Roberto Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829 – 1889*. Curitiba-PR: UFPR, 1996.

PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese (Doutorado em História) São Leopoldo-RS: UNISINOS, 2009.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: Tráfico interprovincial e Alforrias nos Sertões de Sina, 1960-1920*. São Paulo-SP: Annablume Editora, 2009.

PONTAROLO, Fábio. *Degredo interno e incorporação no Brasil meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Curitiba-PR: UFPR, 2007.

PORTELA, Bruna Maria. *Caminhos do Cativo: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830)*. Dissertação (Mestrado em História) Curitiba-PR: UFPR, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo-SP: Brasiliense, 2006.

PROENÇA, Wander de Lara. Escravização no Brasil: debates historiográficos contemporâneos. In: Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior. Assis-SP: *Anais XXIV Semana de História - UNESP*, 2004, p. 1-10. Disponível em: www.assis.unesp.br/home/eventosdehistoria/wander.pdf. Acesso em: 20 de Julho/2017.

PRIORI, Angêlo, *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá-PR: Eduem, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 14 de Outubro/2017.

REIS, José, e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda*. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 2006.

REIS, João José; GOMES, Flávio Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2003.

RITTER, Marina Lourdes. *As sesmarias do Paraná no século XVIII*. Curitiba-PR: Lítero- Técnica, 1980.

ROCHA, Cristiany. *Miranda. Histórias de famílias escravas*. Campinas-SP: UNICAMP, 2004.

ROCHA, Fernanda Gomes. *Laços de família: Escravos e libertos em Minas do Rio de Contas Bahia (1840 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Salvador- BA:

UFBA, 2016.

RODRIGUES, Neide dos Santos. *Escravidão e tensões sociais na região de Guarapuava, Paraná (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) Irati- PR: UNICENTRO, 2015.

SANTOS, Zelo Martins. Visconde de Guarapuava: Um personagem na História do Paraná. Curitiba, 2005, p. 197 (Tese de Doutorado em História) UFPR.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo-SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Denize Aparecida da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. Dissertação (Mestrado em História), Curitiba-PR: UFPR, 2004

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Roberto Valter. *Educação e Ações afirmativas entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1997.

SLENES, Robert W. Escravidão e Família: Padrões de Casamento e Estabilidade Familiar numa Comunidade Escrava (Campinas, Século XIX). In: *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo-SP, v.17, n. 02, 1987, pp. 245-95.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 1999.

STECA, Lucineia; FLORES, Dulcineia. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina-PR: UEL, 2002.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História), São Paulo-SP: USP, 2001.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1981.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva, Campinas-SP: UNICAMP, 2001.

_____. *Costumes em Comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista do Brasil colonial*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo: fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Baía de todos os Santos*. Salvador:-BA Corrupio, 2002.

VOGT, Carlos, FRY, Peter e SLENES, Robert. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2013.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba-PR: Vicentina, 1988.

WEIGERT, Daniele *Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888)*, Dissertação (Mestrado em História), Curitiba-PR: UFPR, 2010.

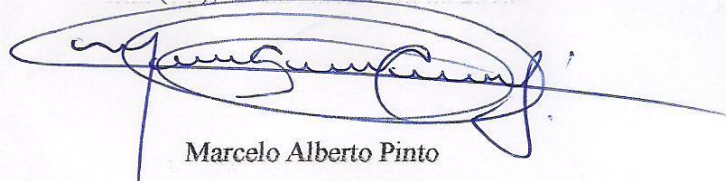
WESTPHALEN, Cecília Maria. *Pequena História do Paraná*. São Paulo-SP: Edições Melhoramentos, 1953.

_____. *História do Paraná*. Curitiba-PR: Grafipar, 1969.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e de *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati (PR), 19 de Novembro de 2018.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right.

Marcelo Alberto Pinto